

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

Aléxia Vieira de Abreu Rodrigues

**DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR DAS  
FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO  
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

RIO DE JANEIRO  
2024

**DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR DAS  
FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO  
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Aléxia Vieira de Abreu Rodrigues

Tese apresentada como requisito obrigatório do curso de Doutorado acadêmico em Ciências Nutricionais do Programa de Pós-graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Doutora Rosana Salles-Costa

Rio de Janeiro  
Fevereiro, 2024

**DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR DAS  
FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO  
DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Aléxia Vieira de Abreu Rodrigues

Examinado por:

---

Professora Doutora Delaine Martins Costa (Revisora)  
Escola Nacional de Saúde Pública  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Professora Doutora Luciene Burlandy Campos Alcântara  
Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreiro  
Universidade Federal Fluminense

---

Professora Doutora Sandra Maria Chaves dos Santos  
Escola de Nutrição  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Rosângela Alves Pereira  
Instituto de Nutrição Josué de Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Aline Alves Ferreira  
Instituto de Nutrição Josué de Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Rosana Salles Costa (Orientadora)  
Instituto de Nutrição Josué de Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO  
FEVEREIRO, 2024



*Dedico essa tese a minha avó Gleidse Pinheiro Rodrigues, em forma de agradecimento por todo carinho e apoio na minha formação pessoal e profissional. Ao longo de toda minha trajetória acadêmica muitas vezes fomos só nós duas. Mesmo quando era difícil compreender os meus caminhos ela nunca deixou de acreditar e interceder pelas minhas escolhas. Sem dúvidas foi fundamental para que também este momento fosse possível.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, e a intercessão de Nossa Senhora das Graças, acreditar é uma fonte inesgotável de esperança e força em momentos de grande desafios.

A minha família, meus pais Fabiane Abreu e Alexander Rodrigues pelo amor e carinho sempre disponíveis. Pelo respeito, cuidado e zelo comigo também ao longo da minha formação acadêmica. As minhas avós, Gleidse, Regina e Teresinha (em memória) mulheres fortes e autênticas, que são fonte de inspiração e exemplo. A minha irmã Izabella Abreu, que tanto amo, pelo seu olhar cuidadoso que sem precisar falar muito é tão acolhedor. A minha sobrinha Maria Antônia pela alegria e simplicidade em ser criança o que deixa tudo mais leve.

Ao meu companheiro Leandro Araújo, pelo apoio, amor e paciência, pelas inúmeras conversas e debates, e por escolher estar comigo nesta fase. Agradeço ainda por acreditar e ser um grande incentivador até quando eu mesma não acreditava em alcançar meus objetivos.

Agradeço imensamente a minha orientadora Rosana Salles-Costa, pelo acolhimento, orientação, confiança e pela compreensão e gentileza em me permitir viver esse doutorado junto a momentos de grandes decisões pessoais. Além disso agradeço todo o ensinamento e amizade oferecida, com carinho, desde a iniciação científica.

Ao meu grupo de pesquisa, que durante a minha trajetória se transformou de SANDUC para GISAN, foi uma honra participar dessa mudança e perceber a potência que enquanto grupo (em coletivo) pulsa alcançando novos horizontes científicos e acadêmicos.

As minhas amigas e parceiras de pesquisa, Ana Alice Taborda, Ana Lúcia Augusto, Camilla Cherol, Eloah Ribeiro, Gleiciane Bueno, Juliana de Bem Lignani, Leticia Sousa, Marina Antunes, Roberta Oliveira, Poliana Palmeira, Talita Domingos, por toda troca, debate, construção, apoio e entendimento durante a iniciação científica, mestrado e doutorado, foi uma jornada mais feliz porque vocês estiveram de fato presentes.

Por fim gostaria de agradecer, exaltar e defender o ensino público que me permitiu alcançar a formação no doutorado. Desde o ensino fundamental estudo em escolas públicas, fiz cursinhos de pré-vestibulares sociais, formei Nutricionista pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Nutrição na mesma instituição que agora tenho a honra de me tornar Doutora em Nutrição, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grata!

Resumo da tese apresentada ao PPGN/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de doutora em Ciências Nutricionais.

## **DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Aléxia Vieira de Abreu Rodrigues  
Fevereiro, 2024

Orientadora: Professora Doutora Rosana Salles-Costa.

Em todo o mundo, as mulheres são as mais afetadas pela insegurança alimentar (IA). No Brasil as famílias com mulheres como pessoa de referência, além de representarem a maioria dos lares em situação de pobreza, são as que, em maior parte, vivenciam a fome. A divisão sexual do trabalho pode ser um fator limitante para a inserção das mulheres no trabalho remunerado, para acesso a renda e para a segurança alimentar das famílias chefiadas por elas. O objetivo desta tese, portanto, foi analisar a renda familiar e a maior vulnerabilidade à IA das famílias brasileiras com pessoa de referência do sexo feminino, sob a perspectiva do conceito da divisão sexual do trabalho. Foi realizada uma análise quantitativa dos dados nacionalmente representativos de famílias, entrevistadas na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 (POF; n: 57.920), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A investigação da IA foi medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que analisa a segurança alimentar (SA) e a IA segundo 3 níveis de gravidade (IA leve, IA moderada, IA grave). O sexo da pessoa de referência do domicílio foi estudado como categoria descritiva, conforme disponibilizado pelo IBGE, mulher e homem, ou seja, feminino e masculino, respectivamente. Para a análise gênero, foi desenvolvida uma abordagem teórica que trabalhou os dados da POF em uma perspectiva que associa os estudos de gênero e feministas aos dados da IA. A renda familiar e os rendimentos de trabalho, aposentadoria, pensão e programa bolsa família (PBF) foram analisados em múltiplos de salário mínimo per capita (SMPC). Também foram analisadas as variáveis: região e área dos domicílios; raça/cor; escolaridade; número de moradores e presença de crianças nas famílias. As análises foram estratificadas segundo o sexo da pessoa de referência, renda familiar per capita e área. A renda familiar também foi investigada em interação com o sexo da pessoa de referência. Os principais resultados apontam a maior participação de rendimentos de transferência de renda nas famílias chefiadas por mulheres, seja ela contributiva, como ocorre com pensões, ou direta, a exemplo do PBF, e, por sua vez, menor foi a contribuição do rendimento do trabalho. Também nessas famílias, quando o rendimento do trabalho era  $\leq \frac{1}{4}$  SMPC, a chance de IA moderada/grave foi 10,8 vezes maior, comparada às famílias chefiadas por homens com mesmo rendimento. A menor contribuição e a insuficiência do rendimento do trabalho nos lares chefiados por mulheres revelam como as relações sociais de gênero podem comprometer a SA das famílias. Com base nos resultados, foi possível reiterar a importância do PBF para a renda familiar e a necessidade de equipamentos públicos, como creches e cozinhas comunitárias, como redes de apoio para as atividades não remuneradas, contribuindo para possibilidade do acesso à renda e para a promoção da SAN. **Palavras-chaves:** Insegurança alimentar, Gênero, Divisão sexual do trabalho, Renda, Emprego, Programa de transferência condicionada de renda.

# **SOCIAL GENDER INEQUALITY AND FOOD INSECURITY OF BRAZILIAN FAMILIES: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE CONCEPT OF THE SEXUAL DIVISION OF LABOR**

Aléxia Vieira de Abreu Rodrigues

February, 2024

Advisor: Professor Rosana Salles-Costa, PhD.

Around the world, food insecurity (FI) mainly affects women. In Brazil, families that have women as a reference person, in addition to representing the majority of households in situations of poverty, are the ones that, for the most part, go hungry. The sexual division of labor can be a limiting factor for women's inclusion in paid work, access to income and food security in the families. The objective of this thesis was to analyze family income and the greater vulnerability to FI of Brazilian families with a female reference person, from the perspective of the concept of sexual division of labor. The quantitative analysis was performed with nationally representative data from families interviewed in the 2018 Family Budget Survey (POF; n: 57,920), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), which analyzes food safety (FS) and FI measured the investigation of FI according to three levels of severity (mild FI, moderate FI, and severe FI). The sex of the household reference person was studied as a descriptive category, as provided by IBGE, woman and man, that is, female and male, respectively. For gender analysis, a theoretical approach was developed that worked on POF data from a perspective that associates gender and feminist studies with AI data. Family income and income from work, retirement, pension and the Bolsa Família Program (PBF) were analyzed in multiples of the minimum wage per capita (SMPC). The following variables were also analyzed: region and area of households; race/color; Education; number of residents and presence of children in families. The analyzes were stratified according to the sex of the reference person, per capita family income and area. Family income was also investigated in interaction with the sex of the reference person. The main results point to the greater participation of income from income transfer in families headed by women, whether contributory, as occurs with pensions, or direct, as in the PBF, and, in turn, the contribution of income from work was lower. Also in these families, when work income was  $\leq \frac{1}{4}$  SMPC, the chance of moderate/severe FI was 10.8 times higher, compared to families headed by men with the same income. The lower contribution and insufficient income from work in households headed by women reveal how social gender relations can compromise family food security. Based on the results, it was possible to reiterate the importance of the PBF for family income and the need for public facilities, such as daycare centers and community kitchens, as support networks for unpaid activities, contributing to the possibility of access to income and FS.

**Keywords:** Food insecurity, Gender, Sexual division of labor, Income, Employment, Conditional cash transfer program.

## SUMÁRIO

página

<b>1.</b>	<b>Introdução</b> .....	14
<b>2.</b>	<b>Referencial teórico</b> .....	18
2.1.	Segurança alimentar e nutricional e direito à alimentação .....	18
2.2	Insegurança alimentar .....	18
2.2.1	Mulheres e insegurança alimentar .....	24
2.3	Pobreza substantivo feminino .....	27
2.3.1	Mulheres, trabalho e proteção social .....	28
2.3.2	Mulheres e assistência social: o caso Bolsa Família .....	32
2.4	Divisão sexual do trabalho: um conceito analítico .....	34
<b>3.</b>	<b>Objetivos</b> .....	36
3.1	Objetivo geral .....	36
3.2	Objetivos específicos .....	36
3.2.1	Objetivos específicos: Artigo 1 - “ <i>Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional</i> ” .....	36
3.2.2	Objetivos específicos: Artigo 2 – “ <i>Food insecurity and employment income: considerations regarding gender inequalities</i> ” .....	36
<b>4.</b>	<b>Métodos</b> .....	37
4.1	Desenho e amostra do estudo .....	37
4.2	Instrumentos de investigação e tratamento dos dados.....	37
4.2.1	Insegurança alimentar.....	38
4.2.2	Rendimentos.....	39
4.2.3	Sexo.....	40
4.2.4	Demais variáveis do estudo .....	40
4.3	Análise de dados.....	41
<b>5.</b>	<b>Resultados</b> .....	43
5.1	Artigo 1 – “ <i>Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional.</i> ” .....	43
5.2	Artigo 2 – “ <i>Food insecurity and employment income: considerations regarding gender inequalities</i> ” .....	67

<b>6. Considerações finais</b> .....	83
<b>7. Referências bibliográficas</b> .....	86
<b>8. Anexos</b> .....	91
8.1 Módulo 6 da Pesquisa de Orçamentos Familiares.....	91
8.2 Módulo 5 da Pesquisa de Orçamentos Familiares.....	95
8.3 Módulo 1 da Pesquisa de Orçamentos Familiares.....	107

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

	página
Figura 1 Evolução da segurança alimentar e insegurança alimentar, leve, moderada e grave, nos domicílios brasileiros nos anos de 2004, 2009 e 2013.....	21
Figura 2 Proporção de insegurança alimentar, leve, moderada e grave no domicílios brasileiros entre os anos de 2004 e 2018.....	22
Figura 3 Segurança alimentar e insegurança alimentar (IA), leve, moderada e grave, nos domicílios brasileiros com pessoa de referência mulheres e homens no intervalo de 2004 e 2018.....	24
Quadro 1 Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar inseridas na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.....	38
Quadro 2 Classificação da Segurança alimentar e Insegurança alimentar pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de acordo com a presença de moradores com idade abaixo de 18 anos nos domicílios.....	39
 <b>Artigo 1</b>	
Figura 1 Prevalência de segurança alimentar (A) e insegurança alimentar grave (B) nos territórios urbano e rural segundo sexo da pessoa de referência das famílias e regiões do Brasil. POF 2018.....	61
Tabela 1 Percentuais (%) e intervalos de confiança de 95% (IC95%) das características sociodemográficas de famílias segundo a localização urbana e rural, sexo da pessoa de referência e cenário de segurança alimentar e insegurança alimentar grave (IA grave). POF 2018.....	62
Tabela 2 Diferença do percentual (%) da participação dos rendimentos do trabalho, de aposentadoria, de pensão e do programa bolsa família (PBF), por níveis de renda familiar per capita em domicílios urbanos com pessoa de referência mulher e homem no Brasil e suas regiões, entre famílias em segurança alimentar e em insegurança alimentar grave (salário mínimo per capita [SMPC]). POF, 2018.....	63
Tabela 3 Diferença do percentual (%) da participação dos rendimentos do trabalho, da aposentadoria, de pensões e do programa bolsa família (PBF), por níveis de renda familiar per capita em domicílios rurais com pessoa de referência mulher e homem, no Brasil e suas regiões, entre famílias em segurança alimentar e em insegurança alimentar grave (salário mínimo per capita [SMPC]). POF 2018.....	64
Tabela suplementar Percentual (%) médio e respectivos intervalos de confiança (IC95%) da participação dos rendimentos provenientes do trabalho, da aposentadoria, de pensão e do programa bolsa família, na renda familiar per capita dos domicílios urbanos e rurais segundo sexo da pessoa de referência e situação de segurança alimentar e insegurança alimentar grave (IA grave). Brasil, 2018.....	65

## Artigo 2

Tabela 1	Características sociodemográficas das famílias brasileiras e da pessoa de referência segundo a segurança alimentar (SA) e níveis de insegurança alimentar (IA), leve ou moderada e grave, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 2018.....	79
Figura 1	Prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar, leve ou moderada e grave de acordo com o rendimento do emprego em salário mínimos per capita (SMPC) e sexo da pessoa de referência das famílias, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)– 2018.....	80
Tabela 2	Razão de chances (OR) da insegurança alimentar (IA) leve ou moderada/grave segundo a renda do emprego e sexo da pessoa de referência. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 2018.....	80
Figura 2	Distribuição das probabilidades previstas para segurança alimentar (A) e insegurança alimentar leve (B) e insegurança alimentar moderada/grave (C) de acordo com o rendimento do emprego e o gênero da pessoa de referência dos agregados familiares. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2018.....	81

## LISTA DE SIGLAS

AN	Alimentação e Nutrição
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Food and Agriculture Organization
FI	Food insecurity
FIES	Escala de Experiência em Insegurança Alimentar
FS	Food security
HFSSM	Household Food Security Survey Module
IA	Insegurança Alimentar
IA leve	Insegurança Alimentar leve
IA moderada	Insegurança Alimentar moderada
IA grave	Insegurança Alimentar grave
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Intervalo de Confiança
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MWPC	Minimum Wages Per Capita
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
SMPC	Salário Mínimo Per Capita

## 1. INTRODUÇÃO

No ano de 2022, a insegurança alimentar (IA) afetou 2,4 bilhões de pessoas no mundo (FAO, 2023). Muitos fatores podem aumentar a vulnerabilidade de populações à IA (Kepple; Segall-Correa, 2011; Lignani, 2020). Estes incluem, dentre outros aspectos, a pobreza, o desemprego, o acesso a terras, os conflitos, a instabilidade e as crises políticas e econômicas, bem como as crises sanitárias.

No Brasil, ao longo de duas décadas (2004-2022), o monitoramento da IA identificou reflexos decorrentes do compromisso social e da construção de um campo para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), a partir de políticas públicas de alimentação e nutrição (AN) e da própria SAN (Mattos, 2021). O desenvolvimento econômico modesto, a valorização do salário mínimo, o emprego, a assistência social e os programas de transferências de renda também auxiliaram no estímulo à segurança alimentar (SA) das famílias brasileiras (Recine e col., 2020). Entretanto, o descompromisso com o combate à fome e com a garantia do direito humano à alimentação, bem como o desemprego e o desmantelamento e descontinuidade das políticas públicas de AN e SAN (Vasconcelos e col., 2019), contribuíram para o aumento das prevalências de IA no país (Salles-Costa e col., 2022), que se agravou durante a pandemia da COVID-19 (Rede Penssan, 2022).

Historicamente, as famílias nas quais as mulheres se identificam como pessoa de referência são as mais vulneráveis à IA (Santos e col., 2022; Santos e col. 2023; Silva e col., 2022; Campos, 2020; Oliveira, 2020), especialmente em sua condição mais grave, quando, além do comprometimento da qualidade dos alimentos, há redução expressiva da quantidade de alimentos acessíveis para as famílias, incluindo a experiência de fome (Segall-Correa, 2014). A IA grave comprometeu cerca de 19,0% das famílias chefiadas por mulheres em 2022, enquanto, nos lares com homens como pessoa de referência, 11,9% estiveram em situação de IA grave (Rede Penssan, 2023). Esses dados foram divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança alimentar e nutricional (Rede Penssan), que avaliou a IA das famílias no contexto da pandemia de COVID-19. Apesar da alarmante diferença entre as famílias chefiadas por homens e mulheres, apontada como agravamento da COVID-19, ao longo dos períodos de 2004 a 2018, a persistente lacuna de gênero já denunciava a fome das famílias chefiadas por estas (Santos e col., 2023).

A desigualdade de gênero no acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas está relacionada à desigualdade do acesso e controle da renda, e no modo como a economia se assenta sobre o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres (Campos, 2020). Um estudo, com dados nacionais, destacou que, nas famílias brasileiras, as mulheres dedicam mais horas ao trabalho reprodutivo, desempenhando as atividades domésticas e de cuidado não remunerados, ou seja, elas trabalham mais, mas não lucram com isso, o que aumenta a sua vulnerabilidade, pobreza e IA (Braga e Costa, 2022).

Comparando homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho remunerado, no Brasil, as mulheres dedicavam aproximadamente sete horas semanais a mais ao trabalho não remunerado, em comparação aos homens, evidenciando-se que a dupla jornada de trabalho disponibiliza menos tempo para as mulheres (PNADc, 2022). Particularmente, para as mulheres em situação de pobreza, a atribuição do trabalho reprodutivo pode ser um fator limitante para inserção na esfera de trabalho produtivo, e, conseqüentemente, para o acesso ao rendimento do emprego.

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou que, no ano de 2022, na América Latina, a taxa de ocupação das mulheres no mercado de trabalho era 46,9% e dos homens, 69,8% (ILO, 2022). Além disso, as mulheres ganham, em média, 21% menos do que os homens, o que equivale a uma renda média de R\$ 2.305 e de R\$ 2.909, respectivamente, independentemente da situação de trabalho (formal, informal). No entanto, são as mulheres que estão mais frequentemente trabalhando em situação de informalidade (Dieese, 2023; ILO, 2022), o que também contribui para a ausência de garantia de direitos, que limitam o acesso à proteção social.

No Brasil, a proteção social, como direito social, é vinculada ao mercado formal de trabalho, sendo assim, não atende a uma parcela específica de trabalhadores com vínculos instáveis e precários no mercado de trabalho. Conseqüentemente, as famílias em situação de pobreza, com mulheres como pessoas de referência, dependem da transferência de renda, como assistência e para a redução da gravidade da IA.

Com objetivo da promoção do alívio imediato da pobreza (Mariano e Carloto, 2015), o Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência condicionada de renda do país. Como a titularidade do benefício é preferencialmente destinada as mulheres, o PBF tanto contribui para a autonomia desse grupo, ao realizar o repasse do rendimento do benefício, quanto atribui a elas a responsabilidade pelo desempenho da família no cumprimento de contrapartidas na área da saúde e da educação para a manutenção do benefício (Mariano e Carloto, 2009). Desse modo, o trabalho

doméstico e de cuidado não remunerados realizados pelas mulheres em situação de pobreza aparecem com o recurso aditivo do PBF (Meneses e col., 2022; Mariano e Carloto, 2009).

Este estudo considerou o conceito da divisão sexual do trabalho, cuja principal característica é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, o trabalho remunerado, e das mulheres, à esfera reprodutiva, o trabalho não remunerado, e que pressupõe vínculo familiar (Kergoat, 2009). Nessa abordagem, as prevalências nacionais da IA, segundo o sexo da pessoa de referência das famílias, e o acesso à renda familiar, foram analisadas sob uma perspectiva que associa os estudos de gênero e feministas, para o debate das relações sociais de poder entre sexos (Kergoat, 2009; Oliveira e Quintaneiro, 2015) e possíveis implicações para a garantia do acesso pelas famílias à alimentação.

Deste modo é esperado que esse estudo possa contribuir para uma abordagem de gênero como categoria de análise, que em articulação com outros marcadores sociais de diferença como a renda familiar, emprego, assistência e proteção social, se relacionam com a (re)produção das desigualdades sociais no acesso aos alimentos. Essa perspectiva poderá beneficiar reflexões críticas e políticas, inclusive no campo da ciência da nutrição, a respeito da maior vulnerabilidade das famílias com pessoa de referência do sexo feminino à IA. Assim como para a necessidade de incluir as dimensões de gênero, articuladas aos outros marcadores sociais de diferença no desenho de políticas públicas e sociais de alimentação e nutrição.

Essa tese se divide em cinco seções além desta introdução. O referencial teórico que apresenta a epidemiologia da IA, no mundo e no Brasil, a maior vulnerabilidade à IA das famílias com mulheres como pessoas de referência e os principais fatores relacionados, além da proposta de análise dos dados quantitativos da IA sob a perspectiva de gênero interseccional, em que as relações de poder estruturam as desigualdades entre mulheres e homens. Na seção seguinte são apresentados, além do objetivo geral, que busca analisar a maior vulnerabilidade das famílias com pessoa de referência do sexo feminino à IA, os objetivos específicos, organizados conforme os manuscritos originais desenvolvidos durante o estudo/ doutorado.

A parte relativa aos métodos descreve o desenho amostral e a definição das variáveis do estudo, bem como os principais termos e conceitos adotados. Na seção de resultados, são apresentados os dois manuscritos originais apontando os principais achados referentes: i. à contribuição dos rendimentos de trabalho, aposentadoria, pensão e PBF na renda de famílias com mulheres como pessoas de referência, em SA e IA grave,

para as áreas urbanas e rurais da região do Brasil; e ii. a intersecção do rendimento do trabalho e sexo da pessoa de referência do domicílio relacionada à IA das famílias. Em sequência, as análises foram interpretadas e discutidas sob a perspectiva de gênero, abordando o conceito da divisão sexual do trabalho. Por fim, é examinado como a reprodução da desigualdade de gênero afeta a autonomia das mulheres e o acesso à alimentação em qualidade e quantidades adequadas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1.Segurança alimentar e nutricional**

*"Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural - são criações humanas"*

*Josué de Castro*

A dificuldade de acesso aos alimentos, por um contingente significativo da população, sempre foi considerada a barreira principal para a segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil (Campos e col., 2020). A SAN consiste na realização do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). Para seu alcance, é necessária a convergência de políticas e programas intersetoriais com capacidades para a promoção do acesso à alimentação adequada (Vasconcelos e Moura, 2018).

Na construção do campo da SAN, uma importante conquista foi a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (2006), que permitiu a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN (2006). Essas ações evidenciaram a SAN como um eixo do desenvolvimento e um objetivo estratégico das políticas públicas nacionais, fundamentadas no princípio da soberania alimentar e do direito à alimentação (Vasconcelos e Moura, 2018). Contribuíram, ainda, para o alcance da declaração da alimentação adequada como direito social (2010) (Recine e col. 2020), exigindo que o Estado brasileiro desse prioridade ao tema, fortalecendo a agenda da alimentação adequada e saudável (Grisa e Porto, 2023).

É dever do Estado a adoção de políticas e ações concretas para a promoção e a garantia de uma alimentação adequada, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação a todos(as) os(as) brasileiros(as) (Oliveira, 2020).

### **2.2.Insegurança alimentar**

*"Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: Isto é mentira mas, as misérias são reais"*

*Carolina Maria de Jesus*

O último relatório "The State of Food Security and Nutrition in the World" divulgado em 2023 pela agência da United Nations Organization, para alimentação e nutrição, a Food and Agriculture Organization (FAO), estimou que 29,6% da população global - 2,4 bilhões de pessoas - estiveram em condição de IA, o que significa que não

tinham acesso a alimentos adequados (FAO, 2023). Esse dado indica a medida da IA moderada/severa pela Escala de Experiência em Insegurança Alimentar (FIES), atualizada até 2022, tendo como base os dados disponibilizados por 140 países para a FAO.

Anualmente, a medida da IA tem como objetivo o monitoramento do progresso no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, com foco especial na Meta 2.1: “acabar com a fome e garantir o acesso por todas as pessoas a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente durante todo o ano” (ONU, 2015). Todavia, o cenário global da fome não é favorável ao alcance desse objetivo pretensioso.

As publicações da agência entre os anos de 2020 e 2023 indicaram o aumento expressivo da IA moderada ou severa (FAO, 2023), decorrente da pandemia de COVID-19<sup>1</sup>, e a ausência de progresso, ou seja, da diminuição da prevalência da IA ao longo dos anos de 2021 e 2022 (FAO, 2023). Em adição, a ligeira queda de 0,4% da IA severa em 2022, o equivalente a 24 milhões de pessoas, sugere que algumas pessoas podem ter transitado de IA severa para a IA moderada entre 2021 e 2022, apontando uma mudança na gravidade da situação de IA, o que significa que a garantia de acesso a uma “alimentação segura, nutritiva e suficiente” ainda é limitada (FAO, 2023).

Na América Latina e Caribe, 247,8 milhões de pessoas estiveram em condição de IA moderada/severa no ano de 2022. Na região, considerando apenas os países da América do Sul, dentre os quais o Brasil está inserido, mais de um terço da população (36,4%) foi afetada pela IA moderada/severa (FAO/ALC, 2023). No mesmo ano, no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não tiveram acesso aos alimentos em qualidade e quantidades adequadas, o que resultou na experiência de fome (RedePenssan, 2023).

Em 2014, o Brasil foi reconhecido mundialmente como exemplo nas medidas de combate à fome (Recine e col., 2020). O monitoramento da Insegurança Alimentar (IA) no país teve início em 2004, com a elaboração da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), importante instrumento auxiliar das políticas públicas de combate nacional à fome (Segall-Correa e col., 2014; Segall-Correa e Marin-Leon, 2009). A EBIA

---

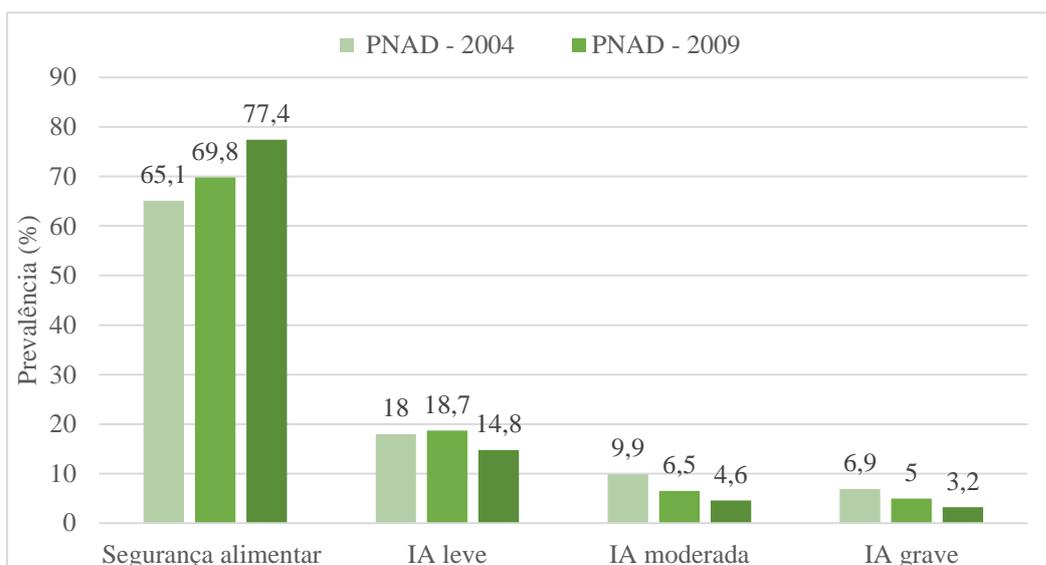
<sup>1</sup> A pandemia de COVID-19 foi uma crise sanitária decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020. Para contenção da disseminação do vírus, foram necessárias medidas de proteção higiênico-sanitárias e o isolamento social. Até 10 de março de 2023, foram contabilizadas, no mundo, 676.609.955 milhões de pessoas contaminadas e, entre estas, 6.881.955 milhões morreram em decorrência da doença causada pelo vírus SARSCOV2. Com o advento da vacina, as medidas de isolamento foram se tornando menos rígidas. No entanto, o fim da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente da COVID-19, foi decretado pela OMS, em 5 de maio de 2023, após o controle da disseminação da doença. (Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>)

foi desenvolvida em um projeto que considerou a experiência da escala utilizada nos Estados Unidos para a medida direta da IA, a Household Food Security Survey Module (HFSSM). A elaboração da EBIA foi de relevante contribuição para as políticas públicas de combate à fome, como indicador direto da população mais vulnerável à IA, propondo uma medida em níveis de gravidade da limitação do acesso ao alimento, permitindo a avaliação e o monitoramento das estratégias e programas desenvolvidos, para o alcance dos objetivos do Fome Zero (Segall-Correa e Marin-Leon, 2009).

A importância do uso da EBIA como indicador da IA nas famílias brasileiras contribuiu para que a escala fosse introduzida em pesquisas nacionalmente representativas, conduzidas, entre os anos de 2004 e 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010; IBGE, 2013; IBGE, 2020).

Ao longo das investigações, foi evidenciado o aumento da segurança alimentar (SA) da população, em detrimento da IA das famílias brasileiras, no período de 2004 a 2013, com reduções mais expressivas da IA entre os anos de 2009-2013 (IBGE, 2020; Salles-Costa e col., 2022 - **Figura 1**). Estes avanços concentram-se, principalmente, no compromisso de uma agenda política contra a fome, que redefiniu estratégias no planejamento, na gestão e na execução no campo das políticas públicas de AN, contribuindo para avanços institucionais na SAN e para o reconhecimento da alimentação como direito social, inserido no texto da Constituição em 2010, ou seja, do Estado brasileiro é exigida a prioridade ao tema (Vasconcelos e col., 2019; Recine e col, 2020; Palmeira e col., 2021; Mattos, 2021).

O Estado havia sido determinante na expansão do mercado interno, através do incentivo ao consumo, com aumento do salário mínimo, transferência de renda e expansão do crédito. Todavia uma crise econômica que afetou o Brasil a partir de 2014, gerou um período de forte recessão, aumento do desemprego e comprometimento de recursos destinados às políticas sociais (Batista e col., 2020). O que tornaria insustentável a estratégia anteriormente tomada.



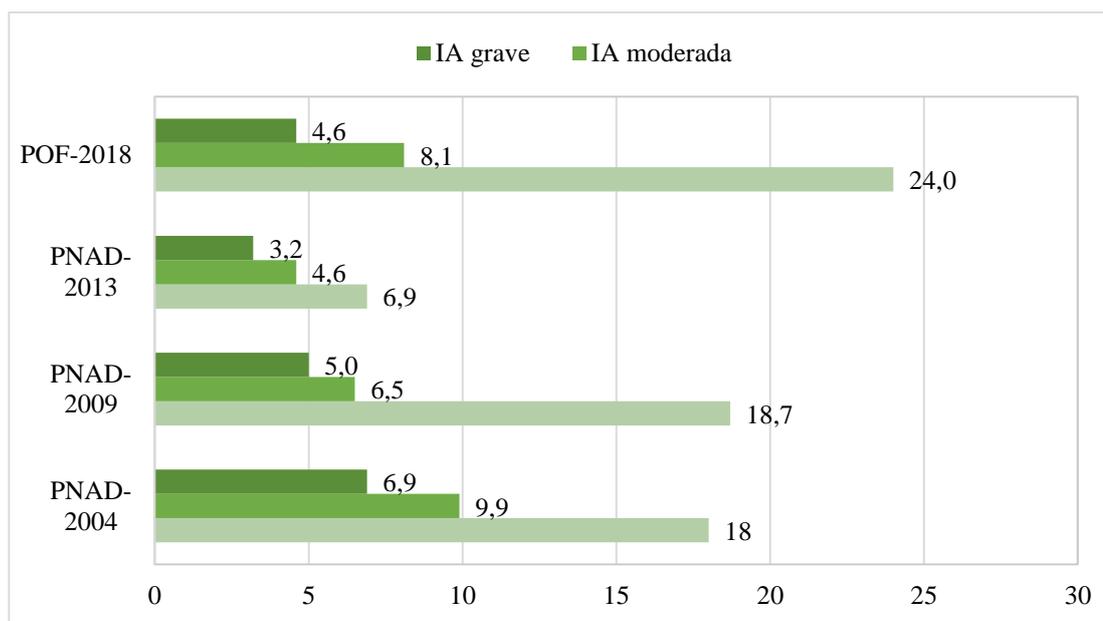
**Figura 1. Evolução da segurança alimentar e insegurança alimentar, leve, moderada e grave, das famílias brasileiras entre os anos de 2004 e 2013.**

Elaborado pela autora.

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

A oferta de serviços públicos essenciais vinha sendo ameaçada pela redução do financiamento de áreas estratégicas, como a atenção à saúde, a assistência social e a SAN (Sousa, 2021; Mattos, 2021). O resultado foi uma série de rupturas institucionais e programáticas e de cortes orçamentários, que impactaram diretamente nas políticas de alimentação e nutrição, enfraqueceram as políticas sociais de redução da fome e da pobreza e de SAN (Vasconcelos e col., 2019).

Nesse contexto, 36,7% famílias estavam em situação de IA, no ano de 2018; dessas, 4,6% sofreram a experiência da fome (IBGE, 2018; Salles-Costa e col., 2022 - **Figura 2**). Esses números indicam que, após cerca de uma década de acentuada queda, a IA atingia patamares alarmantes, superiores, inclusive, aos vigentes em 2004, de 34,9 pontos percentuais (IBGE, 2020).



**Figura 2. Prevalência de insegurança alimentar, leve, moderada e grave das famílias brasileiras nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2018.**

Elaborado pela autora.

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Naquele período, as elevadas prevalências de IA decorreram em um cenário marcado pelo aumento acelerado da pobreza, da informalidade do mercado de trabalho, e da dificuldade do acesso ao apoio social, que contribuíram para a perda da renda das famílias mais pobres (Recine e col., 2020; Sousa, 2021). A descontinuidade e precariedade de serviços e ferramentas públicos, para atenção das famílias em maior vulnerabilidade social, contribuiu para a piora de sua falta de acesso aos alimentos.

Foi também no ano de 2018 que o país apresentou o maior índice<sup>2</sup> de desigualdade de renda desde 2012 (Batista e col., 2020). Isso porque a recuperação econômica para a parcela mais pobre da população esteve estagnada e se perduraria até o ano de 2019, enquanto, para a parcela mais rica, houve crescimento desde o ano seguinte à crise de 2015, de modo que, em 2018, não havia reflexos da crise para a metade mais rica da população (Batista e col., 2020).

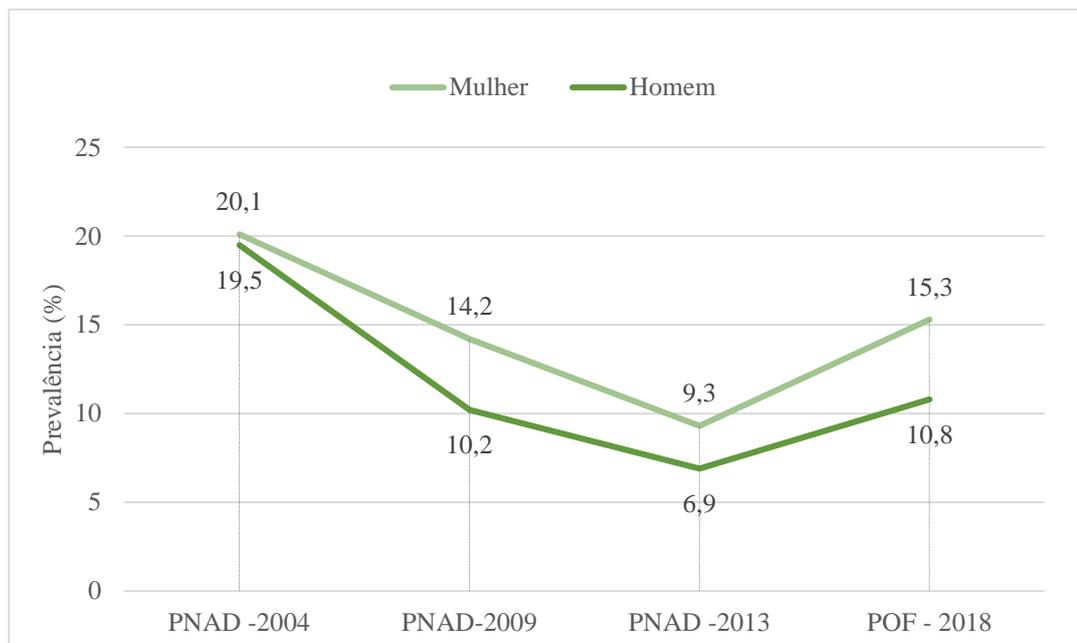
Além da desigualdade de renda, o aumento consistente da IA em todas as regiões brasileiras foi documentado em um estudo que analisou a diferença das prevalências de IA entre as avaliações da PNAD 2013 e da POF 2018 (Cherol e col., 2022). As autoras destacam que, apesar das maiores prevalências de IA nas regiões Norte e Nordeste, em ambos os anos, os maiores aumentos da IA ocorreram nas regiões Sudeste e Centro-oeste

<sup>2</sup> O índice de Gini em 2018 foi de 0,545. Mensurando numa escala de 0 a 1, quanto mais próximo a 1 maior é o nível de desigualdade de renda da população.

(Cherol e col., 2022). Embora tivesse os piores números de concentração de renda, a região Nordeste não apresentou piora da desigualdade em 2018, que recuou, em função da perda de rendimento nos estratos de maior renda (IBGE, 2020). Tal condição pode ter contribuído para um aumento pouco expressivo da IA na região, em comparação com o aumento observado no Sudeste e no Centro-oeste do país, onde ocorreu aumento da desigualdade de renda. Isso também ajuda a explicar que, mesmo com o aumento da renda per capita familiar, entre os anos de 2013 e 2018, o aumento da desigualdade comprometeu a SA das famílias.

A desigualdade compreende a manutenção de posições sociais, privilégios e acúmulos de oportunidades por um grupo social em detrimento de outro (INCT, 2020). Lima (2023) destaca, ainda, que as formas de interação e os tipos de vantagens se relacionam com mecanismos institucionais e cotidianos de produção e reprodução de desigualdades: exploração, discriminação e poder. Historicamente, classe, raça, gênero, migração e território são as categorias que permitem distinguir as condições de vida e as oportunidades de diferentes grupos sociais (Lima, 2023).

No Brasil, ao longo do monitoramento da IA, as famílias com mulheres como pessoas de referência vivenciam-na em maior prevalência, comparadas às famílias chefiadas por homens (Salles-Costa e col., 2022; Cherol e col., 2022; Santos e col., 2023). Esse monitoramento indica uma lacuna de gênero que revela a desigualdade entre mulheres e homens no acesso à alimentação (Salles-Costa e col., 2022). Desse modo, mesmo quando a condição de IA apresentou índices mais baixos no país (2013), as famílias com mulheres como pessoa de referência eram as mais impactadas pela IA grave (4,0%), comparadas às aquelas chefiadas por homens (2,8%) (Salles-Costa e col., 2022), conforme mostra a **Figura 3**.



**Figura 3. Segurança alimentar e insegurança alimentar (IA), leve, moderada e grave, nos domicílios brasileiros com pessoa de referência mulheres e homens no intervalo de 2004 e 2018.**

Elaborado pela autora.

Notas: PNAD: Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios; POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (2004-2009-2013); Pesquisa de Orçamentos Familiares (2018), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### 2.2.1. Mulheres, desigualdades sociais e insegurança alimentar

Em todas as regiões do mundo, as mulheres são mais vulneráveis à IA, comparadas aos homens. Em 2022, 27,8% das mulheres adultas sofriam de IA moderada ou severa, em comparação com 25,4% dos homens, e a proporção de mulheres com IA grave era de 10,6%, em comparação com 9,5% dos homens (FAO, 2023).

A América Latina e o Caribe representam a região com a maior disparidade de gênero do mundo, tendo um impacto significativo para SA das mulheres. A prevalência da IA moderada/grave compromete mais as mulheres latino-americanas e caribenhas do que os homens, indicando uma diferença de 9,1% (FAO/ALC, 2023). A desigualdade de gênero na América Latina foi documentada por Sousa e colaboradores (2021) que observaram, durante um período de crise econômica (2014-2017), alta prevalência e tendência crescente da percepção de que as mulheres não eram tratadas com respeito e dignidade. Avaliando os países, os autores identificaram que, em 2017, a Argentina (76%), o Peru (76%), o Brasil (77%) e a Colômbia (80%) apresentaram as maiores prevalências na percepção de desigualdade de gênero na região. A falta de apoio social, a condição de IA e o gênero feminino foram os fatores que apresentaram associação mais forte com a percepção da desigualdade de gênero (Sousa e col., 2021).

No Brasil, a variação da prevalência da IA grave entre os anos de 2013-2018, que compreendem o período da crise econômica no país, foi maior nas famílias chefiadas por mulheres (+40,0%) do que naquelas chefiadas por homens (+35,7%) (Salles-Costa e col., 2022). Isso indica que as mulheres são mais afetadas nos períodos de crise do que os homens. Por exemplo, durante a pandemia da COVID-19, as mulheres negras, foram as mais impactadas com o aumento da IA (IA moderada: 19,7%, IA grave: 22,0%) (Rede Penssan, 2023). Especialmente para as mulheres, que em maioria realizam o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados, o aumento da sobrecarga dessas atribuições em função do fechamento das creches e escolas, e do aumento do número de pessoas contaminadas e doentes pelo vírus, contribuiu para o aumento da IA. Alguns outros fatores que potencializaram esse quadro incluem o aumento do desemprego, a perda da renda e a demora de uma resposta de assistência social.

É necessário destacar que, apesar da maior vulnerabilidade, as mulheres formam um grupo heterogêneo, no qual as mulheres negras são mais afetadas pela limitação no acesso aos alimentos. Para esta abordagem, estudos recentes conduzidos por Silva e colaboradores (2022), Santos e colaboradores (2022; 2023), investigaram a relação entre o gênero e a raça/cor do(a) chefe das famílias na determinação da IA.

Santos e colaboradores (2023) investigaram os dados nacionalmente representativos da PNAD (2004, 2009, 2013) e da POF (2018), e observaram o declínio e o aumento da IA nas famílias com pessoa de referência *mulher* e *homem*, e a permanência das famílias chefiadas pelas mulheres como as mais afetadas pela situação em todas as avaliações. Os(as) autores(as) destacam que, no ano de 2018, famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras, com filhos < 5 anos de idade, apresentavam risco elevado de IA, sendo 4,17 vezes maior, comparado às famílias chefiadas por homens brancos casados (Santos e col., 2023).

Santos e colaboradores (2022) haviam explorado a distribuição da IA nas regiões brasileiras, considerando perfis de famílias, a partir da intersecção das características de gênero e raça/cor da pessoa de referência. Em todas as regiões brasileiras, as famílias chefiadas por mulheres vivenciaram em maior proporção a IA moderada/grave, sendo as mulheres pretas mais vulneráveis do que as mulheres pardas (Santos e col., 2022). Nas famílias com pessoa de referência *mulheres pretas* e *pardas*, a relação com a IA moderada/grave foi verificada, mesmo considerando a área do domicílio, a presença de crianças menores de 10 anos, o número de moradores e a renda familiar per capita, fatores determinantes do nível de SA (Santos, 2022).

No estudo conduzido por Silva e colaboradores (2022), na cidade de Salvador, localizada na região Nordeste do Brasil, a IA leve e a IA moderada/grave estiveram associadas às famílias com chefia feminina negra. A chance dessas famílias vivenciarem a IA moderada/grave foi 1,94 vezes maior, comparada às famílias com chefes homens brancos. Ao estratificar pela renda, a IA moderada/grave esteve relacionada às famílias com mulheres negras como pessoa de referência, quando a renda familiar era até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita (SMPC) e também quando  $> 1$  SMPC (Silva e col., 2022).

Embora a renda tenha sido amplamente descrita como determinante da IA das famílias (Kepple e Segall-Correa, 2011; Lignani e col., 2020; Cherol e col., 2023), em condições de maior vulnerabilidade social, o aumento da renda pode não ser suficiente para uma mudança no quadro de IA.

Com o objetivo de investigar se a educação contribuía para a renda das famílias, Campos e colaboradores (2020) estudaram um grupo de mulheres inscritas no Programa Mulheres Mil, cujo objetivo era a promoção da qualificação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Entre os anos 2007-2010 o programa atendeu às mulheres beneficiárias do PBF, que residiam no Norte e Nordeste do Brasil, tendo sido ampliado em 2011, tomando abrangência nacional. Campos e colaboradores (2020) compararam a renda familiar no início do curso e no período até 2 meses após sua conclusão. As autoras identificaram o aumento da renda mensal familiar das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil, porém insuficiente para reduzir significativamente a IA das famílias, que, em contrapartida, aumentou de 77,1% (n = 296) para 80,2% (n = 308) (Campos e col., 2020). As autoras concluíram que o elevado percentual de IA, bem como o fato de a maioria das famílias possuírem renda de “até  $\frac{1}{4}$  do SMPC”, evidenciam o estado de vulnerabilidade social dessas mulheres e a sensibilidade do programa em atender a população a que se destina (Campos e col., 2020).

Recentemente, um estudo abordou a interação da educação e do gênero na IA de adultos australianos, e a educação foi associada à IA entre as mulheres, mas não entre os homens (Gallegos e col., 2022). Ao encontro desses dados, em um estudo conduzido com mulheres em situação de vulnerabilidade social nas cidades brasileiras de Uberlândia (MG) e Londrina (PR), Mariano e Carloto (2013) apontaram a baixa escolaridade das mulheres chefes de família como um dos fatores que comprometem a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no acesso à renda. Todavia, tal desigualdade de gênero no acesso à renda revela que, mesmo quando as mulheres chefes de família possuem níveis de escolaridade mais elevados (em média, as mulheres estudam 8,43 anos,

contra 7,5 anos para os homens), elas compõem, em maioria, os estratos de renda mais baixos, comparando-se a famílias com chefes homens (Braga e Costa, 2022).

### **2.3.Pobreza, substantivo feminino**

*“Algo deve mudar para que tudo continue como está”  
Giuseppe Tomasi di Lampedusa*

A pobreza tem sido contextualizada e medida, tradicionalmente, pela renda e pelo nível de satisfação das necessidades básicas. Enquanto fenômeno, a pobreza é constituída por múltiplas dimensões objetivas e subjetivas, que se relacionam com categorias sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração (Costa e col., 2023). Ainda que as condições de pobreza não sejam determinadas diretamente pela questão de gênero, esse marcador influencia os lares em situação de pobreza, quando se considera o fenômeno das famílias chefiadas por mulheres entre as mais pobres (Mariano e Carloto, 2009).

No final da década de 1970, Diane Pearce, em seu artigo *“The feminization of poverty: women, work and welfare”* argumenta a problemática frente à possibilidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a dependência à assistência social. O contexto de aumento do número de famílias norte-americanas chefiadas por mulheres, e em condição de pobreza, contraditoriamente se revelava, ao mesmo tempo em que as mulheres conquistavam espaços que propiciaram o aumento da escolaridade, da empregabilidade e da participação no mercado de trabalho.

Para Pearce (1978), a feminização da pobreza é uma teoria que destaca as particularidades de gênero, diante das condições econômicas e sociais vivenciadas pelas mulheres, e da composição das famílias, especificamente as chefiadas por elas. A situação de pobreza das mulheres, muitas vezes, está relacionada à execução de trabalhos remunerados e não remunerados. Isso porque o aumento da participação no mercado de trabalho não necessariamente garantiu maior autonomia a esse grupo, ao contrário, principalmente em países em desenvolvimento, apenas fez aumentar a sua carga de trabalho total.

O trabalho doméstico e de cuidado não remunerados possuem produção econômica invisível, as mulheres trabalham mais, mas não lucram com isso, o que aumenta a sua vulnerabilidade a pobreza (Braga e Costa, 2022). No Brasil, se o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres tivesse seu valor econômico reconhecido,

geraria um acréscimo de 20 a 30% do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>3</sup>; dito de outro modo, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado nas famílias pelas mulheres poderia aumentar anualmente até 30% da produção de bens e serviços do país (Alves, 2023). Além disso, as mulheres frequentemente acabam recebendo menos do que precisam, quer seja pelo trabalho, quer seja pela assistência social (Meneses e col., 2022).

### **2.3.1. Mulheres, trabalho e proteção social**

Em uma sociedade de mercado<sup>4</sup>, a participação no trabalho remunerado torna-se aspecto fundamental para a constituição da cidadania e das identidades (Mariano e Carloto, 2015). No texto “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”, Lícia Valladares (1991) apresenta as mudanças no modo de definição e concepção da pobreza e de seus sujeitos, ao longo dos anos, no Brasil. A autora descreve como a construção ideológica da pobreza em torno do trabalho nas cidades e metrópoles emergiu, ligada restritamente a atividades econômicas. O pobre era aquele que não se “transformou” em trabalhador, em um contexto de expansão industrial onde somente o trabalho assalariado, estabelecido na relação empregado e empregador, era considerado trabalho (Valladares, 1991).

Essa concepção de valor relacionada apenas ao mercado de trabalho também contribui para o não reconhecimento e a não valorização do trabalho doméstico não remunerado, por meio da execução de tarefas domésticas e de cuidado para a família, desempenhado em maior parte pelas mulheres. Ademais, limita as mulheres, no que se refere ao acesso a direitos e à maior participação e representação políticas

Se um indivíduo pode obter reconhecimento de outros cidadãos como um cidadão igualmente valioso tão somente através da participação no mercado capitalista, se o autorrespeito e o respeito enquanto cidadão é alcançado na esfera pública da sociedade do emprego, então, as mulheres (quando não participantes do trabalho remunerado) carecem dos meios para ser reconhecidas como cidadãs valiosas (Pateman, 2000 *apud* Mariano e Carloto, 2015 – p.157).

A destinação do espaço de trabalho doméstico não remunerado também gera impactos negativos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O maior uso do tempo em atividades não remuneradas contribui para que tenham menor tempo disponível

---

<sup>3</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) representa toda a produção de bens e serviços produzidos no país anualmente.

<sup>4</sup> Sociedade de mercado: que estabelece relação mercantil e troca social que envolve relação de poder.

para atividades remuneradas e mobilidade física, deixando-as mais vulneráveis a vínculos de empregos precários, com jornada parcial, com baixos salários, ou à informalidade (Lopstra e Tarasuk, 2013). As atividades domésticas e de cuidado podem ainda as impedir não apenas de permanecerem empregadas, mas também de procurar um emprego ativamente ou de estarem disponíveis para trabalhar mediante curto aviso prévio (ILO, 2023).

Essas questões tornam-se particularmente importantes para as mulheres em situação de pobreza, ou seja, as vivências que as mulheres necessariamente passam, apenas por serem mulheres, são experimentadas de maneiras diferentes, de acordo com a sua classe social (Meneses, 2022). As mulheres em situação de pobreza acumulam maiores exigências em relação à tarefa do cuidado (Meneses, 2022), pois encontram pouca colaboração dos demais membros do grupo familiar na realização de atividades domésticas e carecem de recursos ou acesso a instrumentos públicos para socialização das tarefas de cuidado para com crianças, idosos e doentes (Mariano e Carloto, 2015).

O trabalho doméstico não remunerado pode ser definido como um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas, executadas no contexto da família e supõe um vínculo entre quem oferece o cuidado e quem recebe (Kergoat, 2009). Em comparação aos homens, as mulheres, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, permanecem dedicando mais tempo ao trabalho não remunerado, cuidando da casa e da família. No Brasil, segundo a PNAD (2022), essas mulheres dedicavam 17 horas e 48 minutos semanais às atividades não remuneradas, enquanto os homens, com trabalho remunerado, dedicavam 11 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerados.

Braga e Costa (2022) estudaram como o uso do tempo e a IA nas famílias brasileiras se correlacionam. Analisando os dados da PNAD, observaram que cerca de 44% das mulheres desempenhavam trabalhos remunerados e não remunerados, em comparação com 25% dos homens, e que, em apenas 13,6% das famílias, os homens partilhavam o trabalho doméstico com as esposas (Braga e Costa, 2022). Os(as) autores(as) identificaram que, nas famílias chefiadas por mulheres, a probabilidade de SA era menor 4,5%, enquanto era mais provável a IA leve (2,3%), moderada (1,1%) e grave (1,1%). Ao considerar a estrutura de trabalho (remunerada e não remunerada) e a divisão de tarefas entre mulheres e homens, a diferença da SA foi menor que 2,4%, sugerindo que, quando a distribuição do tempo em tarefas domésticas e de cuidado nas famílias foi equilibrada entre os cônjuges, as famílias chefiadas por mulheres estiveram em melhor situação de SA (Braga e Costa, 2022).

Ao considerar a correlação da vulnerabilidade à IA nas famílias com as características do trabalho remunerado, aspectos como os baixos rendimentos, o baixo vínculo com a força de trabalho, as condições de emprego (emprego em tempo parcial e temporário) representam mecanismos para a condição da IA e para a situação de pobreza de moradores trabalhadores nas famílias.

McIntyre e colaboradores (2012) e Loopstra e Tarasuk (2013) identificaram que nas famílias canadenses com moradores trabalhadores(as) assalariados(as) ou por conta própria, o aumento do rendimento do trabalho diminuiu as probabilidades de IA nas famílias. Ademais, maiores ganhos de rendimento levaram a maiores melhorias na gravidade da IA, e, inversamente, maiores perdas de rendimento levaram à maior deterioração.

Loopstra e Tarasuk, (2013) identificaram que as famílias monoparentais femininas, compostas por mães, sem filhos adultos, e com menor escolaridade, tinham rendimento significativamente mais baixo, e poucas conseguiam trabalho a tempo integral. As autoras concluem que essa condição pode estar relacionada tanto às barreiras para a inserção no trabalho remunerado como à pior qualidade do emprego atual. Embora a análise de McIntyre e colaboradores (2012) não tenha considerado a estratificação pelo sexo da pessoa de referência da família, os(as) autores(as) também identificaram que a maioria das famílias de trabalhadores em situação de IA eram chefiadas por mulheres, em lares com presença de mais de uma criança com menos de 12 anos de idade.

Na América Latina, independentemente da condição e trabalho, as mulheres ganham menos do que os homens (OIT, 2023). Em 2022, a taxa de ocupação das mulheres no mercado de trabalho era 46,9% e dos homens 69,8% (ILO, 2022), no entanto, elas estão mais frequentemente trabalhando em situação de informalidade (OIT, 2023). Em todos os países dessa região, as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho não remunerado, enquanto os homens dedicam mais tempo ao trabalho remunerado (CEPAL, 2023).

Outra problemática na América Latina é a elevada proporção de mulheres na força de trabalho agrícola, que representa 36% da força de trabalho do sistema agroalimentar da região, frente à marginalização do seu papel e das suas condições de trabalho (FAO, 2019). As mulheres fazem a maior parte do serviço agrícola nos países em desenvolvimento, contudo, geralmente, veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico. No trabalho assalariado, as mulheres

também estão presentes nos campos, mas muito ausentes das estatísticas, porque a elas fica reservado o trabalho temporário, principalmente durante as colheitas. As próprias agricultoras não veem esse trabalho como assalariado, consideram uma “ajuda” temporária para o orçamento doméstico, apenas “um dinheirinho a mais” (FAO, 2019).

O emprego sempre foi considerado uma forma de sair da pobreza, e, conseqüentemente, da IA. No entanto, as políticas que incentivam o pleno emprego podem não mitigar a pobreza, se os rendimentos do trabalho das(os) trabalhadoras(es) em maior situação de pobreza forem insuficientes para reduzir a vulnerabilidade à IA (McIntyre e col., 2012). Em um estudo que avaliou a IA de famílias com trabalhadores(as) em situação de pobreza na Nigéria, na maioria das famílias com insegurança leve, moderada e grave predominava a condição de pobreza. Isto indica que a vulnerabilidade é maior entre os trabalhadores de famílias em situação de pobreza (Adesoye e Adepoju, 2020). Todavia, a regularidade da renda foi descrita pelos(as) autores(as) como importante para a garantia da SA, visto que, nas famílias com uma fonte de rendimento regular, a IA leve foi reduzida 6,82%, a IA moderada, 0,48% e a IA grave diminuiu 13,0% (Adesoye e Adepoju, 2020).

Outro aspecto importante em relação ao trabalho remunerado e as mulheres diz respeito à situação de informalidade. Um estudo conduzido por Santos e colaboradores(as), propôs a investigação de situação de emprego e a IA em famílias chilenas chefiadas por mulheres e homens. Em 41,0% de famílias chefiadas por mulheres, nenhum dos(as) moradores(as) eram empregados(as) formalmente, em comparação com 23,0% das famílias chefiadas por homens com moradores(as) sem vínculo formal (Santos e col., 2022). Apesar da diferença da situação de emprego dos(as) moradores(as) de famílias chefiadas por homens e mulheres, a situação profissional dos moradores não estava associada à IA, assim como o vínculo de emprego do chefe do agregado familiar não estava associado à IA (Santos e col., 2022). Todavia, as famílias com mulheres como pessoas de referência tinham aproximadamente 3 vezes mais chance de IA (Santos e col., 2022).

No estudo de Santos e colaboradores (2022), duas características da amostra são relevantes para a interpretação dos resultados: a primeira é que em todas as famílias havia a presença de crianças menores de 5 anos de idade; a segunda é que havia a elevada prevalência de emprego informal na área de estudo. Famílias com pessoa de referência *mulher* e compostas por crianças menores de 5 anos de idade são mais vulneráveis à IA, principalmente se essas famílias forem monoparentais femininas, ou seja, compostas

apenas pelas mães e filhos. Novamente, esbarra-se na questão do cuidado e de como isso contribui para a menor participação das mulheres no emprego formal. Além das limitações no acesso, quando inseridas no trabalho remunerado, muitas vezes essas mulheres não conseguem permanecer nele, o que impacta no tempo de experiência (não) adquirido por elas, para promoção e aumento salarial e, a longo prazo, a aposentadoria. Como efeito, elas são, muitas vezes, vistas como trabalhadoras instáveis e acabam mais suscetíveis à busca da informalidade.

No Brasil, a proteção social, como direito social, é vinculada ao mercado formal de trabalho, sendo assim, não atende a uma parcela específica de trabalhadores(as) com vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho. As aposentadorias e pensões são benefícios vinculados à previdência social, ou seja, decorrentes da contribuição dos(as) trabalhadores(as) enquanto ativos no mercado de trabalho formal, conferindo direito aos segurados e seguradas e seus/suas dependentes.

### **2.3.2. Mulheres e assistência social: o caso Bolsa Família**

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social assume a condição de política pública, que obriga o Estado brasileiro a garantir direitos relativos à saúde e à assistência social, independentemente de contribuição (caráter universal), e direitos pertinentes à previdência social, estes, sim, de caráter contributivo. A partir desse momento, vemos a Seguridade Social se organizar e se estruturar como um sistema de proteção social, composto pela saúde pública, pela assistência social e pela previdência social, cada qual com seus objetivos, princípios e formas de financiamento.

A partir da década de 1990, os benefícios não contributivos no Brasil passaram a operar como um novo pilar do sistema de proteção social, no âmbito da garantia de renda, para além do sistema contributivo vigente. Os programas sociais historicamente desenvolvidos no Brasil baseiam-se em políticas compensatórias e desarticuladas das de desenvolvimento econômico.

A política de assistência social brasileira se orienta pela perspectiva das políticas de combate à pobreza, focalizadas na transferência de renda (Mariano e Carloto, 2015). O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência condicionada de renda e tem como um dos seus objetivos a promoção do alívio imediato da pobreza (Mariano e Carloto, 2015). O PBF foi instituído em 2004 e integrou a estratégia “Fome Zero”, atendendo às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza; além das políticas de aumento de renda, integrou um amplo conjunto de medidas para a promoção

da SA.

De fato, o PBF foi uma importante medida para a redução da gravidade da IA das famílias em condição de pobreza, na medida em que aumenta sua capacidade aquisitiva (Cotta e Machado, 2013; Guimarães e Silva, 2020). A expressividade do programa, em grande parte, está relacionada à renda ser, consensualmente, reconhecida como um dos principais fatores para o acesso aos alimentos (Guimarães e Silva, 2020). Contudo, o impacto gerado na renda das famílias e no acesso aos alimentos está longe de alcançar uma política de SAN (Cotta e Machado, 2013).

As ações do PBF são orientadas pela preocupação com a pobreza das famílias. O próprio direito do recurso transferido é orientado em termos de benefício à família, e não a indivíduos (Mariano e Carloto, 2015). Desde sua concepção, o programa prevê o repasse da renda preferencialmente às mulheres, justificado pelo melhor uso da transferência para a manutenção da saúde e do bem-estar da família, o que acaba por envolvê-las em uma rede de obrigações (Mariano e Carloto, 2009).

A titularidade feminina do PBF é objetivo de discussão em estudos feministas, que questionam a autonomia feminina diante da configuração *familista* e *maternalista* do programa, que acaba por subordinar os interesses das mulheres aos interesses da família (Mariano e Souza, 2019). Como titulares, as mulheres recebem mensalmente um valor calculado a partir da sua renda, da quantidade de dependentes e do período de vida de cada membro da família (Meneses e col., 2022), e são responsáveis pelo desempenho da família em relação ao PBF, no cumprimento de condicionalidades (Mariano e Carloto, 2009). A transferência condicionada de renda tem o intuito de diminuir a pobreza estrutural, a partir das contrapartidas de saúde e educação, de modo que a provisão de renda monetária para as famílias pobres esteja associada a investimento em capital humano, sendo capaz de romper os círculos intergeracionais de pobreza (Costa e col., 2023).

O trabalho doméstico e de cuidado não remunerados realizados pelas mulheres em situação de pobreza aparecem como recurso aditivo do PBF, favorecendo os impactos produzidos pela transferência condicionada de renda (Meneses e col., 2022; Mariano e Carloto, 2009). Além de contribuir para a manutenção das relações de poder e para a reprodução das desigualdades, ao reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados, a imposição de condicionalidades às famílias do PBF, somada a uma infraestrutura precária para a socialização dos cuidados, gera uma sobrecarga de obrigações para as mulheres, que impacta no modo como usam o tempo (Mariano e Carloto, 2015). Mariano e Souza

(2015) identificaram que 70% de titulares do PBF que foram entrevistadas declararam maiores atribuições após a inserção no PBF.

Ao responsabilizar as mulheres pela manutenção do PBF, o Estado faz uso presumido do trabalho considerado feminino, deixando as questões de gênero no âmbito privado (Meneses e col., 2022). Esses fatores são limitantes para a sua autonomia econômica a partir do trabalho assalariado e da emancipação do PBF (Mariano e Souza, 2015).

#### **2.4.Divisão sexual do trabalho: um conceito analítico**

*Todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso do trabalho, se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (Kergoat, 2009, p. 67).*

Em “Dicionário crítico do feminismo”, Kergoat (2009) propõe o conceito da divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, dessa forma, historicamente adaptada a cada sociedade. Ela destaca a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares) como as principais características da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009).

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: *o princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e *o princípio hierárquico* (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço e são aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Brandão e Alzuguir (2022, p.15) compreendem essa ideologia tem dois sentidos: o de “tomar algo como dado, parte natural das coisas ou as coisas como são”, e de atribuir um “destino biológico para as referidas marcas sociais, como supostamente determinadas por uma natureza que independeria de concepções, valores e ações de grupos humanos”. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais (Kergoat, 2009).

As bases teóricas do conceito da divisão sexual do trabalho foram fundamentadas na França dos anos 1970, sob impulso do movimento feminista, ao constatar a invisibilidade da quantidade de trabalho realizado de forma gratuita pelas mulheres, realizado não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (Kergoat, 2009). Naquela época, uma nova compreensão por antropólogas feministas demonstrava que a divisão sexual do trabalho não se traduzia a uma complementaridade de tarefas, mas a uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Kergoat, 2009). Bem como no modo o como a economia de mercado se sustentou/a sobre o trabalho não pago realizado pelas mulheres.

A divisão sexual do trabalho recai sobretudo nas mulheres em condição de pobreza, diante da falta de recursos para contratar outras mulheres para suporte no trabalho doméstico (Brandão & Alzughir, 2022). Em uma dimensão mais ampla, o trabalho, pensado do ponto de vista das mulheres envolve não somente o trabalho profissional, assalariado e o mercado de trabalho, como também o trabalho doméstico, não remunerado, gratuito. Assim a igualdade profissional depende da igualdade no interior das famílias (Hirata, 2014).

Na sociologia, a divisão sexual do trabalho adquiriu o valor de um conceito analítico, recorrendo às contribuições teóricas de Daniele Kergoat (2009), esta tese buscou compreender como sistemas de opressão e dominação presentes na divisão sexual do trabalho, acrescidos de relações de poder e de classe implicam na maior vulnerabilidade das mulheres à IA.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. Objetivo geral

Analisar a maior vulnerabilidade das famílias com pessoa de referência do sexo feminino à insegurança alimentar, considerando a composição da renda familiar, a partir do conceito/teoria da divisão sexual do trabalho.

#### 3.2. Objetivos específicos

Artigo 1 - Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações sobre a insegurança alimentar grave

1. Verificar a diferença da participação dos rendimentos provenientes do trabalho, de benefícios de aposentadoria e pensão, e do Programa Bolsa Família (PBF) na composição da renda de famílias, segundo a classificação da IA domiciliar, comparando-se os domicílios brasileiros segundo o sexo da pessoa de referência, nas diferentes regiões e áreas urbana e rural do país.

2. Descrever as prevalências de SA e IA grave nas regiões do Brasil, para as famílias com pessoa de referência do sexo feminino e do sexo masculino em localizações urbanas e rurais.

3. Analisar a diferença percentual da participação dos rendimentos de trabalho, aposentadoria, pensão e programa bolsa família, das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, em relação a famílias com pessoa de referência do sexo masculino, considerando estratos de renda per capita e a condição de SA e IA grave, nas regiões e localizações urbanas e rurais do Brasil.

Artigo 2 Food insecurity and employment income: considerations regarding gender inequalities (Insegurança alimentar e rendimento do trabalho: considerações sobre as desigualdades de gênero).

1. Descrever as características sociodemográficas e de renda do trabalho das famílias, segundo a SA e níveis de IA leve e IA moderada/grave

2. Relacionar o rendimento do trabalho das famílias com a SA e níveis de IA leve e IA moderada/grave com as famílias com pessoa de referência do sexo feminino e do sexo masculino.

3. Analisar a associação entre a interação do rendimento do trabalho com o sexo da pessoa da referência do família, na condição de SA e IA das famílias brasileiras.

## **4. MÉTODOS**

### **4.1. Desenho e amostra do estudo**

Nesta tese foi realizada uma análise transversal do banco de dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Famílias (POF). A POF é uma pesquisa epidemiológica de base populacional e realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de junho de 2017 a maio de 2018.

O desenho amostral da POF foi definido pela Amostra Mestra, projeto desenvolvido pelo IBGE para a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, e seus setores são selecionados dentre aqueles que compõem a referida amostra (FREITAS, 2007). A amostra mestra foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com objetivo de criar uma amostra única para as demais pesquisas domiciliares, facilitando a integração entre essas. Na POF, dois aspectos de estratificação são importantes, geográfica e estatística, ambos considerados na construção da amostra mestra. Para seleção da subamostra da POF, foi adotada amostragem por conglomerados em dois estágios, estratificação geográfica e estatística das unidades primárias de amostragem, sendo estas selecionadas por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor, dentro de cada estrato final, compondo a amostra mestra. Para seleção das unidades primárias em cada estrato, foi realizada amostragem aleatória simples. Posteriormente, para cada unidade primária de amostragem, foram selecionados, também por amostragem aleatória simples, os domicílios particulares permanentes que representam as unidades secundárias de amostragem (IBGE, 2017).

Foram investigados os domicílios particulares permanentes, onde é identificada a unidade de consumo, que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia (IBGE, 2019). Ao todo a pesquisa abrangeu 57.920 mil domicílios de 1.900 municípios distribuídos nas macrorregiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) em áreas urbana e rural (IBGE, 2019).

### **4.2. Instrumentos de investigação e tratamento dos dados**

A POF objetiva mensurar dados referentes a rendimentos, despesas, consumo alimentar das famílias brasileiras, características do domicílio e dos moradores, e, ao todo, são aplicados sete módulos de investigação.

Cabe destacar que a POF utiliza 12 meses de coleta de dados e que, durante esse período, algumas informações de despesa e de rendimentos são coletadas, considerando-se um período de referência de 12 meses. Portanto, essas informações totalizaram 24 meses de referência, tempo suficiente para mudanças absolutas e relativas de preços, o que justifica a necessidade desses valores serem fixados em uma data de referência. O IBGE estabeleceu a data de referência fixada como 15 de janeiro de 2018, adotada neste estudo, para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 (IBGE, 2018).

#### 4.2.1. Insegurança alimentar (MÓDULO - POF 6)

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Segall-Correa, 2014) foi o instrumento utilizado na POF para a medida da IA nos domicílio (IBGE, 2020) (**Anexo 1**). A EBIA (**Quadro 1**) é uma escala psicométrica, validada para a população brasileira (REF), que mede a experiência das famílias em situação de IA. Sua versão completa é composta por 14 perguntas com resposta “sim ou não”, cada resposta afirmativa soma 1 (um) ponto, permitindo o estabelecimento de pontos de corte e classificação da IA em níveis de gravidade, leve, moderada e grave. As perguntas da EBIA se referem aos 3 (três) últimos meses anteriores às entrevistas, e propõem a investigação da IA desde a preocupação até a falta de alimentos nos domicílios (**Quadro 2**).

**Quadro 1: Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar inseridas na Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2017/2018.**

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador com 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?

12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Na escala, seis perguntas são direcionadas para domicílios com presença de moradores menores de 18 anos de idade; nesse sentido, a classificação da EBIA recomenda diferentes limites de pontuação para famílias que tenham ou não em sua composição moradores crianças e adolescentes (**Quadro 2**, Interlinghi e col., 2017).

**Quadro 2: Classificação da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de acordo com a presença de moradores com idade abaixo de 18 anos nos domicílios**

Classificação	Presença de menores 18 anos	Ausência de menores 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1-5	1-3
Insegurança alimentar moderada	6-9	4-6
Insegurança alimentar grave	10-14	7-8

Segundo os critérios, a ausência de respostas afirmativas classifica os domicílios como em condição de SA, o que indica que essas famílias não passaram por situações de restrição ou de preocupação com acesso limitado aos alimentos no período que compreende a entrevista. Os domicílios classificados com insegurança alimentar leve (IA leve), indicam que a preocupação com a disponibilidade e que o possível comprometimento qualitativo dos alimentos foi experimentado pela família. Na insegurança alimentar moderada (IA moderada), o comprometimento qualitativo é estabelecido, podendo ocorrer redução na ingestão alimentar entre os adultos, e, na insegurança alimentar grave (IA grave), ocorre a redução quantitativa de alimentos possibilitando a experiência da fome, atingindo todos os moradores do domicílio, incluindo crianças e adolescentes, quando presentes.

#### **4.2.2. Rendimentos (MÓDULO - POF 5)**

Para avaliação da renda domiciliar, foi considerada a informação referente ao rendimento total dos domicílios, que consiste no somatório dos rendimentos brutos

monetários dos moradores, somados ao total de rendimentos não monetários. A POF disponibiliza as informações individuais de rendimentos monetários para cada morador do domicílio, caracterizado como unidade de orçamento – trabalho e/ou rendimento (**Anexo 2**). Deste módulo da pesquisa (POF5), foram consideradas as seguintes informações:

- i) Identificação de trabalhos e pessoas ocupadas, pelos valores dos rendimentos. Essas informações são referentes às pessoas com mais de 10 anos, que tenham exercido trabalho durante, ao menos, 4 horas completas, ao menos em um mês no período de referência.
- ii) Característica da atividade, remunerada ou não remunerada. Destaca-se que a POF não investiga atividade de produção de bens e serviços para próprio consumo ou uso de pessoas do mesmo domicílio, atividade de trabalho voluntário, de cuidado de pessoas sem remuneração, de afazeres domésticos e pedintes. Demais rendimentos referentes a transferências monetárias correspondentes a aposentadoria, pensão e programas de transferência de renda, também foram investigados.

#### **4.2.3. Sexo da pessoa de referência (MÓDULO- POF 1)**

O sexo da pessoa de referência da família foi investigado na POF, como categoria descritiva, a partir do registro correspondente mulher e homem”, ou seja, “feminino e masculino”, respectivamente (**Anexo 3**).

Para a abordagem de gênero como categoria analítica, esta tese adotou os estudos de gênero e feministas, que, para além do binarismo feminino/masculino, convergem que as relações de poder entre os sexos estruturam desigualdades, portanto, a divisão sexual do trabalho se mantém como um dos eixos explicativos das relações de poder (Andersen e Collins, 1992; Collins, 2002; Crenshaw, 2002; Pine, 2002; Vigoya e Pinho, 2023).

#### **4.2.4. Demais variáveis de estudo (MÓDULO- POF 1)**

Para caracterização das famílias, estratificação da amostra e para ajuste do modelo de regressão, foram utilizadas variáveis sobre a localidade (região (Nordeste; Norte; Centro-oeste; Sudeste; Sul) e área (urbana; rural) do domicílio), a composição das famílias (número de moradores ( $\leq 3$ ;  $> 4$ ) e presença de moradores crianças menores de 10

anos (sim; não) nos domicílios) e características da pessoa de referência das famílias (raça/cor (Branca; Negra)/(Branca; Preta; Parda), escolaridade ( $\leq 8$  anos;  $>8$  anos) e situação conjugal (sem cônjuge/companheiro; com cônjuge/companheiro) (**Anexo 3**).

A POF classifica o morador pessoa de referência da família a partir do fato de contemplar ao menos uma das condições: ser responsável pelo aluguel, em casos de domicílios alugados, ser responsável pela prestação do imóvel, quando o domicílio próprio não estiver completamente quitado, e ser responsável por outras despesas, por exemplo taxas de condomínio, imposto predial, serviços e demais taxas do domicílio.

### **4.3. Análise dos dados**

Como procedimento inicial para análise exploratória dos dados, foram estimadas prevalências (intervalos de confiança) e médias (desvio padrão), estabelecidas de acordo com as características das variáveis sociodemográficas. Todas as variáveis foram estratificadas por gênero, e considerando potenciais determinantes de desigualdade, os domicílios cujas mulheres se identificaram como pessoas de referência foram ainda estratificados pela cor/raça, pela condição socioeconômica e pela presença de moradores menores de 18 anos. As variáveis foram estudadas para o território nacional, regiões demográficas e área, rural e urbana; tendo sido testadas em relação à insegurança alimentar. Para isso, a insegurança alimentar foi avaliada em três categorias, possibilitando a análise da IA leve, da IA moderada e da IA grave em relação às demais variáveis do estudo.

As variáveis com associação significativa em relação ao desfecho foram ainda consideradas potenciais fatores de confusão nos modelos de análise. Os dados analisados neste estudo foram expandidos, para que a amostra seja representativa da população brasileira. Todos os procedimentos analíticos deste estudo foram executados com o programa Stata versão 16.

### **Artigo 1 - Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional**

Os dados analisados neste estudo foram expandidos e constituem amostra representativa da população brasileira. Para caracterização da amostra, foram estimadas prevalências, assumindo-se o intervalo de confiança de 95%, das condições sociodemográficas dos domicílios com pessoa de referência do sexo feminino e para

aqueles com pessoa de referência do sexo masculino, segundo a condição domiciliar de segurança alimentar e de níveis de gravidade da IA. Do mesmo modo, a análise de participação dos rendimentos monetários, na composição da renda total, foi estimada por médias e intervalos de confiança de 95%, de acordo com o sexo da pessoa de referência e exposição à segurança alimentar e à insegurança alimentar domiciliar. Foi utilizado o teste de análise da variância (ANOVA), para estimar a diferença absoluta das médias de domicílios chefiados por mulheres, em comparação aos domicílios chefiados por homens, com nível de significância de 5% ( $p\text{-valor} < 0,01$ ). Todas as análises foram realizadas no programa estatístico Stata versão 16.

### **Artigo 2 - Food insecurity and employment income: considerations regarding gender inequalities.**

Para descrever o perfil da amostra de trabalhadores, foram estimadas prevalências e médias, assumindo-se o intervalo de confiança de 95%, das condições de trabalho (ocupação, jornada e rendimento de trabalho) da pessoa de referência do domicílio, separando-se em dois grupos: um de pessoas de referência do sexo feminino e outro com pessoa de referência do sexo masculino. A prevalência da IA foi avaliada em níveis de gravidade (IA leve, IA moderada e IA grave). Modelos de regressão foram considerados para investigar a associação entre os rendimentos de trabalho de homens e de mulheres e a IA domiciliar. Todos os procedimentos analíticos deste estudo foram executados com o programa Stata versão 16.

## 5. RESULTADOS

### 5.1. Artigo 1 (Aceito para publicação na revista *Ciência e Saúde Coletiva*)

#### DESIGUALDADES DE GÊNERO E RENDA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

#### GENDER AND INCOME INEQUALITIES IN BRAZILIAN HOUSEHOLDS: IMPLICATIONS FOR FOOD SECURITY AND NUTRITION

**Resumo:** No Brasil, a forte articulação entre a problemática do combate à fome e as políticas de transferência de renda aprofundou o debate sobre a insegurança alimentar (IA). O acesso limitado à renda pode explicar a maior vulnerabilidade de famílias com pessoa de referência mulher à IA grave. O artigo tem por objetivo investigar a diferença da participação dos rendimentos do trabalho, de benefícios e de programas sociais na renda de famílias em segurança alimentar (SA) e IA grave, segundo o sexo da pessoa de referência. O estudo quantitativo analisou dados de 37.927 domicílios da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018. A diferença da participação dos rendimentos do trabalho, da aposentadoria, da pensão e do Programa Bolsa Família (PBF), na renda das famílias, foi analisada segundo renda per capita e situação de SA e IA grave, avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A análise privilegiou o conceito da divisão sexual do trabalho, e os resultados revelaram a maior participação do PBF para famílias com pessoa de referência mulher quando em SA e menor renda. A maior contribuição da transferência condicionada de renda para essas famílias reafirma sua importância como mecanismo de proteção social e redução das desigualdades, ao passo que reforça a destinação prioritária das mulheres ao trabalho reprodutivo.

**Palavras-chaves:** Insegurança alimentar, Fome, Renda, Gênero.

**Abstract:** In Brazil, the articulation between the problem of combating hunger and income transfer policies deepened the debate on food insecurity (FI). Limited access to income may explain the greater vulnerability of families with a female reference person to severe FI. The article aims to investigate the difference in the participation of earnings from work, benefits and social programs in the income of families in food security (FS) and severe FI, according to the gender of the reference person. Quantitative study that analyzed data from 37,927 households from the 2018 Household Budget Survey. The difference in the participation of income from work, retirement, pension, and the Bolsa Família Program (PBF) in family income was analyzed according to per capita income

and situation of AS and severe FI, assessed by the Brazilian Scale of Food Insecurity. The analysis privileged the concept of the sexual division of labor, and the results revealed a greater participation of the PBF for families with a female reference person when in FS and with lower income. The greater contribution of conditional cash transfers to these families reaffirms their importance as a mechanism for social protection and reduction of inequalities, while at the same time reinforcing the prioritization of women in reproductive work.

**Keywords:** Food insecurity, Hunger, Income, Gender

## **Introdução**

O tema da insegurança alimentar (IA) requer uma perspectiva multidisciplinar pois diferentes aspectos incidem sobre pessoas, famílias e populações que vivem nesta condição. Dados da Rede PENSSAN mostram que cerca de 33,1 milhões de brasileiros convivem com a fome, representada pela forma mais severa da IA<sup>1</sup>. Corroborando com este cenário, o avanço da IA grave em todas as regiões do mundo alcançou 924 milhões de pessoas, incluindo 14,5% da população da América Latina e Caribe<sup>2</sup>.

Desde 2018 a condição de IA grave tem sido uma realidade crescente para as famílias brasileiras<sup>3</sup>, ultrapassando os patamares de 2004<sup>4</sup>, data da primeira avaliação da IA no Brasil, em um contexto em que a alimentação ainda não era reconhecida como direito social. Diferentes fatores contribuíram para caracterizar esse retrocesso em termos de políticas públicas, entre os quais se destacam: crise econômica vivenciada dado às medidas de austeridade<sup>5</sup>, o desmantelamento e a descontinuidade de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019<sup>6</sup>. Com a pandemia de Covid-19, as desigualdades sociais e regionais aumentaram, atingindo de forma distinta famílias com pessoa de referência mulher e homem, segundo dados da avaliação do acesso à alimentação adequada da população<sup>1,3</sup>.

Em estudo, Santos e colaboradores (2023)<sup>7</sup> observaram que famílias chefiadas por mulheres, que viviam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tinham uma maior vulnerabilidade às formas mais severas de IA. Adicionalmente, famílias com pessoa de referência mulher são ainda mais impactadas pela fome quando em áreas rurais do semiárido do país comparada às famílias de áreas urbanas<sup>8</sup>.

A maior prevalência de IA nos domicílios com pessoa de referência mulher pode ser explicada pelo acesso limitado à renda proveniente do trabalho e a recursos produtivos<sup>9</sup>. Esse aspecto expressa um debate central sobre a IA que se refere às políticas de transferência de renda (condicionada ou não) como um mecanismo de proteção social e combate à pobreza. Com o aumento da pobreza, as mulheres, têm menores condições de acesso ao mercado de trabalho, formação profissional, e convivem com a dupla jornada de trabalho<sup>10</sup>.

Apesar da importância de conhecer fatores que incidem estruturalmente sobre famílias que vivem com IA e como esses se relacionam, poucos estudos aprofundam a problemática das mulheres, mais do que os homens, viverem em situação de IA sob uma perspectiva crítica dos estudos de gênero. Oliveira et al. (2020)<sup>9</sup> chamam atenção para esta relação entre SA e a condição feminina e nos leva a pensar como a desigualdade no acesso à alimentação é uma das expressões da injustiça de gênero, conceito este formulado por Fraser<sup>11</sup> relacionado às teorias da justiça e às barreiras para a emancipação feminina<sup>12</sup>.

Este artigo parte do conceito da divisão sexual do trabalho<sup>13</sup>, buscando compreender como a divisão social do trabalho, decorrente das relações sociais de poder entre os sexos, contribuiu para a inserção desigual entre mulheres e homens no trabalho produtivo e para contradições na proteção social no Brasil, direcionadas ao combate à pobreza e à fome.

Mesmo com igualdade de direitos em relação aos homens, as mulheres exercem a maior parte do trabalho reprodutivo<sup>13</sup> e, em países e regiões com sistemas de proteção social pouco eficazes<sup>14</sup>, a inserção e a permanência no trabalho produtivo são atravessadas por barreiras de classe<sup>13</sup>. Nesse sentido, os estudos que debatem a divisão sexual do trabalho podem contribuir para a compreensão dos fatores que marcam as desigualdades de gênero e a IA grave, dado a sua característica de destinação prioritária dos homens à esfera produtiva do trabalho e das mulheres à esfera reprodutiva<sup>13</sup>.

O presente artigo tem como objetivo analisar a diferença da participação dos rendimentos provenientes do trabalho, de benefícios de aposentadoria e pensão, e do Programa Bolsa Família (PBF) na composição da renda de famílias segundo a classificação da IA domiciliar, comparando os domicílios brasileiros segundo o sexo da pessoa de referência, nas diferentes regiões e áreas urbana e rural do país. Sua

contribuição consiste em trabalhar os dados da POF 2018 em uma perspectiva que associa os estudos de gênero e feministas ao tema da IA trazendo novos debates com base em análises apresentadas sobre o tema em estudos quantitativos nacionais.

## **Métodos**

### **Amostra do estudo**

Trata-se de estudo transversal quantitativo utilizando dados disponíveis da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre julho de 2017 a julho de 2018. A POF é uma pesquisa populacional que trata do levantamento detalhado sobre os padrões de consumo, da composição dos orçamentos domésticos e das condições de vida da população brasileira<sup>15</sup>. Com desenho amostral definido pela amostra mestra desenvolvida pelo IBGE<sup>16</sup>, a seleção amostral considerou conglomerados em dois estágios (unidades primárias de consumo e domicílios). Mais detalhes sobre o desenho amostral da POF 2018 podem ser obtidos nas publicações do IBGE<sup>16</sup>.

Para investigação de características gerais dos domicílios e dos moradores utilizou-se as informações sociodemográficas, bem como aquelas relativas às condições de vida e ao trabalho e rendimentos individuais. Foram consideradas as seguintes variáveis: insegurança alimentar domiciliar, sexo da pessoa de referência, renda familiar per capita e classificação dos rendimentos.

### **Insegurança alimentar domiciliar**

Utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que avalia o acesso a alimentos no domicílio quanto à disponibilidade de renda para aquisição nos três meses que antecedem a entrevista, a POF 2018 captou a segurança alimentar e três níveis de IA (IA leve, moderada e grave). Trata-se de escala psicométrica, validada para a população brasileira, composta por 14 perguntas das quais oito correspondem a moradores adultos e idosos e seis aos moradores menores de 18 anos<sup>17</sup>. Cada resposta afirmativa às perguntas soma-se um ponto para classificação dos domicílios nos níveis de IA<sup>17</sup>. Neste estudo consideramos exclusivamente às famílias classificadas em segurança alimentar (famílias sem respostas afirmativas para as perguntas) e com IA grave (aquelas que tinham ao menos um integrante menor de 18 anos e que pontuaram de 10 a 14

respostas afirmativas, ou de 7 a 8 pontos entre famílias de apenas adultos). Detalhes da EBIA e classificação dos níveis de IA podem ser encontrados em publicações anteriores<sup>17</sup>.

## **Sexo**

A variável sexo da pessoa de referência da família foi analisada como “mulher/homem”, tal como disponibilizado nas perguntas conduzidas pelo IBGE<sup>15</sup>, para o debate das classificações “feminino/masculino” ao longo do texto. Nessa abordagem, sexo é uma categoria descritiva e gênero é uma categoria analítica advinda dos estudos das ciências sociais que enfatizam uma lógica social que estrutura sistemas de relações de poder e ontologias em torno das atribuições socioculturais ao masculino e feminino<sup>18</sup>.

Para isso, o artigo se baseou no referencial teórico dos estudos de gênero e feministas que, em sua diversidade, convergem para análises de gênero, com perspectiva interseccional, isto é, em que as relações de poder entre os sexos estruturam desigualdades e se sobrepõem de modo interdependente a outras formas de desigualdade, tais como, a de classe e de raça<sup>19,20,21,22</sup>. Significa, portanto, que para além do binarismo masculino/feminino, a divisão sexual do trabalho se mantém como um dos eixos explicativos das relações de poder<sup>13,20,21</sup>.

Neste artigo os termos “pessoa de referência” e “chefe de família” foram adotados como sinônimos.

## **Renda familiar e classificação dos rendimentos**

Para análise da composição da renda familiar foram consideradas a renda total das famílias e as informações referentes aos rendimentos monetários, para investigar a origem e os valores de todos e qualquer tipo de ganho monetário de cada morador do domicílio. Para isso, considerou-se as informações de todos os moradores que, dentro de um período referência de 12 meses, tiveram participação no orçamento da família<sup>15</sup>. Os rendimentos foram classificados em quatro categorias diferentes provenientes de: (i) trabalho remunerado, (ii) aposentadoria, (iii) pensão e (iv) PBF. Para compor os rendimentos do trabalho, de pensão e de aposentadoria dos moradores foram incluídos os valores recebidos por férias e 13º e 14º salário. Entre os moradores que recebiam o PBF, considerou-se também a parcela de auxílio natalino. Os valores obtidos para cada tipo de

rendimento foram divididos pelo número de pessoas no domicílio, de modo que, todas as análises de renda estudadas consideraram o valor per capita.

O IBGE disponibiliza a renda total expressa em valor médio mensal da renda domiciliar, composta pelo somatório dos rendimentos brutos monetários e não monetário mensal familiar e a parcela monetária referente à variação patrimonial, recebidos durante o período de referência de 12 meses<sup>15</sup>. Assim, para os rendimentos de trabalho, de aposentadorias, de pensão e do PBF, recebidos por um período inferior ao período de referência, o valor médio mensal foi multiplicado pelo número de parcelas recebidas durante um ano e, posteriormente, dividido por 12 meses (período de referência) resultando em valores médios mensais compatíveis à renda média total anualizada. Para os valores médios mensais referentes a 13 e 14 salários, férias e abono natalino do PBF, como são referentes a uma única parcela, foram divididos por 12 meses.

Para verificar a participação dos rendimentos monetários na composição renda familiar per capita, foi estimado o valor percentual médio de cada rendimento monetário em proporção ao valor da renda média total. Também foram estimadas as diferenças percentuais dos rendimentos das famílias chefiadas por uma mulher em relação aos domicílios chefiados por um homem; adicionalmente subgrupos de renda per capita familiar menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita (SMPC), entre  $\frac{1}{2}$  e 1 SMPC e maior que 1 SMPC foram estabelecidos. Em 15 janeiro de 2018, data de referência estabelecida pela POF<sup>15</sup>, o valor de um salário mínimo (SM) em real (moeda brasileira) era 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro), o que implica o valor de 447,00 (quatrocentos e quarenta e sete) para  $\frac{1}{2}$  SM.

### **Demais covariáveis do estudo**

As análises foram estratificadas segundo a região (Norte; Nordeste; Centro-Oeste; Sudeste; Sul) e a área (urbano; rural) dos domicílios. Outras covariáveis foram utilizadas para caracterização das famílias: número de moradores (até 3; 4 ou mais), referente ao domicílio, e raça/cor (branca; negra, isto é, preta/parda, segundo classificação do IBGE<sup>23</sup>), escolaridade ( $\leq 8$  anos;  $> 8$  anos) e situação conjugal (sem cônjuge; com cônjuge), referente à pessoa de referência.

### **Análise de dados**

Primeiramente foi realizada a análise de participação dos rendimentos monetários na composição da renda total estimada por percentuais médios e seus intervalos de confiança de 95% (IC 95%). O teste de análise da variância (ANOVA) foi utilizado para estimar a diferença das médias de domicílios com pessoa de referência mulher (M) em comparação aos domicílios com pessoa de referência homem (H). Posteriormente foi calculada a diferença do percentual médio de cada fonte de rendimento (trabalho, aposentadoria, pensão e PBF) segundo o sexo da pessoa de referência, considerando a seguinte equação  $(M_i - H_i / H_i) * 100$ ;  $H$  representa o valor do rendimento do domicílio com pessoa de referência homem,  $M$  o valor do rendimento do domicílio com pessoa de referência mulher, e  $i$  indica a presença de SA ou IA grave domiciliar. A equação foi aplicada considerando subamostras de categorias de renda per capita ( $< \frac{1}{2}$  SMPC, entre  $\frac{1}{2}$  e 1 SMPC e  $> 1$  SMPC). O programa estatístico Stata 16 foi utilizado para análises deste estudo. Todas as análises consideraram as estratificações por regiões, área e sexo da pessoa de referência do domicílio. Todas as análises foram ponderadas para compensar a taxa de não respostas de acordo com o desenho amostral da POF 2018 utilizando o pacote 'svy' do software Stata, versão 16.1 (<https://www.stata.com>).

### **Aspectos éticos**

As atividades de coleta de dados do IBGE são regidas pela Lei nº 5.534 editada em 14 de novembro de 1968. Esta legislação garante confidencialidade a todas as pessoas físicas e jurídicas que fornecem estatísticas e informações ao IBGE. Assim, todos são informados que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins estatísticos de análises. Adicionalmente, pesquisas que utilizam dados secundários de domínio público não necessitam de aprovação de Comitês de Ética em Pesquisa, de acordo com a resolução n. 510 de 7 de abril de 2016, publicada pelo Conselho Nacional de Saúde.

### **Resultados**

Dos 57.920 domicílios investigados na POF 2018, 37.927 domicílios tinham todas as informações sobre rendimentos da pessoa de referência da família e dos dados de SA ou IA grave (65,5% da amostra). A maioria das famílias residiam na área urbana (87,7%), e tinham como chefe homem (Homem:56,4% [IC95%55,6;57,1]; Mulher:43,6% [IC95%42,9;44,4]). Famílias em áreas rurais tiveram percentual significativamente

menor de lares com chefe mulher (30,7% [IC95%29,0;32,4]), em comparação àqueles chefiados por homens (69,3% [IC95%67,9;71,0]).

As Figuras 1A e 1B apresentam as prevalências de SA e IA grave, segundo os perfis de famílias chefiadas por homens ou mulheres, localizados na área urbana ou rural. Com base nos dados, a SA foi maior nos domicílios urbanos e rurais das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul quando o chefe era homem (**Figura 1 (A)**). A IA grave foi maior para famílias com chefe mulher, exceto no Sudeste rural. Na área rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nos domicílios urbanos das regiões Sudeste e Sul as famílias com chefe mulher representaram as maiores proporções de famílias vivendo em IA grave (**Figura 1 (B)**).

Sobre as características sociodemográficas, as famílias de áreas urbanas com chefe homem com acesso regular à alimentação, em quantidade e qualidade (SA), caracterizaram-se majoritariamente no nível de renda familiar acima de 1 SMPC (80,0%) e menor número de moradores (69,6%). Neste perfil, mais da metade dos chefes das famílias homens eram brancos (53,6%), com escolaridade acima de oito anos de estudo (67,30%) e viviam com cônjuges (80,7%). Famílias urbanas chefiadas por mulheres, na mesma condição de SA, tinham significativamente menor proporção na faixa de maior renda (77,6%), maior proporção daquelas com até três moradores (77,7%) e que eram brancas (53,4%) e viviam sozinhas (62,9%). Analisando a condição de IA grave também na área urbana, as diferenças significativas com relação ao sexo se fizeram presentes em maior proporção entre famílias chefiadas por mulheres negras (72,4%), de menor renda familiar (35,0%) e de menor escolaridade (64,0%) (**Tabela 1**).

Entre as famílias da área rural do país, a SA foi significativamente maior entre famílias chefiadas por homens negros (54,5%) e vivendo com cônjuge (79,3%), enquanto entre as famílias com pessoa de referência mulher se destacou a maior proporção de SA naquelas que viviam sem cônjuge (50,3%, p-valor <0,001) e que eram negras (61,9%). A interpretação dos dados para a IA grave das famílias rurais revelaram a maior vulnerabilidade à raça e situação conjugal entre homens e mulheres na posição de chefes das famílias, sendo famílias chefiadas por homens negros (82,5%) e com cônjuges (79,2%) e por mulheres negras (84,2%) e que vivem sem cônjuge (59,1%) às mais vulneráveis à fome (**Tabela 1**).

As **Tabelas 2 e 3** apresentam as diferenças percentuais dos rendimentos do trabalho, de aposentadoria, de pensão e do PBF nas famílias com chefe mulher em comparação a participação dos rendimentos na renda das famílias com chefia masculina considerando os estratos de renda familiar em SMPC e situação de SA e IA grave domiciliar.

Os rendimentos do PBF e de pensão indicaram diferenças mais elevadas e a maior contribuição para renda de famílias de áreas urbanas com chefe mulher. Para a maioria das regiões, entre famílias com menor renda e em SA, rendimento proveniente do PBF indicou diferença mais elevada (Sul: +57,0%; Sudeste: +41,4%; Centro-Oeste: +34,3%; Nordeste: +27,8%), assim como para famílias com maior renda e IA grave da região Sudeste (+575,0%). O rendimento de pensão teve a diferença mais elevada entre as famílias com menor renda da região Sudeste (+132,9%) em SA e para as famílias da região Centro-Oeste (+562,5%) em IA grave. Famílias com renda acima de ½ SMPC e em IA grave indicaram diferenças elevadas de pensão nas regiões Norte (+131,4%) e Sul (+95,2%) (**Tabela 2**).

Quando em IA grave, famílias que residiam em áreas urbanas também indicaram diferença mais elevada do rendimento de trabalho na região Centro-oeste (-26,1%) no estrato de menor renda. Entre as famílias com maior renda, o rendimento do trabalho apresentou maior diferença nas regiões Nordeste (-25,6%) e Sul (-19,6%) e o rendimento de aposentadoria maior diferença entre as famílias da região Centro-Oeste (-36,2%). Essas diferenças indicam a menor participação desses rendimentos, de trabalho e aposentadoria, na renda das famílias com chefes mulheres (**Tabela 2**).

As diferenças dos rendimentos entre as famílias da área rural, foram superiores às diferenças encontradas entre as famílias da área urbana. Todavia, o rendimento do PBF e de pensão também indicaram diferenças mais elevadas daqueles provenientes de algum trabalho, indicando menor participação deste na renda das famílias em áreas rurais com chefes mulheres. Em todas as regiões, a diferença do rendimento do PBF indicou maior participação para famílias com menor renda e com chefe mulher em SA. As diferenças mais elevadas da renda advinda do PBF foram observadas entre as famílias em SA da região Norte (+65,9%) e para famílias em IA grave da região Nordeste (+225,8%), quando a renda familiar per capita era inferior à 1 SMPC. O rendimento proveniente de pensão apresentou diferença mais elevada entre famílias em SA da região Norte

(+133,5%) quando a renda era menor que  $\frac{1}{2}$  SMPC. E para as famílias em IA grave da região Sul (+665,9%) quando a renda era maior que  $\frac{1}{2}$  SMPC e inferior 1 SMPC (**Tabela 3**).

Sobre os resultados encontrados entre famílias da área rural e que estavam em IA grave, as maiores diferenças do rendimento de aposentadoria indicaram maior participação do rendimento na renda das famílias com chefe mulher que residiam no Centro-Oeste (+79,3%) quando a renda era maior que 1 SMPC, e na região Nordeste (+62,6%), quando esta era inferior a  $\frac{1}{2}$  SMPC. Resultados semelhantes foram observados para as famílias em SA e de menor renda das regiões Nordeste (+16,0%) e Sudeste (+39,3%). Sobre os rendimentos proveniente do trabalho das famílias residentes nas áreas rurais do país e que a IA era presente, diferenças foram encontradas naquelas de maior renda nas regiões Centro-Oeste (-88,3%) e Sudeste (-89,7%). Entre famílias com SA, destacou-se a maior diferença na região Nordeste (-23,9%) no estrato de menor renda familiar. (**Tabela 3**).

### **Discussão**

Corroborando os dados da literatura, o estudo reitera que as famílias brasileiras chefiadas por mulheres perfazem o grupo social mais vulnerabilizado uma vez que vivem em situação de IA grave<sup>1,4,7,8,9</sup>. Cabe destacar que nas famílias chefiadas por mulheres negras e que viviam em áreas urbanas das regiões Sudeste e Sul, ou na área rural do Norte, Nordeste e Centro-oeste, a proporção da forma mais severa da IA era ainda mais acentuada.

Foi também nas famílias chefiadas por mulheres que a maior participação de rendimentos de transferência de renda se fez presente, seja ela contributiva como ocorre com pensões, ou direta, a exemplo do PBF, e por sua vez, menor foi a contribuição do rendimento do trabalho. Dito de outro modo, são as famílias com pessoas de referência mulher aquelas que mais encontram dificuldades para obter rendimento do trabalho e, portanto, a ausência de pensões e de benefícios do PBF tornaram a situação de IA grave permanente e com repercussões duradouras.

A luz do conceito da divisão sexual do trabalho, a menor participação dos rendimentos de trabalho e maior participação do rendimento do PBF, evidencia a atribuição do trabalho reprodutivo, e a responsabilização desproporcional de tarefas

essenciais para reprodução social às mulheres<sup>13</sup>. Essa responsabilização disponibiliza menos as mulheres para o trabalho produtivo, ao mesmo tempo que o sustenta<sup>24</sup>.

No PBF a transferência de renda é condicionada à promoção do acesso saúde e educação o que contribui, para além da distribuição de renda, no investimento em capital humano, favorecendo o rompimento de ciclos intergeracionais de pobreza<sup>25</sup>. Ao mesmo tempo a atribuição do cumprimento das contrapartidas pelas mulheres, titulares preferenciais do programa, sugere o uso das atividades reprodutivas, reforçando papéis sociais de gênero, contribuindo para a desigualdade entre os sexos<sup>26,27</sup>.

As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas, mesmo com a inserção no mercado de trabalho, o que revela a necessidade de conciliação entre o trabalho remunerado fora do domicílio e atividades reprodutivas em benefício da família<sup>28</sup>. A conciliação entre a família e o trabalho remunerado contribui para maiores restrições de tempo e mobilidade, especialmente para aquelas em situação de pobreza e de extrema pobreza<sup>28,29</sup>. Adicionalmente, a baixa disponibilidade e acesso a serviços públicos de socialização do cuidado, reforça o trabalho reprodutivo às mulheres pobres e revela como o Estado pressupõe o cuidado como atividade feminina<sup>28</sup>. Ou seja, a divisão sexual do trabalho além de comprometer a inserção e a estabilidade das mulheres no trabalho remunerado, tende a contribuir para que essas estejam mais vulneráveis a empregos informais e ao desemprego, limitando o acesso a direitos trabalhistas e a proteção social como a aposentadoria.

Cabe ressaltar que além do próprio rendimento do trabalho, os rendimentos de aposentadorias e de pensões são benefícios vinculados à previdência social, ou seja, decorrentes da contribuição de trabalhadores e trabalhadoras enquanto ativos no mercado de trabalho, conferindo direito aos segurados e seguradas e seu/suas dependentes. Deste modo, o presente estudo sugere que a proteção social, vista como direito social, vinculada ao mercado formal de trabalho, não atende uma parcela específica de trabalhadores e trabalhadoras com vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho<sup>28</sup>.

Por outro lado, este trabalho revela a maior participação do rendimento de aposentadorias para as famílias de áreas rurais chefiadas por mulheres. Algumas características específicas da aposentadoria rural podem ter contribuído para esse achado. Primeiro, ela tem características mais próximas da assistência social do que da previdência social, isso porque mesmo sem contribuição, ao comprovar atividade rural e

idade mínima para aposentadoria, os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm direito ao benefício social, como segurados e seguradas especiais<sup>30,31</sup>. O segundo se refere a forma de contribuição, a previdência rural incide sobre o valor da produção comercializada, e não sobre o salário de trabalhadores e trabalhadoras, como ocorre na previdência social urbana<sup>30</sup>. Essa contribuição considera ausência de regularidade da renda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais<sup>30</sup>, o que é particularmente importante para as mulheres dado que, mesmo com o reconhecimento legal como uma trabalhadora rural<sup>31,32</sup>, grande parte do trabalho realizado por elas é compreendido como ajuda às tarefas executadas pelos homens<sup>33</sup>. Isso reforça que, ainda que as atividades realizadas por mulheres rurais estejam vinculadas ao trabalho remunerado<sup>30,32</sup>, muitas vezes, são entendidas como extensão das tarefas domésticas, implicando na ausência de remuneração do trabalho, tornando a renda dessas famílias mais dependente da transferência de renda.

Outro ponto que merece ser comentado, com base nos resultados desse estudo, se refere ao PBF. O rendimento do programa, vinculado ao Governo Federal, provém da transferência de renda condicionada para famílias em condição de pobreza e extrema pobreza<sup>25</sup>. Trata-se, portanto, de um benefício que pretende ser temporário e desvinculado de contribuições individuais. Pode-se afirmar que é a transferência de renda *per se* não se constitui em um benefício pois é para um grupo específico da população que atende a determinados critérios; população essa que uma vez inserida no programa teria acesso a recursos materiais e imateriais viabilizados por políticas públicas que almejam a autonomia socioeconômica dos beneficiários<sup>14</sup>.

De fato, desde sua concepção o PBF previa as mulheres como titulares do benefício. Fundamentado no argumento de que elas melhor administram os recursos destinados à família, o programa supõe uma valorização das atividades reprodutivas tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres, porém, ao mesmo tempo que reforça e reproduz a lógica da divisão sexual do trabalho, preservando no trabalho doméstico seu caráter vinculado aos papéis tradicionais de gênero<sup>10</sup>. As mulheres beneficiárias não são apenas responsáveis pelo recebimento e uso do benefício, mas também pelo cumprimento das condicionalidades de saúde e educação exigidas para permanência no programa<sup>27</sup>. Nesse sentido, a titularidade feminina no PBF tornou-se objeto de debate e análises, dos estudos feministas, pois tende a reforçar as obrigações femininas no cuidado da família, ao invés de diminuir ou socializar a mulher em grupos<sup>10</sup>.

No estudo de Mariano & Souza (2015)<sup>28</sup> quase 2/3 das titulares do PBF entrevistadas em Curitiba e Fortaleza, declararam maiores atribuições após inserção no PBF. O reforço das responsabilidades com a família e filhos, somadas a uma infraestrutura precária para a socialização dos cuidados, são fatores limitantes para a autonomia econômica das mulheres a partir do trabalho assalariado e emancipação do PBF<sup>28</sup>. Nos domicílios localizados na região Sudeste, mesmo no estrato de maior renda, a diferença do rendimento de PBF foi mais elevada quando em IA grave, indicando uma maior participação deste rendimento para as mulheres quando a diferença do trabalho era menor.

Em um município da região sudeste, Mariano & Carloto (2013)<sup>10</sup>, identificaram, em um estudo que analisou mulheres titulares do PBF, que 61% estavam inseridas no mercado, dessas 65,7% eram mulheres negras, que relataram ainda o aumento responsabilidade ao ingressar no programa, indicando que essas mulheres eram mais suscetíveis às interferências simbólicas do PBF<sup>10</sup>.

A presença mais notável das mulheres negras entre as pessoas mais pobres é reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais. Além de reconhecer como o racismo opera na sociedade brasileira, é fundamental identificar e demonstrar quais dinâmicas raciais incidem sobre a IA. Por outro lado, incorporar à análise o debate da sociologia das relações raciais (ou teoria social do racismo) nos levaria para além do escopo do artigo. As desigualdades duráveis<sup>34</sup> operam por um conjunto de categorias sociais que isoladamente não guardam sentido, mas somente em relação. Na sociedade brasileira, as categorias sociais classe, raça e gênero constituem mecanismos centrais de produção e reprodução das desigualdades que historicamente se entrelaçam, e podem elucidar objetivamente um dos principais efeitos racistas, qual seja a complexa dinâmica da SAN. Contudo, em concordância com a abordagem de Campos (2023)<sup>35</sup>, há que se aprofundar no plano analítico, para não incorrer em reducionismos, como ideologias, práticas e estruturas racistas distintamente produzem mecanismos gerativos no âmbito da SAN.

Por exemplo, em artigo publicado por Santos e colaboradores (2023)<sup>36</sup> a IA foi maior nas famílias onde as mulheres negras eram as chefes. Nesse estudo, que tratou da interseccionalidade entre gênero e raça/cor, utilizando a mesma base de dados (POF 2018), destaca-se que famílias chefiadas por mulheres solteiras negras e com crianças até

cinco anos de idade tinham probabilidade quatro vezes maior de terem IA moderada/grave comparadas às famílias chefiadas por um homem negro na mesma condição<sup>36</sup>.

Os dados do presente estudo permitem a análise de um período posterior (2016) a medidas de descontinuidade das políticas públicas de SAN. Isso é particularmente importante pois evidencia a violação do direito humano à alimentação adequada da população, que viria a se agravar durante o período da pandemia de Covid-19. Dessa forma, os resultados reiteram o cenário de vulnerabilidade a IA grave que as famílias brasileiras chefiadas por mulheres viviam<sup>4</sup>, e que foi agravado com a crise de saúde pública estabelecida com a pandemia<sup>37</sup>. Em 2023 a Rede Penssan divulgou dados nacionais que denunciaram o aumento da fome no país, impactando especialmente os domicílios onde a mulher negra era chefe, que representaram 22,0% das famílias em situação de IA grave<sup>1</sup>. Segundo o relatório, o cenário se fez presente como reflexo da menor renda das famílias, e da condição de menor escolaridade e de desemprego ou trabalho informal da mulher negra chefe da família<sup>1</sup>.

O presente estudo apresenta algumas limitações. A renda familiar foi construída pela soma dos valores de rendimentos monetários e rendimentos não monetários<sup>15</sup>. A parcela não monetária da renda total é composta pelos valores de bens e serviços adquiridos sem contrapartida monetária, e pelo aluguel estimado, que representa o valor de aluguel sugerido pelo entrevistado, caso os domicílios próprios ou cedidos fossem alugados<sup>15</sup>. Assim, os percentuais de participação dos rendimentos de trabalho, de aposentadoria, de pensão e do PBF, foram investigados em relação à parcela monetária e não monetária da renda per capita familiar. Essa característica da variável renda pode explicar a participação do rendimento PBF na composição da renda de famílias com renda per capita mais elevada,  $>1/2$  SMPC, o que tornaria essas famílias inelegíveis ao programa. Cabe destacar que no Cadastro Único, sistema de informações de famílias de baixa renda para implementação de políticas públicas, incluindo o PBF, são registrados apenas os valores de rendimentos monetários. No entanto, a análise da renda per capita considerando o componente não monetário possibilita a investigação da renda per capita familiar disponível reduzindo o risco de distorções de distribuição de renda e de sub-registro de rendimento pessoal disponível<sup>38</sup>.

### **Considerações finais**

A composição da renda das famílias auxilia na compreensão dos meios aos quais as mulheres dispõem de seus rendimentos que irão contribuir também para o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas. A contribuição preponderante do PBF na renda das famílias em SA com pessoa de referência mulher reafirma a sua importância como um mecanismo de proteção social e redução das desigualdades socioeconômicas, em especial de gênero.

A transferência de renda, pelo PBF, é um importante recurso da assistência social para o combate à pobreza, o que contribui, junto a políticas públicas de SAN, para a redução da fome no país. No entanto, a ausência de crítica e o reforço dos papéis tradicionais de gênero que o programa impõe, em benefício da família, reproduzem as desigualdades de gênero. Neste sentido, questiona-se a capacidade indutora do PBF na formulação de ações e programas que de fato promovam a autonomia e emancipação das mulheres, pois a transferência de renda exclusivamente não é suficiente para o enfrentamento dos problemas subjacentes à desigualdade de gênero.

A destinação prioritária das mulheres à esfera reprodutiva também contribui para menor inserção no trabalho produtivo, sobretudo quando essa responsabilização estabelece uma relação de classe. Para mulheres em situação de pobreza a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo intensifica a sobrecarga decorrente das responsabilidades sociais, sendo importante a disponibilidade de equipamentos públicos, para a redução da sobrecarga das tarefas consideradas femininas, tais como cozinhas comunitárias, alimentação escolar, creches e escolas com horário integrais, bem como outras medidas que facilitem a mobilidade espacial e social.

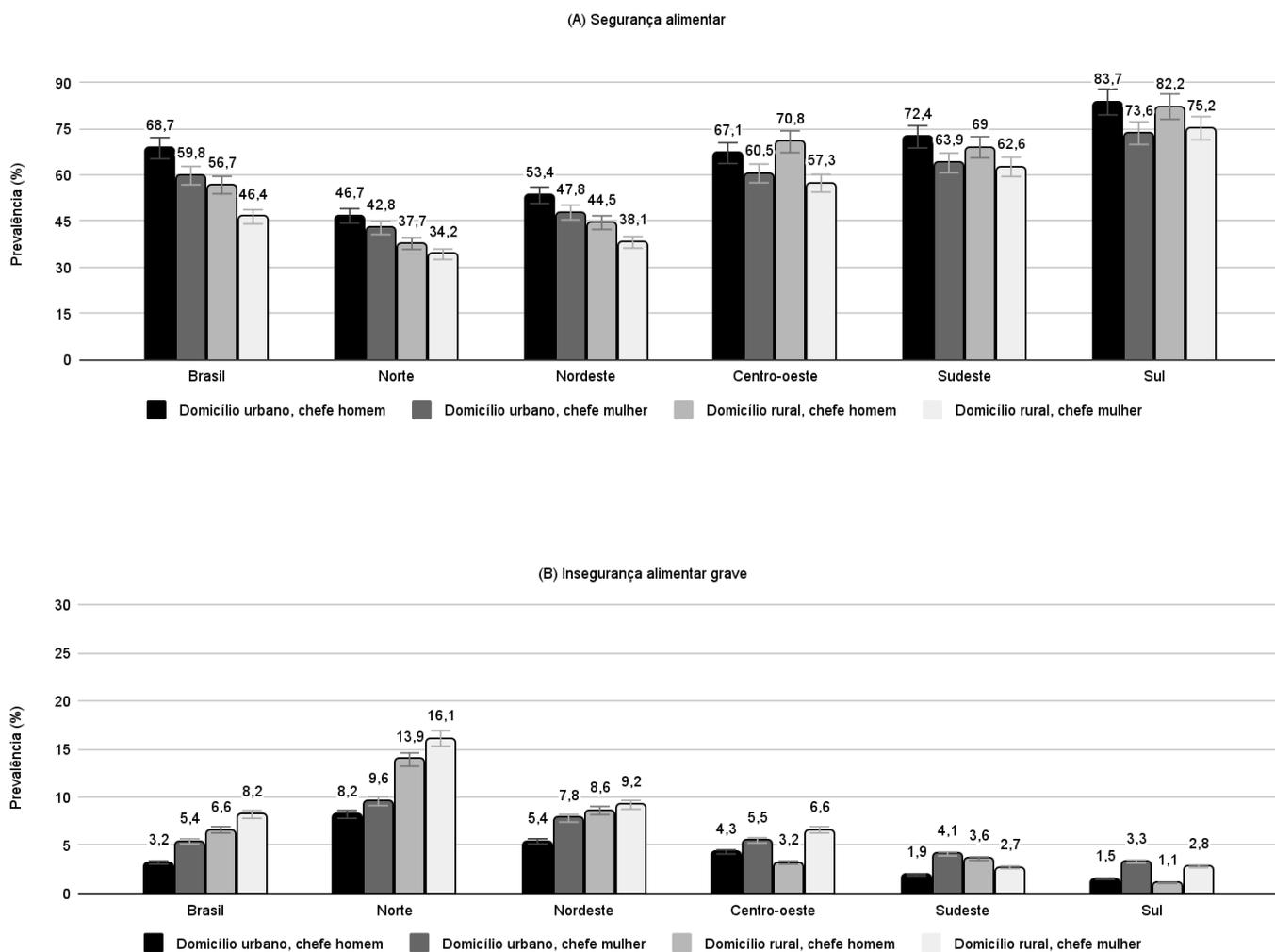
No contexto rural, além da renda, o acesso à terra é um dos fatores que implica na IA das mulheres, pois contribui para a falta de autonomia destas na tomada de decisões na família além de limitar o acesso ao crédito rural. Cabe destacar a importância de reconhecer o espaço rural além da agricultura, considerando sua heterogeneidade, diversidade e singularidade, de modo a compreender como ali se produzem as condições e os modos de vida sob a ótica das relações de gênero. Neste sentido, a especificidade da previdência social rural, contribui para que as mulheres, ainda que ocupem outros espaços da produção agrícola, possam ter acesso à aposentadoria rural.

## **Referências**

1. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedePenssan). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento II Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/ cor da pele e gênero. 2023. [acessado: 2023 jun 26]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>
2. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. 2022. [acessado: 2023 jun 13]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639es/online/sofi-2022/food-security-nutrition-indicators.html>
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020. [acessado: 2023 jun 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=publicacoes>
4. Salles-Costa R, Ferreira AA, Mattos RA, Reichenheim ME, Pérez-Escamilla R, Bem-Lignani J, Segall-Corrêa AM. National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Curr Dev Nutr*, 2022;6:nzac034
5. Vasconcelos FAG, Machado ML, Medeiros MAT, Neves JA, Recine E, Pasquim E. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Rev Nutr*. 2019; 32:e180161.
6. Castro IR. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cad de Saúde Pública*, 2019; 35(2):e00009919.
7. Santos LA, Ferreira AA, Pérez-Escamilla R, Sabino LL, Oliveira, LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica*, 2022; 38(11):e00130422.
8. Palmeira PA, Bem-Lignani J, Salles-Costa. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. *Cien Saude Colet*, 2022;27(7):2583-2595.
9. Oliveira MSS. Desigualdades de gênero e (in)segurança alimentar e nutricional: olhares a partir do conceito de justiça de gênero de Nancy Fraser. *Demetra*, 2020; 15:e47218.
10. Mariano SA, Carloto CM. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc estado*, 2013 Maio/Ago; 28(2):393-417.
11. Fraser N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas de uma sociedade pós-socialista. Tradutor: Simões JA. *Card Campo*, 2006; 14(15): 231-9.
12. Fraser N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, 2009; (77): 11-39.
13. Kergoat D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata H, Laborie F, Le'Doaré H, Senotier D. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed Unesp; 2009. p.67-75.
14. Santos AM, Amorim TFF, Alves HJ, Paiva JAC. Tensões e contradições da proteção social na fronteira da assistência com a saúde. *TES*, 2020; 18(2):e0026596.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados. 2019 [acessado em 2023 junho 10].

- Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares. [acessado em 2023 junho 10]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282979>
  17. Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Melgar-Quinorez H, Pérez-Escamilla. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Rev Nutr*, 2014 Mar/Apr; 27(7):241-51.
  18. Pine, F. Gender. In: Barnard A, Spencer J. *Encyclopedia of social and cultural anthropology*. Ed London & New York; 2002, p. 385-98.
  19. Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev Estud Fem*, 2002 Jan/Jun; 10:1.
  20. Collins PH. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Ed São Paulo: Boitempo; 2022. p 424.
  21. Andersen, ML, Collins, PH. *Race, class and gender: an anthology*. Wadsworth, Inc.; Califórnia, 1992.
  22. Vigoya MV, Pinho O. Interseccionalidade. In: Rios FM, Ratts A, Santos MA. *Dicionário das relações étnicas e raciais contemporâneas*. São Paulo: Ed Perspectiva; 2023.
  23. Petruccelli JL, Saboia AL. Características Etnico-raciais: Classificação e identidades. [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em 27 dezembro 2023.
  24. Oliveira MGM, Quintaneiro T. Karl Max. In: Quintaneiro T, Barbosa MLO, Oliveira MG. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Ed UFMG; 2015. p.27-65.
  25. Costa DM, Magalhães R, Cardoso MLM. Do Bolsa Famílias ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. *Cad Saud Public*, 2023; 39(7):e00207922.
  26. Mariano SA, Carloto CM. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Rev Estud Fem*.2009 Set/Dez; 17(3):901-8.
  27. Mariano S, Souza MF. Autonomia feminina e concepções de direito entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Em Pauta*, 2019 Jul/Dez; 44(17):165-80.
  28. Mariano S, Souza MF. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. *Rev Bras de Ciênc Polít*, 2015 Set/Dez; 18:147-77.
  29. Hirata H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Card CRH*, 2011; 24(01):15-22.
  30. Brumer A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, 2002 Jan/Jun; 4 (7): 50-81.
  31. Lisboa TK, Lusa MG. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Estudos Feministas*, 2010 Set/Dez; 16(3): 871-87.
  32. Maciazeki-Gomes RC, Nogueira C, Toneli MJ. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidades. *Psicologia & Sociedade*, 2016; 28(1): 115-12.
  33. Heredia BMA, Cintrao RP. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Nera*, 2006 Jan/Jun; 9(8): 1-28.

34. Tilly C. *Durable Inequality*. Califórnia: Ed University of California Press. 1998.
35. Campos, LA. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Rev Bras Ci Soc*, 2023; 32(95):1-19.
36. Santos LA, Pérez-Escamilla R, Cherol CCdS, Ferreira AA, Salles-Costa R. Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. *PLOS Glob Public Health*, 2023; 3(10): e0002324.
37. Schall B, Gonçalves FR, Valente PA, Rocha M, Chaves BS, Porto P, Moreira AM, Pimenta DN. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. *Cien Saude Colet*, 2022; 27(11):4145-54.
38. Gouveia JMG, Ross JLS. Renda Per Capita não monetária: proposta metodológica aplicada à Comunidade Quilombola do Mandira. *Confins*, 2016 Fev; 26.



**Figura 1: Prevalência de segurança alimentar (A) e insegurança alimentar grave (B) nos territórios urbanos e rurais segundo sexo da pessoa de referência dos domicílios nas regiões do Brasil, Brasil, 2018.**

**Tabela 1. Percentuais (%) e intervalo de confiança de 95% (IC95%) das características sociodemográficas dos domicílios brasileiros urbanos e rurais segundo sexo da pessoa de referência e situação de segurança alimentar e insegurança alimentar grave (IA grave). Brasil, 2018.**

Características sociodemográficas	Urbano				Rural			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Segurança alimentar [IC95%]	IA grave [IC95%]						
<b>Renda domiciliar per capita</b>								
< ½ SMPC	4,8 [4,4-5,3]	30,6 [26,8-34,7]	5,7 [5,2-6,3]	35,0 [31,7-38,5]	15,3 [13,7-17,0]	58,5 [53,6-63,3]	18,9 [16,0-22,1]	57,7 [49,5-65,5]
≥ 1/2 ≤ 1 SMPC	15,2 [15,6-17,7]	28,6 [25,3-32,3]	16,6 [15,7-17,7]	30,5 [27,3-33,9]	25,3 [23,8-26,9]	24,8 [21,2-28,8]	26,4 [23,8-29,2]	32,7 [26,0-40,2]
> 1 SMPC	80,0 [78,9-81,0]	40,7 [36,6-45,0]	77,6 [76,4-78,8]	34,5 [31,0-38,1]	59,4 [57,4-61,4]	16,7 [13,3-20,7]	54,7 [50,9-58,4]	9,6 [6,3-14,2]
<b>Número de moradores</b>								
Até 3	69,6 [68,5-70,7]	66,2 [62,3-70,0]	77,7 [76,7-78,7]	63,5 [59,6-67,2]	69,9 [68,1-71,6]	46,7 [41,1-52,4]	70,4 [67,3-73,3]	52,1 [44,5-59,6]
4 ou mais	30,4 [29,3-31,5]	33,7 [30,0-37,7]	22,2 [21,2-23,3]	36,5 [32,8-40,4]	30,1 [28,4-31,9]	53,3 [47,6-58,9]	29,6 [26,7-32,7]	47,9 [40,4-55,5]
<b>Raça/cor</b>								
Branca	53,6 [52,1-55,0]	27,0 [23,3-31,2]	53,4 [51,9-54,8]	27,6 [23,9-31,6]	45,5 [43,2-47,8]	17,5 [13,9-21,9]	38,1 [34,4-42,0]	15,8 [10,4-23,3]
Preta/parda	46,4 [45,0-47,8]	72,9 [68,8-76,7]	46,6 [45,2-48,0]	72,4 [68,4-76,1]	54,5 [52,2-56,8]	82,5 [78,1-86,1]	61,9 [58,0-65,6]	84,2 [76,7-89,6]
<b>Escolaridade</b>								
≤ 8 anos	33,0 [31,8-34,2]	61,4 [57,2-65,4]	33,9 [32,6-35,2]	64,0 [60,1-67,7]	73,9 [72,0-75,7]	83,9 [79,4-87,6]	68,7 [65,0-72,3]	79,0 [72,2-84,5]
> 8 anos	67,0 [65,7-68,2]	38,6 [34,6-42,8]	66,1 [64,8-67,4]	36,0 [32,3-39,9]	26,1 [24,3-28,0]	16,1 [12,4-20,6]	31,3 [27,7-35,0]	21,0 [15,5-27,8]
<b>Situação conjugal</b>								
Sem cônjuge	19,3 [18,4-20,3]	35,4 [31,5-39,4]	62,9 [61,5-64,2]	70,5 [67,1-73,6]	20,7 [19,1-22,3]	20,7 [17,0-25,0]	50,3 [47,2-53,5]	59,1 [51,7-66,1]
Com cônjuge	80,7 [79,7-81,6]	64,6 [60,6-68,4]	37,1 [35,8-38,4]	29,5 [26,3-32,8]	79,3 [77,7-80,9]	79,2 [75,0-83,0]	49,6 [46,5-52,8]	40,9 [33,8-48,3]

1. Teste qui-quadrado, para domicílios com pessoa de referência homem e mulher, p-valor <0,05.

**Tabela 2. Diferença percentual (%) da participação dos rendimentos do trabalho, da aposentadoria, de pensão e do programa bolsa família (PBF), nos domicílios urbanos das regiões do Brasil com pessoa de referência mulher em comparação aos domicílios com pessoa de referência homem, segundo situação de segurança alimentar e insegurança alimentar grave e renda familiar (salário mínimo per capita [SMPC]). Brasil, 2018.**

Rendimentos	Segurança alimentar			Insegurança alimentar grave		
	≥ 1/2 a ≤ 1			≥ 1/2 a ≤ 1		
	< 1/2 SMPC <sup>a</sup>	SMPC	> 1 SMPC	< 1/2 SMPC	SMPC	> 1 SMPC
% <sup>b</sup>	%	%	%	%	%	
<b>Brasil</b>						
Trabalho	-12,5 <sup>c</sup>	-9,6	-10,2	-8,4	-12,5	-11,4
Aposentadoria	-5,3	+0,6	-4,4	-2,4	-4,4	-10,1
Pensão	+48,0	+31,0	+59,4	+4,6	+13,6	+1,1
PBF	+34,1	+10,5	+12,9	+11,2	+7,7	+37,5
<b>Norte</b>						
Trabalho	-9,8	-3,2	-5,5	-11,8	-6,9	-25,6
Aposentadoria	+4,5	+0,6	-2,1	-9,0	+37,9	-20,9
Pensão	-54,9	+3,7	+9,1	-31,4	+131,4	-36,1
PBF	+27,5	+21,3	-41,7	-0,4	-29,9	+33,3
<b>Nordeste</b>						
Trabalho	-13,3	-13,0	-12,1	-10,0	-27,9	-11,8
Aposentadoria	-0,5	-1,3	-8,2	+8,0	-22,8	+8,2
Pensão	-22,2	+21,1	+40,2	-14,0	-7,6	-21,0
PBF	+27,8	+3,1	+12,9	+31,3	+29,7	-8,8
<b>Centro-Oeste</b>						
Trabalho	-5,3	-8,6	-11,4	-26,1	-14,0	-8,1
Aposentadoria	-21,3	-16,2	+3,9	†	-27,4	-36,2
Pensão	+78,5	+34,8	+42,8	+562,2	+54,6	+10,9
PBF	+34,3	+8,9	+11,1	+30,7	+16,3	+19,2
<b>Sudeste</b>						
Trabalho	-16,9	-11,3	-10,7	+2,1	+7,7	-4,8
Aposentadoria	-1,0	+6,8	-5,3	-21,2	+17,3	-10,9
Pensão	+132,9	+41,3	+71,6	††	+26,6	+11,1
PBF	+41,4	+20,4	+29,0	-9,1	-1,4	+575,0
<b>Sul</b>						
Trabalho	-3,1	-3,6	-8,3	-13,7	-13,9	-19,6
Aposentadoria	-18,1	-4,4	-2,3	†††	-20,4	-2,1
Pensão	+26,6	+32,4	+59,9	†††	-43,6	+95,2
PBF	+57,0	+16,7	+25,0	-44,5	-40,2	††

a. Salário mínimo per capita (SMPC)

b. Diferença percentual

c. (mulher-homem) /homem) \*100

†. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência mulher

††. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência homem

†††. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência mulher e domicílios com pessoa de referência homem.

**Tabela 3. Diferença percentual (%) da participação dos rendimentos do trabalho, da aposentadoria, de pensão e do programa bolsa família (PBF), nos domicílios rurais das regiões do Brasil com pessoa de referência mulher em comparação aos domicílios com pessoa de referência homem, segundo situação de segurança alimentar e insegurança alimentar grave e renda familiar (salário mínimo per capita [SMPC]). Brasil, 2018.**

Rendimentos	Segurança alimentar			Insegurança alimentar grave		
	≥ 1/2 a ≤ 1			≥ 1/2 a ≤ 1		
	< 1/2 SMPC <sup>a</sup>	SMPC	> 1 SMPC	< 1/2 SMPC	SMPC	> 1 SMPC
% <sup>b</sup>	%	%	%	%	%	
<b>Brasil</b>						
Trabalho	-20,0 <sup>c</sup>	-20,1	-6,6	-11,1	-6,5	-36,4
Aposentadoria	+10,9	-3,1	-3,5	+39,5	-11,9	-20,7
Pensão	+31,3	+29,9	+29,6	+11,1	+30,0	+42,1
PBF	+32,8	+1,4	-7,7	+5,6	+4,0	+157,7
<b>Norte</b>						
Trabalho	-14,5	-2,1	-2,7	-12,7	-11,8	+12,7
Aposentadoria	-3,9	-4,8	-9,6	+12,7	+15,0	-55,9
Pensão	+133,5	-6,5	-22,8	††	+175,3	-24,6
PBF	+33,3	+49,3	+65,9	+33,6	+11,9	-66,1
<b>Nordeste</b>						
Trabalho	-23,9	-25,4	-11,2	-9,5	+1,3	-38,4
Aposentadoria	+16,0	-6,0	-12,3	+62,6	-21,8	-24,9
Pensão	+19,7	+9,7	+7,0	+2,3	-3,4	+33,0
PBF	+25,0	-16,3	-17,8	-3,1	-16,5	+225,8
<b>Centro-Oeste</b>						
Trabalho	-18,9	-14,0	-13,3	+1,4	+33,1	-88,3
Aposentadoria	-42,9	-9,7	+21,7	†	-88,7	+79,3
Pensão	†††	-16,0	+51,1	+2,1	††	-42,1
PBF	+24,0	-3,6	-32,3	+5,0	+46,3	†
<b>Sudeste</b>						
Trabalho	+0,3	-21,0	+4,1	-23,1	+29,0	-89,7
Aposentadoria	+39,3	-9,8	-13,2	††	†	-8,3
Pensão	-2,4	+108,7	+47,8	+26,0	†††	+139,7
PBF	+60,8	+33,8	-19,4	-30,6	†	†
<b>Sul</b>						
Trabalho	-4,2	-3,0	-11,5	†	-38,7	-43,7
Aposentadoria	-2,1	+1,3	-1,2	††	-21,5	-2,4
Pensão	††	+124,6	+54,9	†††	+665,9	†
PBF	+21,5	+33,3	+56,5	†	+8,6	†††

a. Salário mínimo per capita (SMPC)

b. Diferença percentual

c. (mulher-homem) /homem) \*100

†. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência mulher

††. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência homem

†††. Sem informação do rendimento para domicílios com pessoa de referência mulher e domicílios com pessoa de referência homem

**Tabela suplementar. Percentual (%) médio e respectivos intervalos de confiança (IC95%) da participação dos rendimentos provenientes do trabalho, da aposentadoria, de pensão e do programa bolsa família, na renda familiar per capita dos domicílios urbanos e rurais segundo sexo da pessoa de referência e situação de segurança alimentar e insegurança alimentar grave (IA grave). Brasil, 2018.**

Rendimentos	Urbano				Rural			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Segurança alimentar [IC95%] <sup>a</sup>	IA grave [IC95%]	Segurança alimentar [IC95%]	IA grave [IC95%]	Segurança alimentar [IC95%]	IA grave [IC95%]	Segurança alimentar [IC95%]	IA grave [IC95%]
<b>Brasil</b>								
Trabalho	65,3 [64,7-66,0]	52,1 [49,8-54,4]	58,6 <sup>†</sup> [57,5-59,5]	46,0 <sup>†</sup> [43,7-48,2]	55,9 [54,6-57,3]	40,4 [37,2-43,6]	48,2 <sup>†</sup> [45,3-51,0]	35,5 [30,4-40,7]
Aposentadoria	46,4 [45,2-47,5]	48,9 [43,8-54,0]	44,8 <sup>††</sup> [43,7-45,9]	45,1 [41,5-48,7]	52,9 [51,1-54,7]	61,5 [55,0-68,0]	51,9 [49,7-54,1]	55,3 [49,4-61,1]
Pensão	24,4 [22,5-26,2]	38,6 [27,5-49,7]	38,0 <sup>†</sup> [36,6-39,3]	44,8 [39,5-50,2]	29,2 [26,9-31,5]	35,3 [23,9-46,6]	38,1 <sup>†</sup> [35,7-40,6]	46,6 <sup>††</sup> [39,9-53,2]
PBF	7,1 [6,4-7,7]	14,6 [12,3-16,9]	9,7 <sup>†</sup> [8,8-10,5]	16,3 [14,8-17,8]	12,1 [11,0-13,2]	21,9 [19,7-24,1]	17,3 <sup>†</sup> [14,7-19,8]	22,5 [19,3-25,6]
<b>Norte</b>								
Trabalho	69,3 [66,5-72,1]	54,8 [50,2-59,4]	65 <sup>††</sup> [62,6-67,5]	47,2 <sup>††</sup> [41,5-52,9]	58,3 [55,2-61,5]	41,5 [36,8-46,2]	55,6 [50,0-61,1]	37,3 [29,7-44,8]
Aposentadoria	47,8 [42,9-52,7]	46,3 [34,5-58,2]	47,8 [42,6-53,1]	49,9 [36,1-63,7]	54,2 [50,1-58,3]	58,1 [48,4-67,8]	49,9 [44,5-55,2]	48,6 [39,2-58,1]
Pensão	33,1 [27,6-38,9]	55,8 [32,4-79,2]	34,7 [28,7-40,7]	40,4 [32,0-48,7]	37,4 [31,0-43,8]	14,9 [-2,0-31,8]	38,9 [31,8-46,0]	40,3 <sup>††</sup> [27,7-52,9]
PBF	8,0 [6,3-9,7]	18,8 [15,1-22,5]	10,5 [7,8-13,2]	19,1 [15,2-23,0]	14,9 [11,4-18,4]	19,9 [16,4-23,4]	22,4 <sup>†††</sup> [15,9-29,0]	26,1 [19,0-33,2]
<b>Nordeste</b>								
Trabalho	62,7 [61,6-63,8]	48,1 [44,9-51,3]	54,7 <sup>†</sup> [53,5-56,0]	39,5 <sup>†</sup> [36,5-42,5]	48,9 [45,6-52,3]	37,3 [32,4-42,1]	38,7 <sup>†</sup> [35,0-42,4]	34,8 [27,7-41,9]
Aposentadoria	50,0 [48,0-51,9]	51,2 [44,8-57,6]	47,0 <sup>††</sup> [45,5-48,5]	49,0 [43,9-54,1]	63,1 [59,8-66,5]	65,4 [55,6-75,1]	58,0 <sup>††</sup> [54,9-61,2]	56,7 [48,7-64,7]
Pensão	28,0 [24,7-31,2]	51,2 [34,2-68,1]	37,9 <sup>†</sup> [35,8-40,0]	46,5 [41,2-51,7]	37,1 [32,9-41,4]	39,5 [25,2-53,8]	39,9 [36,0-43,9]	44,8 [38,2-51,5]
PBF	8,3 [7,3-9,3]	14,6 [12,0-17,2]	11,2 <sup>†</sup> [10,0-12,4]	18,2 <sup>††</sup> [15,8-20,6]	14 [12,3-15,6]	24,2 [21,2-27,1]	18,3 <sup>††</sup> [15,0-21,6]	21,8 [18,0-25,6]
<b>Centro -Oeste</b>								
Trabalho	67,6 [65,3-69,8]	57,9 [52,5-63,3]	60,4 <sup>†</sup> [58,0-62,8]	50,0 [43,9-56,2]	59,9 [57,3-62,5]	37,5 [27,6-47,3]	51,6 <sup>†††</sup> [45,7-57,6]	39,1 [20,3-57,9]
Aposentadoria	41,7 [38,7-44,7]	60,6 [44,4-76,9]	42,4 [39,3-45,5]	40,0 <sup>††</sup> [28,8-51,2]	39,7 [36,9-42,5]	48,0 [42,1-53,9]	46,6 <sup>††</sup> [41,1-52,0]	67,1 [39,3-94,8]
Pensão	25,7 [20,8-30,7]	18,8 [1,1-36,5]	37,5 <sup>†</sup> [33,5-41,5]	33,6 [20,8-46,3]	25,2 [20,7-29,7]	46,9 [37,9-55,8]	36,0 <sup>††</sup> [27,3-44,7]	37,4 [30,9-43,9]
PBF	5,3 [3,4-7,3]	6,8 [4,2-9,4]	7,0 [4,8-9,2]	9,3 [6,1-12,6]	5,2 [4,4-6,1]	16,5 [2,9-30,1]	6,5 [3,6-9,3]	16,7 [5,9-27,5]
<b>Sudeste</b>								

Trabalho	65,2 [64,1-66,3]	51,6 [46,0-57,1]	58,0 <sup>†</sup> [56,5-59,6]	50,6 [45,5-55,7]	58,1 [55,8-60,4]	53,1 [43,6-62,6]	57,5 [50,4-64,6]	44,2 [23,2-65,1]
Aposentadoria	46,2 [44,5-47,9]	45,2 [36,0-54,4]	44,4 [42,8-46,3]	41,7 [35,0-48,5]	51,0 [47,6-54,4]	54,9 [44,4-65,3]	44,4 <sup>†††</sup> [39,7-49,0]	66,4 [50,7-82,0]
Pensão	23,0 [19,9-26,0]	30,9 [23,7-38,0]	38,7 <sup>†</sup> [36,6-40,9]	48,5 <sup>†††</sup> [38,4-58,6]	25,9 [21,8-30,1]	39,9 [2,7-77,1]	39,2 <sup>†</sup> [35,1-43,3]	74,8 <sup>††</sup> [53,1-96,5]
PBF	5,7 [4,8-6,7]	13,4 [6,2-20,6]	8,1 <sup>††</sup> [6,3-10,0]	13,1 [11,4-14,8]	8,1 [6,8-9,3]	16,2 [3,9-28,5]	11,8 [6,7-16,9]	16,1 [2,0-30,2]
<b>Sul</b>								
Trabalho	66,1 [64,8-67,5]	59,4 [51,4-67,4]	61,2 <sup>†</sup> [59,5-63,0]	49,6 <sup>††</sup> [43,1-56,1]	60,1 [57,6-62,5]	46,5 [37,5-55,5]	54,7 <sup>††</sup> [50,9-58,4]	26,6 <sup>††</sup> [9,8-43,3]
Aposentadoria	45,3 [42,8-47,8]	44,7 [35,0-54,5]	43,9 [41,6-46,1]	41,7 [34,0-49,4]	42,8 [40,5-45,0]	56,8 [40,7-73,0]	42,7 [39,4-46,0]	52,3 [42,1-62,5]
Pensão	23,4 [20,1-26,7]	22,3 [11,3-33,3]	36,5 <sup>†</sup> [34,1-39,0]	38,6 [23,7-53,5]	20,6 [18,0-23,3]	21,6 [-1,7-45,0]	33,7 <sup>†</sup> [27,9-39,6]	33,7 [12,3-55,1]
PBF	5,6 [3,3-7,8]	18,6 [9,4-27,8]	7,3 [4,7-10,1]	13,3 [9,2-17,4]	5,0 [4,0-6,0]	10,9 [4,2-17,6]	6,0 [4,3-7,8]	10,1 [7,2-13,0]

a. Percentual médio

b. Intervalo de confiança de 95%.

†. p-valor <0,001 (ANOVA)

††. p-valor <0,05 (ANOVA)

†††. p-valor <0,01 (ANOVA)

## 5.2. Artigo 2 (Submissão na revista científica Public Health Nutrition).

### FOOD INSECURITY AND EMPLOYMENT INCOME: CONSIDERATIONS REGARDING GENDER INEQUALITIES

#### INSEGURANÇA ALIMENTAR E RENDIMENTO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

#### Abstract

##### Objective:

Investigate the association between income from work and the sex of the reference person and the family and food insecurity (FI)

##### Project:

Quantitative study, using nationally representative data from the Family Budget Survey - 2018.

##### Context:

Households with the presence of workers were stratified according to the levels of food security and FI measured by the Brazilian Food Insecurity. Labor income was analyzed in minimum wages per capita (MWPC) and gender of the reference person as woman or man. A logistic regression model measured the interaction of income from work with the gender of the reference person in association with domestic FI.

##### Participants:

Brazilian families living in permanent private homes with at least one resident earning income of employment (n=48,625).

##### Results:

Households headed by women and with labor income  $\leq \frac{1}{4}$  MWPC had the highest percentage of moderate/severe FI (29.7%). In these families, and households with lower income headed by men, the highest probabilities of moderate/severe FI were observed, 10.8 and 9.58, respectively, compared to families with higher levels of employment income headed by men.

##### Conclusions:

Lower employment income contributes to FI in families, especially when headed by women. The socialization of care work and the reduction of paid working hours can contribute to greater access for women to the labor market and a lower likelihood of FI.

**Keywords:** Employment, Gender Equity, Household Food Insecurity

#### Resumo

##### Objetivo:

Investigate the association between income from work and the sex of the reference person and the family and food insecurity (FI)

##### Projeto:

Quantitative study, using nationally representative data from the Family Budget Survey - 2018.

##### Contexto:

Households with the presence of workers were stratified according to the levels of food security and FI measured by the Brazilian Food Insecurity. Labor income was analyzed in minimum wages per capita (MWPC) and gender of the reference person as woman or man. A logistic regression model measured the interaction of income from work with the gender of the reference person in association with domestic FI.

**Participantes:**

Brazilian families living in permanent private homes with at least one resident earning income of employment (n=48,625).

**Resultados:**

Households headed by women and with labor income  $\leq \frac{1}{4}$  MWPC had the highest percentage of moderate/severe FI (29.7%). In these families, and households with lower income headed by men, the highest probabilities of moderate/severe FI were observed, 10.8 and 9.58, respectively, compared to families with higher levels of employment income headed by men.

**Conclusões:**

Lower employment income contributes to FI in families, especially when headed by women. The socialization of care work and the reduction of paid working hours can contribute to greater access for women to the labor market and a lower likelihood of FI.

**Palavras chaves:** Emprego, Gênero, Insegurança alimentar doméstica.

**Introdução**

A Organização das Nações Unidas pela Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization - FAO) estimou que, no ano de 2022, a insegurança alimentar (IA) afetou 2,4 bilhões de pessoas no mundo (IA), e as mulheres foram as mais afetadas<sup>1</sup>. Aproximadamente 28% das mulheres estavam em situação de IA moderada/severa em comparação a 25,4% dos homens<sup>1</sup>. Além disso, o último relatório da FAO, “O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo”<sup>1</sup>, revela a persistente disparidade de gênero, especialmente nos últimos três (2017-2019), e na sequência da pandemia de Covid-19 (2020)<sup>1</sup>.

No Brasil, o último inquérito nacional revela um aumento alarmante na proporção de famílias com IA grave<sup>4,5</sup>, especialmente naquelas chefiadas por mulheres<sup>6,7</sup>. Com o acontecimento da pandemia de Covid-19, e agravamento das desigualdades sociais, 19,3% das famílias com pessoa de referência mulheres podem ter vivenciado a fome, pela condição de IA grave, em comparação a 11,9% das famílias com chefes homens em IA grave<sup>9</sup>.

Dentre os países da América Latina, o Brasil foi um dos pioneiros no uso de uma medida baseada na experiência (a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA) para o monitoramento nacional da IA<sup>2</sup>. E embora entre os anos de 2004 e 2013 o país tenha registrado uma redução significativa da IA, em 2018, a IA grave apresentou um aumento de 40% nos domicílios com pessoa de referência do sexo feminino<sup>4</sup>. O aumento da IA esteve relacionado a uma crise econômica global, que afetou o Brasil a partir de 2015 e se perdurou acarretando em medidas de austeridade fiscal que descontinuaram

políticas sociais e de segurança alimentar e nutricional comprometendo o acesso a alimentos das populações mais vulneráveis a IA. Neste mesmo período o Brasil apresentou a segunda maior prevalência de percepção de desigualdade de gênero (77%), entre os países da América Latina, sendo inferior apenas a desigualdade de gênero percebida pelas famílias Colombianas (80%)<sup>8</sup>.

As mulheres são mais impactadas em contextos de crise, quando ocorre elevado aumento do desemprego, menor acesso a renda e maior vulnerabilidade a IA<sup>6,7,8,9</sup>. A falta de renda para a aquisição dos alimentos adequados em quantidade suficiente é o principal fator para insegurança alimentar<sup>11,12,13</sup>. Particularmente para as mulheres, o aumento da carga de cuidados para dependentes pode contribuir para a limitação do acesso ao rendimento do trabalho e para a condição de IA<sup>6</sup>. Dados nacionalmente representativos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Continua (PNADc) revelaram mulheres chefes de família monoparentais com filhos, possuem ganhos de rendimento do emprego per capita significativamente mais baixos<sup>14</sup> e possuem menor disponibilidade para emprego em tempo integral<sup>15</sup>.

As mulheres exercem a maior parte do trabalho reprodutivo, de modo que a inserção e a permanência no trabalho remunerado são atravessadas pela condição de pobreza<sup>16</sup>. Este artigo parte do conceito da divisão sexual do trabalho, decorrente das relações sociais de poder entre sexos<sup>16,17</sup>. Os estudos que debatem a divisão sexual do trabalho podem contribuir para a compreensão dos fatores que marcam as desigualdades de gênero e a IA, dado a sua característica de destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva<sup>16</sup>.

Utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018, a última pesquisa nacionalmente representativa que avaliou pela primeira vez o IA e a renda familiar em conjunto, a originalidade deste estudo consiste na investigação do rendimento do emprego considerando o sexo da pessoa de referência da família em uma perspectiva que associa estudos de gênero e feministas com a IA. Dessa forma, o objetivo do artigo foi investigar a associação entre o rendimento do trabalho e o sexo da pessoa de referência e da IA familiar.

## **Métodos**

### **Desenho do estudo**

Estudo transversal quantitativo que analisou os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - 2018, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). A POF é uma pesquisa nacionalmente representativa e constitui a investigação mais ampla de rendimentos, despesas e consumo das famílias brasileiras<sup>18</sup>. A pesquisa adota a amostra mestra, desenvolvida pelo IBGE para o Sistema de pesquisas domiciliares<sup>18,19</sup>, na qual a seleção da amostra da POF ocorre por amostragem por conglomerados em dois estágios (de estratificação geográfica e estatística), e amostragem aleatória simples, para a seleção dos domicílios<sup>18</sup>. Detalhes sobre o desenho amostral da POF podem ser obtidos em IBGE<sup>18</sup>.

### **Amostra**

Os dados da POF foram coletados entre junho de 2017 e julho de 2018 por equipe treinada. Ao todo 57.920 domicílios foram entrevistados em todo território nacional, em 83,9% desses foram coletadas informações sobre rendimento do trabalho e compõem a amostra deste estudo (n= 48.625).

### **Insegurança Alimentar**

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi utilizada para classificação dos domicílios em segurança alimentar (SA) e três níveis de IA (IA leve/ IA moderada/ IA grave)<sup>2</sup>. A EBIA é validada para população brasileira, composta por 14 itens onde cada resposta afirmativa soma um ponto para a classificação da IA dos domicílios, de acordo com os pontos de corte estabelecidos para domicílios com ou sem a presença de crianças e adolescentes menores de 18 anos<sup>2</sup>. Na ausência de respostas afirmativas, o domicílio é classificado como SA<sup>2</sup>. Neste estudo trabalhamos a EBIA com três categorias, considerando juntos os níveis mais severos de IA (FS; IA leve; IA moderada/grave).

### **Rendimento do emprego**

Para análise do rendimento do emprego foram consideradas apenas as informações de salários do trabalho principal, ou seja, o único trabalho do morador ou o que dedica mais horas semanais ou o que possui maior rendimento. A média do rendimento do trabalho de todos os moradores trabalhadores no domicílio foi calculada e categorizada em múltiplos de salário mínimo per capita (SMPC),  $\leq 1/4$  SMPC,  $> 1/4 \leq 1/2$  SMPC,  $> 1/2 \leq 1$  SMPC e  $> 1$  SMPC. Em janeiro de 2018, data de referência da POF, o valor do salário mínimo no Brasil correspondia à R\$954,00 (real brasileiro) o equivalente a US\$298.12 (dólares americanos) segundo a cotação para o mesmo período<sup>20</sup>.

### **Sexo**

O sexo da pessoa de referência foi analisado tendo como critério sexo biológico “feminino ou masculino”<sup>18,6,7</sup>. No entanto, este estudo adotou a análise com perspectiva de gênero interseccional<sup>21,22,23,24,25</sup>, utilizando os referenciais teóricos dos estudos de gênero e feministas, que para além do binarismo “mulher ou homem”, mantém como um dos eixos explicativos as relações de poder entre os sexos ao mesmo tempo que estruturam desigualdades<sup>16</sup>.

### **Covariáveis**

Foram considerados como covariáveis nesse estudo as informações sobre: localização (região (Norte; Nordeste; Sudeste; Sul; Centro-oeste), e área (urbana; rural) dos domicílios, presença de moradores < 10 anos no domicílio (sim; não) e dados da pessoa de referência do domicílio (raça/cor autodeclarada [branca; preta; parda], escolaridade [< 8 anos; ≥ 8 anos] e estado civil [com cônjuge; sem cônjuge]).

### **Análises estatísticas**

As análises foram realizadas no STATA versão 16.0 utilizando o comando Survey Data Analysis (prefixo svy), considerando o desenho amostral complexo e os fatores de expansão fornecidos pelo IBGE. Foram estimadas as prevalências e correspondentes intervalos de confiança de 95% (IC 95%) dos diferentes níveis de SA e IA. Neste estudo, a classificação da EBIA foi modelada como uma variável de três níveis (SA, IA leve, IA moderada/grave). Testes de qui-quadrado foram utilizados para comparar as variáveis categóricas e os níveis de SA/IA. Os níveis de SA e IA foram comparados pelos níveis de SMPC e sexo da pessoa de referência (Figura 1). Modelos de regressão logística considerando a interação da renda do emprego e sexo da pessoa de referência familiar para explorar a associação com a IA. Adotou-se como categoria de referência a interação do maior rendimento do trabalho (>1 SMPC) e do homem como pessoa de referência, ou seja, os demais perfis de rendimento do trabalho e o sexo da pessoa de referência foram avaliados de acordo com a condição anterior, incluindo os demais rendimentos do trabalho categorias em domicílios chefiados por homens. O modelo foi ajustado por região, área, cor/raça da pele, estado civil, escolaridade, filhos <10 anos de idade. Após o ajuste do modelo final as probabilidades foram previstas para o desfecho IA de acordo com a renda do emprego e o sexo da pessoa de referência do domicílio.

### **Aspectos éticos**

Esta pesquisa utilizou dados disponibilizados em domínio público pelo IBGE. Conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, da Comissão Nacional de Ética

em Pesquisa (CONEP). O uso de dados secundários disponíveis em domínio público não precisa de aprovação de um Comitê de Ética local.

## Resultados

As famílias rurais da região Norte eram as mais vulneráveis a IA, independente da sua gravidade. Sobre a relação das demais variáveis sociodemográficas com a IA, o menor estrato de renda familiar per capita (SMPC), a presença de ao menos uma criança menor de 10 anos, ter a família chefiada por uma mulher, ou com pessoa cuja escolaridade era  $\leq 8$  anos, tendo raça/cor autorreferida parda foram características das famílias mais vulneráveis à IA em todos os níveis. Adicionalmente, chefes das famílias sem cônjuge indicou maior prevalência de IA moderada/grave (15,4%-IC95%:14,7-16,0) (**Tabela 1**).

Considerando a interação de rendimento de trabalho, sexo da pessoa de referência e IA (**Figura 1**), famílias com mulheres como pessoa de referência eram mais vulneráveis a IA leve e IA moderada/grave independente dos níveis de SMPC ( $p$ -valor  $< 0,001$ ). Embora a SA estivesse relacionada com o maior nível de SMPC em ambas as categorias de gênero, a prevalência foi maior entre os agregados familiares chefiados por homens. Em relação aos níveis graves de IA, quanto mais baixo o rendimento per capita expresso em SMPC foram significativamente mais prevalentes entre os agregados familiares chefiados por mulheres (29,7%) em comparação com os agregados familiares chefiados por homens (26,8%).

O modelo ajustado pelos potenciais fatores de confusão para IA avaliados na Tabela 1, indicou que nas famílias chefiadas por uma mulher e com rendimento do emprego  $\leq \frac{1}{4}$  SMPC tinham significativamente maior chance de IA, sendo o valor de OR 11.91 vezes maior para as famílias com IA moderada/grave, em comparação as famílias chefiadas por um homem (8.76) (**Tabela 2**).

A probabilidade prevista da SA para todos os níveis de renda foi maior nas famílias em que os homens eram pessoa de referência. Já para a probabilidade IA, ela foi maior nas famílias com rendimento do emprego  $< \frac{1}{4}$  SMPC e naquelas com mulheres chefes de família, principalmente em condição de IA moderada/grave (**Figura 2**).

## Discussão

Este artigo ao explorar a interação do sexo da pessoa de referência da família e a renda da renda proveniente do emprego e da IA, revela uma maior chance de IA moderada/grave em famílias com chefia feminina e renda de emprego  $< \frac{1}{4}$  SMPC. Essa é

uma análise importante para explicar as implicações da desigualdade de gênero na IA doméstica no Brasil.

O rendimento do emprego desempenha um papel fundamental na garantia de acesso a alimentação adequada, em quantidade e qualidade, captada pela SA nas escalas de aferição populacional<sup>25,26,27</sup>. Essa relação foi estudada por Loopstra e Tarasuk (2013)<sup>15</sup>, ao analisarem a mudança da gravidade da IA em famílias canadenses com baixo rendimento. Segundo os autores, maiores ganhos de rendimento do emprego levaram a redução da gravidade da IA, enquanto maiores perdas de rendimento levaram a uma maior deterioração da condição de IA. Recentemente, Mabli et al (2023)<sup>27</sup> acompanharam mudanças no emprego de famílias do Estados Unidos e identificaram que a experiência de redução nos rendimentos foi associada à IA.

No Brasil, apesar da ampla literatura sobre renda familiar e IA<sup>28,12,13</sup>, até o momento, não temos conhecimento de estudos que tenham abordado diretamente a relação entre o rendimento do emprego e IA. Utilizando um índice de vulnerabilidade social (IPEA), Bezerra et al (2020)<sup>29</sup> identificaram que a renda, bem como o acesso e a forma de inserção no mercado de trabalho estiveram associados a IA. Os autores propuseram uma análise espacial da distribuição da IA no território brasileiro com dados da PNAD - 2004, 2009, 2013, e descreveram as seguintes associações: maiores prevalências de IA e maior vulnerabilidade de renda e trabalho na região Nordeste e menor prevalência de IA e menor vulnerabilidade de renda e trabalho nos estados do Centro-Sul do país<sup>29</sup>. Em um estudo anterior usando a mesma base de dados deste artigo, a POF 2018, a composição da renda de famílias brasileiras chefiadas por mulheres em condição de IA grave apresentou menor contribuição do rendimento de trabalho em comparação aos domicílios com chefia masculina. Essa característica ocorreu tanto nas famílias com menor renda como nas com maior renda familiar, nos territórios urbanos e rurais de todas as regiões do Brasil<sup>30</sup>.

Neste artigo as famílias com pessoa de referência mulheres, em todos os níveis de renda do emprego eram mais vulneráveis a condição de IA moderada/grave quando comparados aos homens mesmo quando o nível de renda era semelhante. A desigualdade de gênero na IA foi atribuída a inequidades no acesso à educação, ao emprego, a recursos produtivos e a renda, fatores que são determinantes da IA<sup>17,8,7</sup>. A atribuição do trabalho reprodutivo, e a responsabilização desproporcional de tarefas essenciais para reprodução

social às mulheres<sup>16</sup> disponibiliza menos as mulheres para o trabalho produtivo<sup>17</sup>, sobretudo quando essa responsabilização estabelece uma relação de classe.

As mulheres brasileiras perdem quase duas horas semanais da jornada de trabalho remunerado com atividades que exercem de forma gratuita, como afazeres domésticos e cuidado de pessoas<sup>31</sup>. A jornada contínua, faz com que mulheres trabalhem mais, e dediquem quase o dobro de tempo em horas semanais (21.3) gasto pelos homens (11.7) no trabalho reprodutivo<sup>31</sup>. Ademias, em condição de empregadas, as mulheres dedicam aproximadamente sete horas a mais ao trabalho doméstico do que os homens<sup>31</sup>. Ou seja a inserção das mulheres no mercado de trabalho pouco modificou o tempo de dedicação dos homens ao trabalho reprodutivo, o que também contribui para desigualdade de gênero no trabalho realizado fora de casa.

Além da restrição de tempo, a conciliação entre a família e o trabalho remunerado contribui ainda para maiores restrições de mobilidade, especialmente para mulheres em situação de pobreza e de pobreza extrema. Ou seja, a divisão sexual do trabalho além de comprometer a inserção e a estabilidade das mulheres no trabalho remunerado, tende a contribuir para que essas estejam mais vulneráveis a empregos informais, sem proteção social e com menor rendimento. De acordo com o informe, “New data divis light on gender gaps in the labour market”<sup>32</sup>, a participação global das mulheres (61,4%) no mercado de trabalho continua muito inferior à dos homens (90,6%), com diferença de 29,2 % no ano de 2022<sup>32</sup>. No Brasil apesar das mulheres comporem maioria da população em idade de trabalhar (51,7%), o nível de ocupação dessas é menor 19.7% em comparação ao nível de ocupação dos homens<sup>31</sup>.

Nesse sentido famílias mais vulneráveis, avaliada neste estudo na condição da chefia da mulher, podem apresentar desvantagem para experimentarem redução na IA se a melhoria depender exclusivamente do emprego. Para esse debate, podemos citar o estudo de Santos et al (2022)<sup>6</sup> que identificaram que nas famílias chilenas com pessoa de referência mulheres, mais da metade dos moradores não trabalhavam formalmente ou por conta própria<sup>6</sup>. Segundo os autores, 41% das famílias chefiadas por mulheres não tinham nenhum dos seus membros empregados, em comparação com 23% dos lares chefiados por homens. No entanto, diferente do encontrado nesta estudo, em que a renda do emprego foi associada a IA, o número de moradores trabalhadores nas famílias estudadas por Santos et al (2022)<sup>6</sup> não foi uma característica associada a IA. Corroborando com os achados do presente artigo o estudo de McIntyre e colaboradores (2014)<sup>25</sup> descreveram

que nas famílias com presença de moradores trabalhadores a condição de IA foi maior quando a pessoa de referência do sexo feminino.

A ausência de dados sobre a situação de trabalho (formal ou informal), o vínculo, o cargo e a jornada em horas de trabalho remunerado e não remunerado, são pontos de limitação desse estudo para uma investigação mais criteriosa da desigualdade de gênero na renda do emprego. No entanto, o estudo da interação do sexo da pessoa de referência da família na renda do emprego, importante componente da renda familiar e por consequência determinante da IA, permite o debate inédito do acesso desigual do rendimento do trabalho para as famílias brasileiras com pessoa de referência do sexo feminino e a vulnerabilidade dessas à IA.

É importante reforçar que esse artigo apresenta resultados de uma pesquisa nacional sobre a evolução da SA/IA no Brasil antes da pandemia de covid-19. Os estudos que avaliaram os dados da POF 2018 alertavam para o aumento expressivo da IA e queda da SA no território nacional<sup>4</sup>, sinalizando o aumento das desigualdades sociais no país<sup>13</sup>, principalmente associadas as diferenças de gênero<sup>6,7</sup>. A crise econômica, que marca o período de análise desse estudo, pode ter contribuído com a limitação da inserção no mercado de trabalho tanto para homens como para as mulheres<sup>8</sup>. No entanto, em sociedades e instituições patriarcais profundamente constituídas, as mulheres são mais impactadas pela escassez de oportunidades de emprego principalmente em períodos de crise<sup>8</sup>. Não obstante a crise sanitária que se estabeleceu com a pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a condição das mulheres e a IA<sup>33,9</sup>. A pandemia resultou no desemprego e na redução da renda de trabalhadores informais e limitou o acesso ao apoio social<sup>8</sup>, para as mulheres as medidas necessárias de isolamento social contribuíram ainda para o aumento do trabalho não remunerado, nos afazeres domésticos e com o cuidado de doentes e de crianças.

### **Conclusão**

O impacto das relações de gênero sobre o rendimento do emprego nas famílias contribuiu para responder parte da lacuna relacionada a inequidade de gênero e a fome. Pela abordagem dos estudos de gêneros e feministas, foi possível estabelecer as relações de poder entre mulheres e homens, que estruturam e reproduzem as desigualdades que ameaçam o direito à alimentação.

Destaca-se que o reforço das desigualdades de gênero nos agregados familiares por meio da destinação prioritária do trabalho reprodutivo as mulheres, pode ser um

desafio para uma ação direta do Estado. Nesse sentido além do reconhecimento e valorização, a socialização do trabalho não remunerado, é uma medida governamental que favorece o acesso a renda do emprego e o declínio da IA nas famílias chefiadas pelas mulheres, por meio da garantia de serviços públicos acessíveis e de qualidade, como creches e escolas públicas integrais e cozinhas comunitárias. Ademais, jornadas de trabalho reduzidas, que não comprometam a renda do emprego, podem auxiliar a longo prazo na divisão de tarefas domésticas e de cuidado diminuindo a sobrecarga e vulnerabilidade das mulheres à IA.

## Referências

1. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. 2022. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639es/online/sofi-2022/food-security-nutrition-indicators.html>
2. Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Melgar-Quinorez H, Pérez-Escamilla. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Rev Nutr*, 2014 Mar/Apr; 27(7):241-51
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708Et=publicacoes>
4. Salles-Costa R, Ferreira AA, Mattos RA, Reichenheim ME, Pérez-Escamilla R, Bem-Lignani J, Segall-Corrêa AM. National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Curr Dev Nutr*, 2022;6:nzac034
5. Salles-Costa R, Segall-Corrêa AM, Alexandre-Weiss VP, Pasquim EM, Paula NM, Lignani JB, Grossi MED, Zimmermann SA, Medeiros MAT, Santos SMC, Maluf RS. Rise and fall of household food security in Brazil, 2004 to 2022. *Caderno de Saúde Pública*. 2023;39(1):e00191122. <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN191122>
6. Santos LA, Ferreira AA, Pérez-Escamilla R, Sabino LL, Oliveira, LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica*, 2022; 38(11):e00130422
7. Santos LA, Pérez-Escamilla R, Cherol CCdS, Ferreira AA, Salles-Costa R. Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. *PLOS Glob Public Health*, 2023; 3(10): e0002324
8. Sousa LRM, Ditterich RG, Melgar-Quinonez H. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. *Interface*. 2021;25(1): <https://doi.org/10.1590/interface.200651>
9. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedePenssan). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto

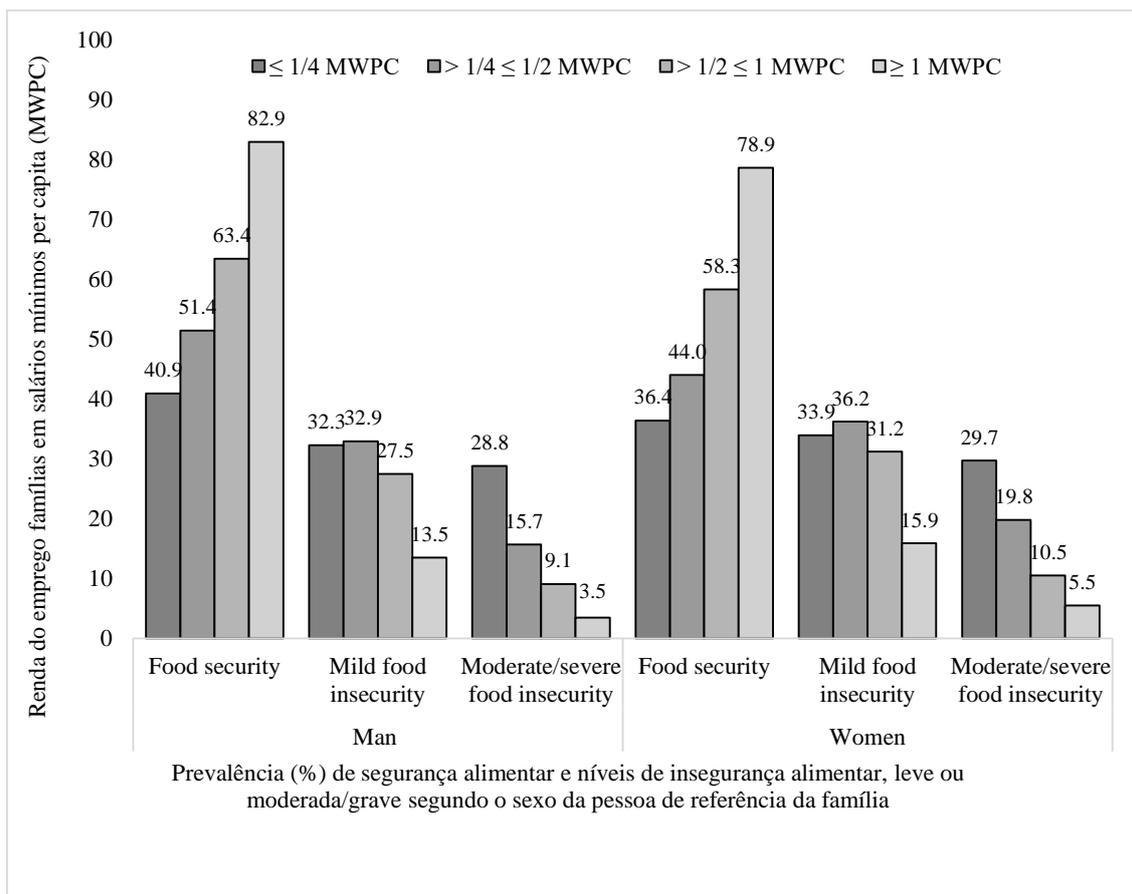
- da pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento II Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/ cor da pele e gênero. 2023. [acessado: 2023 jun 26]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>
10. Vasconcelos FAG, Machado ML, Medeiros MAT, Neves JA, Recine E, Pasquim E. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Rev Nutr.* 2019; 32:e180161.
  11. Campos JM, Akutsu RCCA, Silva ICR, Oliveira KS, Monteiro R. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência E Saúde Coletiva.* 2020; 25(4):1529-1537. doi: 10.1590/1413-81232020254.22112018
  12. Lignani JB, Palmeira PA, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia.* 2020;23:e200068.
  13. Cherol CCS, Ferreira AA, Lignani JB, Salles-Costa R. Regional and social inequalities in food insecurity in Brazil, 2013-2018. *Cad. Saúde Publica.* 2022; 38(12):e00083822. doi: 10.1590/0102-311XEN083822
  14. Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (Dieese) (2023). Trabalho doméstico. [acessado em 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>
  15. Lopstra R, Tarasuk V. Severity of household food insecurity is sensitive to change in household income and employment status among low-income families. *Journal of Nutriline.* 2013. Doi: 10.3945/jn.113.175414
  16. Kergoat D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata H, Laborie F, Le'Doaré H, Senotier D. *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Ed Unesp;2009. p.67-75.
  17. Oliveira MGM, Quintaneiro T. Karl Max. In: Quintaneiro T, Barbosa MLO, Oliveira MG. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.* Belo Horizonte: Ed UFMG; 2015. p.27-65.
  18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados. 2019 [acessado em 2023 junho 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578Et=publicacoes>
  19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares. [acessado em 2023 junho 10]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhesEid=282979>
  20. Pine, F. Gender. In: Barnard A, Spencer J. *Encyclopedia of social and cultural anthropology.* Ed London E New York; 2002, p. 385-98.
  21. Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev Estud Fem,* 2002 Jan/Jun; 10:1.
  22. Collins PH. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Ed São Paulo: Boitempo; 2022. p 424.
  23. Andersen, ML, Collins, PH. *Race, class and gender: an anthology.* Wadsworth, Inc.; Califórnia, 1992.
  24. Vigoya MV, Pinho O. Interseccionalidade. In: Rios FM, Ratts A, Santos MA. *Dicionário das relações étnicas e raciais contemporâneas.* São Paulo: Ed Perspectiva; 2023.

25. McIntyre L, Bartoo AC, Emery JCH. When working is not enough: food insecurity in the Canadian labour force. *Public Health Nutrition*. 2012;17(1):49-57. doi:10.1017/S1368980012004053
26. Reeves A, Loopstra R, Tarasuk V. Wage-setting policies, employment, and food insecurity: A multilevel analysis of 492 078 people in 139 countries. *Am J Public Health*. 2021; 111(4):718-25. doi: 10.2105/AJPH.2020.306096
27. Mabli J, Monzella K, Franckle RL, Delgado PL. Food insecurity transitions and changes in employment and earnings. *AM J Prev Med* 2023; 64 (3): 368-76. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.09.028>
28. Kepple AW, Segall-Correa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência E Saúde Coletiva*. 2011;16(1):187-199.
29. Bezerra MS, Jacob MCM, Ferreira MAF, Vale D, Mirabal IRB, Lyra CO. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência E Saúde Coletiva*. 2020;25(10):3833-3846. DOI: 10.1590/1413-812320202510.35882018
30. Rodrigues, AVA, Costa, DM, Costa, RS. Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações para a segurança alimentar e nutricional. *Cien Saude Colet [periódico na internet]* (2024/Abr). [Citado em 19/04/2024]. <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/desigualdades-de-genero-e-renda-das-familias-brasileiras-implicacoes-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional/19186?id=19186>
31. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADc). 2022. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
32. International Labor Organization (ILO). Spotlight on Work Statistics nº12. New data shine light on gender gaps in the labour market. Geneva (2023).
33. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedePenssan) (2022). II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>

**Tabela 1. Características sociodemográficas das famílias brasileiras, com ao menos um morador com rendimento de trabalho, segundo a segurança alimentar (SA) e níveis de insegurança alimentar (IA), leve ou moderada e grave. Pesquisa de Orçamentos Familiares -2018.**

Variáveis	SA % (IC 95%)	IA leve % (IC 95%)	IA moderada/grave % (IC 95%)
<b>Região</b>			
Sul	79.4 (77.9-80.7)	15.2 (14.2-16.4)	5.4 (4.7-6.2)
Nordeste	49.7 (48.5-50.8)	29.8 (28.9-30.7)	20.5 (19.6-21.5)
Sudeste	68.8 (67.4-70.2)	22.5 (21.5-23.6)	8.6 (8.0-9.4)
Norte	43.0 (41.0-45.1)	31.8 (30.0-33.6)	25.2 (23.5-26.9)
Centro-Oeste	64.8 (62.6-67.0)	23.2 (21.5-25.1)	12.0 (10.7-13.3)
<b>Área</b>			
Urbana	64.8 (64.0-65.7)	23.5 (22.9-24.2)	11.6 (11.2-12.1)
Rural	53.6 (51.9-55.2)	27.2 (26.0-28.3)	19.3 (18.0-20.6)
<b>Renda do emprego (MWPC)</b>			
≤ ¼ MWPC	38.7 (37.3-40.1)	33.1 (31.9-34.3)	28.2 (27.0-29.5)
> ¼ ≤ ½ MWPC	48.4 (46.8-50.0)	34.2 (32.8-35.7)	17.4 (16.2-18.6)
> ½ ≤ 1 MWPC	61.4 (60.1-62.7)	28.9 (27.7-30.1)	9.7 (9.0-10.4)
> 1 MWPC	81.5 (80.5-82.4)	14.3 (13.5-15.2)	4.2 (3.8-4.6)
<b>Presença de moradores &lt; 10 anos no domicílio</b>			
Sim	52.9 (51.7-54.0)	32.7 (31.7-33.7)	14.4 (13.7-15.2)
Não	67.9 (67.1-68.8)	20.1 (19.5-20.8)	11.9 (11.4-12.4)
Perfil do chefe da família			
<b>Sexo</b>			
Feminino	58.4 (57.4-59.5)	26.2 (25.3-27.1)	15.3 (14.7-16.0)
Masculino	66.8 (65.9-67.7)	22.4 (21.7-23.2)	10.8 (10.3-11.3)
<b>Situação conjugal</b>			
Com cônjuge/companheiro	64.1 (63.2-65.0)	24.8 (24.1-25.5)	11.1 (10.6-11.6)
Sem cônjuge/companheiro	61.9 (60.8-63.0)	22.7 (21.8-23.5)	15.4 (14.7-16.1)
<b>Escolaridade</b>			
≤ 8 anos	55.4 (54.5-56.4)	26.5 (25.7-27.2)	18.1 (17.4-18.8)
> 8 anos	69.3 (68.3-70.2)	22.1 (21.4-22.9)	8.5 (8.1-9.0)
<b>Raça/cor</b>			
Branco	73.9 (73.0-74.9)	18.6 (17.8-19.4)	7.4 (7.0-7.9)
Pardo	54.1 (52.2-55.9)	28.9 (27.3-30.6)	17.0 (15.7-18.4)
Preto	54.6 (53.6-55.6)	28.5 (27.6-29.3)	16.9 (16.3-17.6)

Notas: Salário mínimo: USD 298.12- dólar americano (BRL 954.00 – real brasileiro).



**Figura 1. Prevalência de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar em relação ao rendimento do trabalho, salários mínimos per capita (MWPC) e sexo da pessoa de referência. Pesquisa de Orçamento Familiar -2018.**

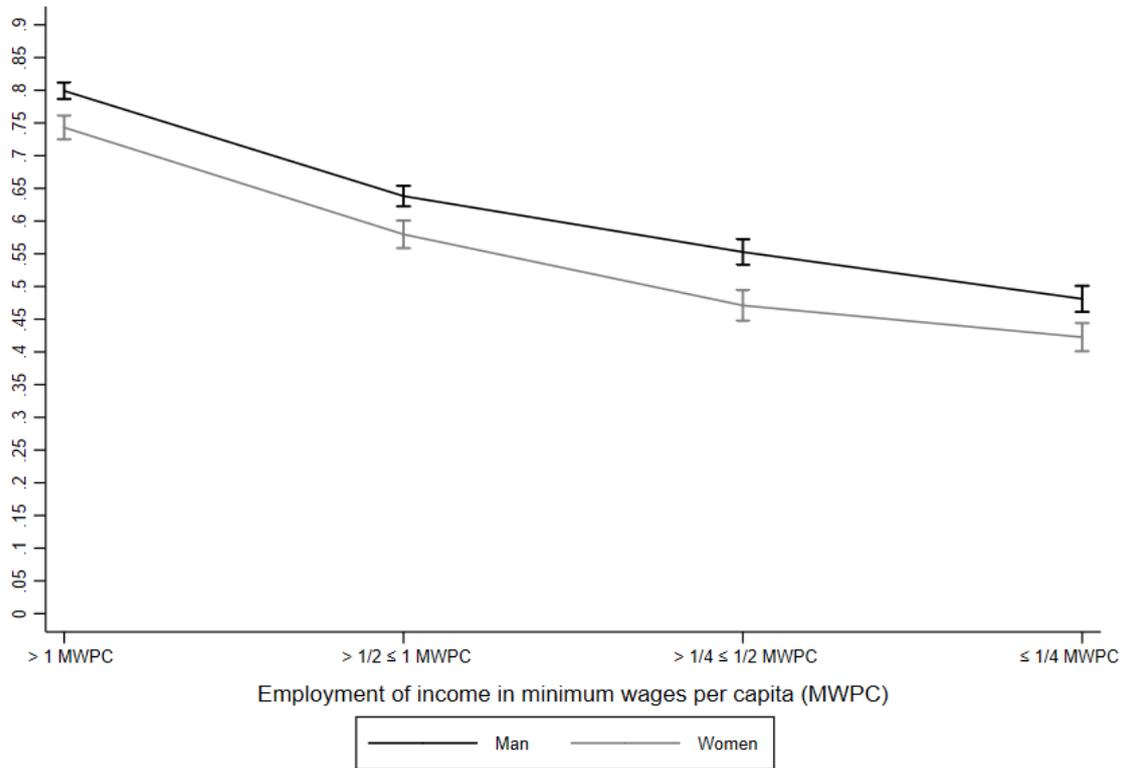
**Tabela 2. Razão de chances (OR) da insegurança alimentar (IA) leve ou moderado/grave segundo a renda do emprego e sexo da pessoa de referência. Pesquisa de Orçamento Familiar -2018.**

Renda do emprego (MWPC) e sexo da pessoa de referência	IA leve	IA moderada/grave
	OR Ajustado (IC 95%)	OR Ajustado (IC 95%)
≤ 1/4 MWPC e feminino	4.24 (3.71-4.87)	11.91 (9.98-14.20)
> 1/4 ≤ 1/2 MWPC e feminino	4.03 (3.51-4.63)	7.46 (6.12-9.10)
> 1/2 ≤ 1 MWPC e feminino	2.89 (2.53-3.31)	3.44 (2.85-4.15)
> 1 MWPC e feminino	1.31 (1.14-1.50)	1.67 (1.36-2.06)
≤ 1/4 MWPC e masculino	3.44 (3.02-3.90)	8.76 (7.38-10.39)
> 1/4 ≤ 1/2 MWPC e masculino	3.00 (2.65-3.40)	4.80 (4.00-5.76)
> 1/2 ≤ 1 MWPC e masculino	2.25 (2.00-2.53)	2.61 (2.19-3.11)
> 1 MWPC e masculino*	1.00	1.00

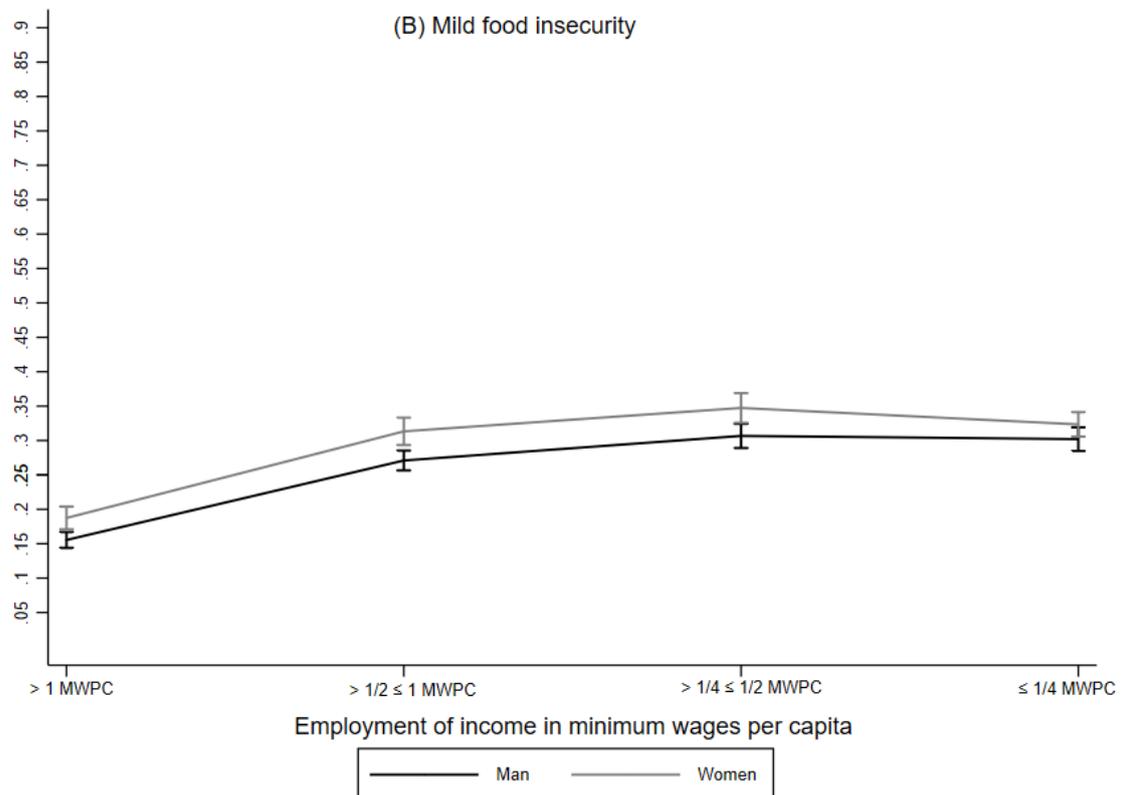
\*Categoria de referência.

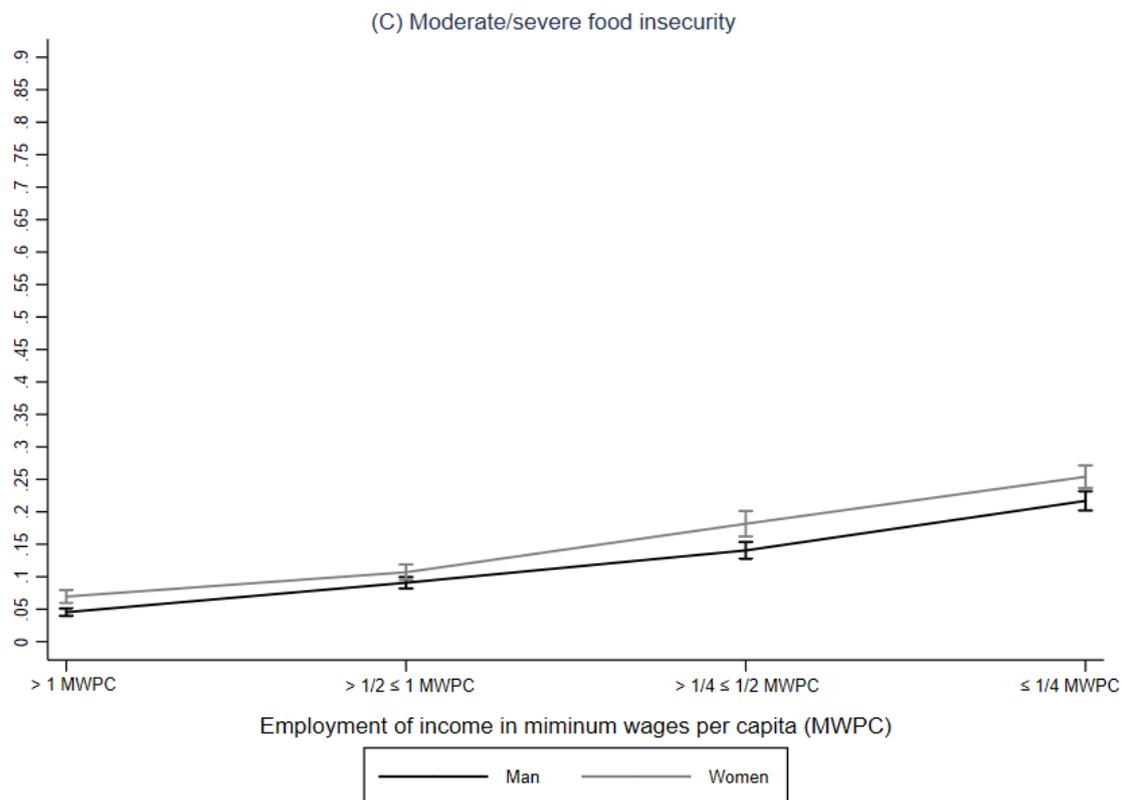
Notas: IA: Insegurança alimentar; SA: Segurança alimentar; OR: Odds ratio (Razão de chances); IC: Intervalo de confiança; SMPC: Salário mínimo per capita; Ajustado por: região, área, raça/cor, situação conjugal, escolaridade, presença de moradores <10 anos, Salário mínimo: USD 298.12 – dólar americano (BRL 954.00 – real brasileiro).

(A) Food security



(B) Mild food insecurity





**Figura 2.** Distribuição das probabilidades previstas para segurança alimentar (A) e insegurança alimentar leve (B) e insegurança alimentar moderada/grave (C) de acordo com o rendimento do emprego e o gênero da pessoa de referência dos agregados familiares. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2018.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando os dados da literatura, as famílias brasileiras investigadas na POF 2018 com pessoa de referência do sexo feminino foram mais impactadas pela IA. Inclusive, foram essas famílias que mais vivenciaram uma possível experiência de fome, ressaltando-se a importância e a urgência da identificação das famílias com pessoa de referência *mulher*, para ações prioritárias de combate à fome e à pobreza.

A principal hipótese desta tese foi que essas famílias tinham o acesso limitado ou insuficiente a renda ou a recursos produtivos. Ou seja, a desigualdade de gênero contribuiu para que as famílias com chefes mulheres, principalmente em situação de pobreza, sejam mais afetadas pela IA. Nesse sentido, os estudos de gênero e feministas contribuem para uma análise com perspectiva interseccional, que relaciona sistemas de poder, neste estudo, gênero, classe e território.

A composição da renda familiar revelou que os lares com mulheres como pessoas de referência possuíam menor contribuição do rendimento de trabalho, comparadas às famílias chefiadas por homens. Esse fato foi observado em todos os estratos de renda estudados, em regiões e áreas urbanas e rurais do Brasil. Também foi observado que a interação renda familiar e chefia feminina esteve associada ao maior risco de IA em todos os níveis de rendimento do emprego. É necessário ressaltar que, nos menores estratos de renda, a diferença era maior e maior também era a chance de IA.

Além da melhoria da renda, pela efetivação de uma política de valorização do salário mínimo, a manutenção do estoque público de alimentos pode reduzir a volatilidade do preço dos alimentos da cesta básica e reduzir a chance da IA das famílias chefiadas por mulheres que possuem menor acesso ao rendimento do emprego. Como medida de urgência, diante do aumento expressivo da IA grave, a distribuição de cestas básicas e o acesso a cozinhas solidárias aliviam a condição de fome dessas famílias.

Retomando ao contexto político e econômico de crise, no qual os dados foram reunidos, destaca-se ainda que, quando se potencializam as desigualdades, as mulheres são mais afetadas, tanto pela perda de rendimento do trabalho e ausência de direitos previdenciários, quanto pela condição de acesso à assistência social, o que contribui para a maior vulnerabilidade à IA. Com o aumento do desemprego e com o desmonte de políticas sociais e equipamentos públicos, a maior demanda das atividades do trabalho não remunerado para as mulheres pode agravar ainda mais as condições limitantes para a

sua inserção no mercado de trabalho, quer seja pela dependência de serviços públicos de cuidado, quer seja pela menor disponibilidade de tempo para mobilidade física.

A perda de rendimento do trabalho e de direitos previdenciários das famílias chefiadas por mulheres reforça, ainda, a importância da assistência social como medida urgente para mitigar os efeitos da desigualdade de gênero no acesso à renda. Assim, o PBF é apontado como importante mecanismo de proteção social para a composição da renda dessas famílias. Em 2023, o programa foi recriado, ampliando-se o repasse financeiro, de acordo com a composição das famílias, por meio de benefícios específicos relativos à presença de crianças, adolescentes e gestantes.

Apesar de despontarem como medidas para a redução da pobreza e da fome, tanto o aumento da renda do Novo Bolsa Família quanto do compromisso com a ampliação das famílias cadastradas no Cadastro Único, bem como com a cobertura das condicionalidades de saúde e educação, as mudanças no programa pouco contribuem para uma modificação efetiva nas relações de gênero. Ademais, questiona-se se ações e metas vinculadas ao PBF, como a capacitação profissional, o encaminhamento para o mercado de trabalho, o apoio a empreendimentos de economia popular solidária e a iniciativas de inclusão produtiva e socioeconômica, de fato, são suficientes para a autonomia e emancipação das mulheres.

Ainda que não tenha sido proposta nesta tese, a presença de crianças em idade pré-escolar e escolar, bem como a presença de idosos e pessoas com deficiência que necessitem de cuidados, podem aumentar a despesa com cuidados nas famílias monoparentais femininas e representar um limitante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. Esta é uma análise importante, considerando-se, principalmente, que, para as famílias em condição de pobreza, compostas em sua maioria por mulheres como pessoas de referência e por filhos menores de idade, o trabalho de cuidado pode contribuir para o seu desemprego e busca por informalidade.

Nesse sentido, destaco duas medidas que podem contribuir para ampliar o debate da desigualdade de gênero no acesso aos alimentos. O acompanhamento da implementação e efetivação da Política Nacional do Cuidado, considerando-se as particularidades das áreas urbanas e rurais do Brasil. Com marco conceitual definido em dezembro de 2023, a Política Nacional de Cuidado, a ser lançada em 2024, apresenta meta de ampliação, qualificação e integração da rede de serviços de cuidados até 2026. Também foi definido, no atual plano de combate à fome, o monitoramento da IA na PNAD, o que pode permitir a análise da IA em relação às características referentes ao

mercado de trabalho que fazem parte da série histórica da pesquisa. As situações de trabalho formal e informal, de autonomia e de desemprego, bem como de escolaridade da pessoa de referência da família, em relação ao sexo, à renda e à IA podem auxiliar na identificação das condições de mulheres e homens na inserção e permanência no mercado de trabalho.

Destaca-se a intersetorialidade dos temas na abordagem da IA no Brasil e a importância de um olhar transversal sob a perspectiva dos estudos de gênero nas ações de combate à fome e à pobreza.

## 7. REFERÊNCIAS

Adesoye OP, Adepoju AO. Food insecurity status of the working poor households in south west Nigeria. *International Journal Sociaç Economics*. 2020; 47(5):581-97. DOI 10.1108/IJSE-09-2019-058.

Andersen, ML, Collins, PH. *Race, class and gender: an anthology*. Wadsworth, Inc, : Califórnia, 1992.

Barbosa R, Ferreira de Souza P, Soares S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. *Blog DADOS*. 2020 [acessado em 2024 jan 10]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>

Braga CAS, Costa LV. Time use and food insecurity in female-headed household in Brazil. *Brazilian Journal of population Studies*. 2022; 39. doi: [10.20947/S0102-3098a0200](https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0200)

Brandão ER, Alzuguir FCV. Panorama histórico e conceitual sobre a categoria de gênero. In: *Gênero e saúde: uma articulação necessária*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº11.346, 2006. [acessado em 22 jan 24]. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.html)

Campos JM, Akutsu RCCA, Silva ICR, Oliveira KS, Monteiro R. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência E Saúde Coletiva*. 2020; 25(4):1529-1537. doi: 10.1590/1413-81232020254.22112018

Comisión Económica para a America Latina y el Caribe. *Panorama social de América Latina y el Caribe 2023 – La inclusion laboral como eje central para el desarrollo social inclusivo*. Santiago, 2023. Acessado em: 6/01/2024. Disponível em : [Panorama Social de América Latina y el Caribe 2023: la inclusión laboral como eje central para el desarrollo social inclusivo | CEPAL](#)

Collins PH. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Ed São Paulo: Boitempo; 2022. p 424.

Cotta RMM, MACHADO JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Revista Panamericana de Salud Pública*. 2013;33(1):54-60.

Costa DM, Magalhães R, Cardoso MLM. Do Bolsa Famílias ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. *Cad Saud Public*, 2023; 39(7):e00207922.

Cherol CCS, Ferreira AA, Lignani JB, Salles-Costa R. Regional and social inequalites in food insecurity in Brazil, 2013-2018. *Cad. Saúde Publica*. 2022; 38(12):e00083822. doi: 10.1590/0102-311XEN083822.

Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev Estud Fem, 2002 Jan/Jun; 10:1.

Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (Dieese) (2023). Trabalho doméstico. [acessado em 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. 2022. [acessado: 2024 jan 06]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639es/online/sofi-2022/food-security-nutrition-indicators.html>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) - Latin America and the Caribbean – Regional overview of food security and nutrition 2023: Statistics and trends. 2023. [acessado: 2024 jan 06]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc8514en/online/sofi-statistics-rlc-2023/food-security-ending-hunger.html>

Gallegos D, MecKechnie R, McAndrew R, Russel-Bennet R, Smith G. How gender, education knowledge contribute to food insecurity among adults in Australia. Health & SocialCare in Community, 2022;30(5):e2724-36. doi: <https://doi.org/10.1111/hsc.13715>

Alves S. Gênero e número, 2023. Mulheres com emprego dedicam 6h48 a mais que homens ao trabalho doméstico. Disponível: <https://www.generonumero.media/reportagens/trabalho-domestico-mulheres/>. [acessado em 3 dez 2023].

Guimarães LMB, Silva SJ. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial. Serviço social e Sociedade. 137:74-94. 2020 doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.202>

Grisa C, Porto SI. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. Revista de Economia e Sociologia Rural. 2023;61(3): e259390. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708Et=publicacoes>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD). Segurança Alimentar 2004/2009. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=283162Eview=detalhes>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD). Segurança Alimentar, 2013. 2014 [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10528Et=publicacoes>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADc). 2018. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADc). 2022. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

International Labor Organization (ILO). Spotlight on Work Statistics nº12. New data shine light on gender gaps in the labour market. Geneva (2023).

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Observatório das desigualdades. Charles Tilly e as desigualdades duráveis. 2020. [acessado em: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroplites.net.br/charles-tilly-e-as-desigualdades-duraveis-na-sociedade-brasileira/>

Kepple AW, Segall-Correa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência E Saúde Coletiva*. 2011;16(1):187-199.

Kergoat D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata H, Laborie F, Le'Doaré H, Senotier D. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed Unesp;2009. p.67-75.

Lignani JB, Palmeira PA, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2020;23:e200068.

Lopstra R, Tarasuk V. Severity of household food insecurity is sensitive to change in household income and employment status among low-income families. *Journal of Nutrilitife*. 2013. Doi: 10.3945/jn.113.175414.

Mariano S, Souza MF. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. *Rev Bras de Ciênc Polít*, 2015 Set/Dez; 18:147-77.

Mariano SA, Carloto CM. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Rev Estud Fem*.2009 Set/Dez; 17(3):901-8.

Mariano SA, Carloto CM. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc estado*, 2013 Maio/Ago; 28(2):393-417.

Mattos RA. As políticas nacionais de alimentação e nutrição e as trajetórias institucionais dos direitos à saúde e à alimentação. *Cadernos de Saúde Pública*.2021; 37(1):e00149120. doi: 10.1590/0102-311X00149120.

Meneses RCF, Esmeraldo AFL, Xavier NF, Ximenes AV. Mulheres em situação de pobreza nos contextos do Programa Bolsa Família e da vida nas ruas. *Psicologia Política*. 2022;22(55):538-53.

McIntyre L, Bartoo AC, Emery JCH. When working is not enough: food insecurity in the Canadian labour force. *Public Health Nutrition*. 2012;17(1):49-57. doi:10.1017/S1368980012004053.

Oliveira MGM, Quintaneiro T. Karl Max. In: Quintaneiro T, Barbosa MLO, Oliveira MG. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed UFMG; 2015. p.27-65.

Oliveira MSS. Desigualdades de gênero e (in)segurança alimentar e nutricional: olhares a partir do conceito de justiça de gênero de Nancy Fraser. *Demetra*, 2020; 15:e47218. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015 [acessado 2024 jan 10]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>.

Palmeira PA, Bem-Lignani J, Salles-Costa. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. *Cien Saude Colet*, 2022;27(7):2583-2595.

Pearce, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, p.28-36, 1978.

Pine, F. Gender. In: Barnard A, Spencer J. *Encyclopedia of social and cultural anthropology*. Ed London E New York; 2002, p. 385-98.

Recine E, Fagundes A, Silva BL, Garcia GS, Ribeiro RCL, Gabriel CG. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. *Revista de Nutrição*. 2020; 33:e200176. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedePenssan) (2022). II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedePenssan) (2023). II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento II Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/ cor da pele e gênero. [acessado: 2024 jan 10]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>

Salles-Costa R, Ferreira AA, Mattos RA, Reichenheim ME, Pérez-Escamilla R, Bem-Lignani J, Segall-Corrêa AM. National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Curr Dev Nutr*, 2022;6:nzac034

Santos LA, Ferreira AA, Pérez-Escamilla R, Sabino LL, Oliveira, LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica*, 2022; 38(11):e00130422.

Santos LA, Pérez-Escamilla R, Cherol CCdS, Ferreira AA, Salles-Costa R. Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. *PLOS Glob Public Health*, 2023; 3(10): e0002324.

Segall-Corrêa AM, Marin-León L. A segurança alimentar no Brasil: Proposição e usos da Escala de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2009; 16(2):1-9.

Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Melgar-Quinorez H, Pérez-Escamilla. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Rev Nutr*, 2014 Mar/Apr; 27(7):241-51.

Silva SO, Santos SMC, Gama CM, Coutinho GR, Santos MEP, Silva NJ. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cardenos de Saúde Pública*. 2022; 38(7):e00255621. doi: 10.1590/0102-311XPT255621

Sousa LRM, Ditterich RG, Melgar-Quinóñez H. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. *Interface*. 2021;25(1): <https://doi.org/10.1590/interface.200651>

Valladares L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Boschi, RR. *Corporativismo e desigualdade a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.:IUPERJ, 1991.

Vasconcelos FAG, Machado ML, Medeiros MAT, Neves JA, Recine E, Pasquim E. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Rev Nutr*. 2019; 32:e180161.

Vasconcelos ABPA, Moura LBA. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. *Caderno de Saúde Pública*. 2018; 34(2): :e00206816. Doi: doi: 10.1590/0102-311X00206816

Vigoya MV, Pinho O. Interseccionalidade. In: Rios FM, Ratts A, Santos MA. *Dicionário das relações étnicas e raciais contemporâneas*. São Paulo: Ed Perspectiva; 2023.

## **8. ANEXOS**

### **8.1 Módulo 6 da Pesquisa de Orçamentos Familiares**

**60 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO**

01 IDENTIFICAÇÃO GERAL

UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUB-DISTRITO	SETOR
<input type="text"/>				

02 IDENTIFICAÇÃO POF

CÓDIGO DO DOMICÍLIO	PERÍODO TEÓRICO	ABERTURA DA CADERNETA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	Nº DE ORDEM DO INFORMANTE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

NOME DO INFORMANTE:

03 SITUAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NÃO PESQUISADO



**Condições de vida e hábitos de consumo das famílias brasileiras**

61

## AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

01 Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com:

- |   |  |
|---|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Muita dificuldade  | 4 <input type="checkbox"/> Alguma facilidade |
| 2 <input type="checkbox"/> Dificuldade        | 5 <input type="checkbox"/> Facilidade        |
| 3 <input type="checkbox"/> Alguma dificuldade | 6 <input type="checkbox"/> Muita facilidade  |

02 Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês?

R\$           ,

03 Levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o valor mensal mínimo necessário para cobrir os gastos com alimentação de toda sua família?

R\$           ,

04 Como avalia o padrão de vida da sua família em relação a:

- |               | 1 Bom                    | 2 Satisfatório           | 3 Ruim                   |            | 1 Bom                    | 2 Satisfatório           | 3 Ruim                   |
|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Alimentação | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 4 Educação | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Moradia     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 5 Saúde    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Vestuário   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 6 Lazer    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

05 Como avalia as condições de moradia da sua família em relação ao serviço de:

- |                                    | 1 Bom                    | 2 Satisfatório           | 3 Ruim                   | 4 Não tem                |                               | 1 Bom                    | 2 Satisfatório           | 3 Ruim                   | 4 Não tem                |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Fornecimento de água             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 5 Limpeza e manutenção de rua | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Fornecimento de energia elétrica | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 6 Escoamento da água da chuva | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Iluminação de rua                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7 Esgotamento sanitário       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 Coleta de lixo                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8 Transporte coletivo         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

06 Há algum dos seguintes problemas no seu domicílio?

- |  | 1 Sim                    | 2 Não                    |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1 Pouco espaço   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Casa escura, com pouca iluminação natural  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Telhado com goteira  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 Fundação, paredes ou chão úmidos   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 Madeira das janelas, portas ou assoalhos deteriorados  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6 Mosquitos ou outros insetos, ratos, etc.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7 Fumaça, mau cheiro, barulho ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8 Localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos                                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9 Localizado em área sujeita a inundação   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10 Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11 Violência ou vandalismo na sua área de residência   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

07 No período de referência de 12 meses, por motivo de dificuldade financeira, sua família atrasou o pagamento de alguma das seguintes despesas?

- |   | 1 Sim                    | 2 Não                    | 3 Não se aplica          |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Aluguel ou prestação da casa, apartamento | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Água, eletricidade ou gás                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Prestações de bens ou serviços adquiridos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

08	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem</b> antes de poderem comprar ou receber mais comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
09	Nos últimos três meses, <b>os alimentos acabaram</b> antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
10	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>ficaram sem dinheiro</b> para ter uma alimentação saudável e variada? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
11	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham</b> porque o dinheiro acabou? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não <b>Se todos os quesitos de 08 a 11 forem iguais a Não → Encerre.</b> <b>Se em pelo menos um dos quesitos 08, 09, 10 ou 11 tiver uma resposta Sim:</b> <b>a. Se HOUVER algum morador da UC de 18 anos ou mais de idade → Siga quesito 12;</b> <b>b. Caso contrário → Passe para o quesito 16.</b>
12	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade <b>deixou de fazer alguma refeição</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
13	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>comeu menos do que achou que devia</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
14	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
15	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não <b>Se HOUVER algum morador da UC de menos de 18 anos de idade → Siga quesito 16;</b> <b>Caso contrário → Encerre.</b>
16	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>deixou de ter uma alimentação saudável e variada</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
17	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>comeu menos do que deveria</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
18	Nos últimos três meses, alguma vez, <b>foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições</b> de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
19	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>deixou de fazer alguma refeição</b> , porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
20	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não
21	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro</b> porque não havia dinheiro para comprar comida? 1 <input type="checkbox"/> Sim                      2 <input type="checkbox"/> Não

OBSERVAÇÕES

FAACSIMILAR

## **8.2 Módulo 5 da Pesquisa de Orçamentos Familiares**



Diretoria de Pesquisas  
 Coordenação de Trabalho e Rendimento  
 Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

**Pesquisa de Orçamentos Familiares  
 2017 - 2018**

**POF 5 - Questionário de Trabalho e Rendimento  
 Individual**

**52 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO**

**01 IDENTIFICAÇÃO GERAL**

UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUBDISTRITO	SETOR
<input type="text"/>				

**02 IDENTIFICAÇÃO POF**

CÓDIGO DO DOMICÍLIO	PERÍODO TEÓRICO	ABERTURA DA CADERNETA	ORDEM INFORMANTE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

NOME DO INFORMANTE



**03** MÊS DO DEBÍTO DE RENDIMENTO

PERÍODO DE 12 MESES

a

- MÊS DO ÚLTIMO RENDIMENTO**
- |                |             |               |
|----------------|-------------|---------------|
| 01 - Janeiro   | 05 - Maio   | 09 - Setembro |
| 02 - Fevereiro | 06 - Junho  | 10 - Outubro  |
| 03 - Março     | 07 - Julho  | 11 - Novembro |
| 04 - Abril     | 08 - Agosto | 12 - Dezembro |

**53 A TRABALHOS/PESSOAS OCUPADAS**

**TRABALHOS**

1 ENTRE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES), \_\_\_\_\_ TRABALHOU OU ESTAGIOU EM ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA EM DINHEIRO?

1  SIM 2  NÃO

(Para a pessoa cuja natureza do trabalho implica em ofertar serviços ou aguardar clientes e que esteve à disposição, mas não conseguiu clientes no período de referência, marque "sim").

2 ENTRE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES), \_\_\_\_\_ TRABALHOU OU ESTAGIOU EM ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA EM PRODUTOS, MERCADORIAS, MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TREINAMENTO OU APRENDIZADO, ETC.?

1  SIM 2  NÃO

3 ENTRE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES), \_\_\_\_\_ FEZ ALGUM BICO OU TRABALHOU EM ALGUMA ATIVIDADE OCASIONAL REMUNERADA?

1  SIM 2  NÃO

(Exemplos: no período de referência a pessoa pode ter preparado doces ou salgadinhos para fora, vendido cosméticos, prestado algum tipo de serviço, etc.).

4 ENTRE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES), \_\_\_\_\_ AJUDOU, SEM RECEBER PAGAMENTO, NO TRABALHO REMUNERADO DE ALGUM MORADOR DO DOMICÍLIO OU DE PARENTEZ?

1  SIM 2  NÃO

**PESSOAS OCUPADAS**

5 ENTRE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES), QUANTOS TRABALHOS \_\_\_\_\_ TEVE?

Se quesito 5 = 0, passe para o quadro 54.  
Se quesito 5 > 0, siga quadro 53/B.

**OBSERVAÇÕES**

Area for handwritten observations with horizontal dashed lines.

1 QUAL ERA A OCUPAÇÃO (CARGO OU FUNÇÃO) QUE \_\_\_\_\_ TINHA NESSE TRABALHO?

2 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA:

- 1  TRABALHADOR DOMÉSTICO → Passe para o quesito 4.
- 2  MILITAR DO EXÉRCITO, DA MARINHA, DA AERONÁUTICA,  
DA POLÍCIA MILITAR OU DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR → Passe para o quesito 6.
- 3  EMPREGADO DO SETOR PRIVADO → Passe para o quesito 4.
- 4  EMPREGADO DO SETOR PÚBLICO (inclusive empresas de economia mista) → Siga quesito 3.
- 5  EMPREGADOR → Passe para o quesito 5.  
*ATENÇÃO: Lembre-se que empregadores têm pelo menos um empregado.*
- 6  CONTA PRÓPRIA → Passe para o quesito 5.  
*ATENÇÃO: Lembre-se que trabalhadores por conta própria não têm empregados.*
- 7  TRABALHADOR NÃO REMUNERADO EM AJUDA A MEMBRO DO DOMICÍLIO OU PARENTE
- 7.1  CONTA PRÓPRIA OU EMPREGADOR → Passe para o quesito 6.
- 7.2  EMPREGADO → Passe para o quesito 6.
- 7.3  TRABALHADOR DOMÉSTICO → impute "Serviço doméstico remunerado" no quesito 6 e passe para o quesito 14.

3 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)?

- 1  SIM → Passe para o quesito 6.
- 2  NÃO → Siga quesito 4.

4 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ TINHA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?

- 1  SIM → Se quesito 2 = 1, impute "Serviço doméstico remunerado" no quesito 6 e passe para o quesito 7.  
Caso contrário, passe para o quesito 6.
- 2  NÃO → Siga quesito 5.

5 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA?

- 1  SIM
- 2  NÃO

Se quesito 2 = 1, impute "Serviço doméstico remunerado" no quesito 6 e passe para o quesito 7.  
Caso contrário, siga quesito 6.

6 Se quesito 2 = 2, 3 ou 4:  
QUAL ERA A PRINCIPAL ATIVIDADE DESSE NEGÓCIO/EMPRESA DO QUAL \_\_\_\_\_ RECEBIA PAGAMENTO COMO EMPREGADO?

Se quesito 2 = 5 ou 6:  
QUAL ERA A PRINCIPAL ATIVIDADE DESSE NEGÓCIO/EMPRESA QUE \_\_\_\_\_ TINHA?

Se quesito 2 = 7.1 ou 7.2:  
QUAL ERA A PRINCIPAL ATIVIDADE DESSE NEGÓCIO/EMPRESA DA PESSOA DO DOMICÍLIO OU PARENTE A QUEM \_\_\_\_\_ AJUDAVA SEM RECEBER PAGAMENTO?

Se quesito 2 = 7.1 ou 7.2 → Passe para o quesito 14.  
Caso contrário, siga quesito 7.

53

TRABALHOS, RENDIMENTOS E DEDUÇÕES NO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES (conclusão)

53 B

TRABALHO PRINCIPAL

7 QUAL FOI A FORMA DE PAGAMENTO DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO:

1  EM DINHEIRO → Siga quesito 8.2  EM DINHEIRO E BENEFÍCIOS3  SOMENTE EM BENEFÍCIOS4  NÃO TEVE RENDIMENTO → Passe para o quesito 14.

8 QUAL O VALOR DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO?

(Não incluir nesse valor, rendimentos tais como: décimo terceiro, férias, auxílios de trabalho e premiações eventuais).

VALOR EM DINHEIRO: R\$           ,   

9 O VALOR INFORMADO É SEM QUALQUER DEDUÇÃO (Previdência Pública, Imposto de Renda, ISS e Outros Impostos)?

1  SIM → Se quesito 2 = 1 ou 3 e quesito 4 = 2, passe para o quesito 12. Caso contrário, passe para o quesito 11.2  NÃO → Siga quesito 10.

10 QUAL O VALOR ANTES DE QUALQUER DEDUÇÃO?

VALOR EM DINHEIRO: R\$           ,    → Se quesito 2 = 1 ou 3 e quesito 4 = 2, passe para o quesito 12. Caso contrário, siga quesito 11.

11 QUAL O VALOR DA(S) DEDUÇÃO(ÕES) DESSE ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO?

11.1  PREVIDÊNCIA PÚBLICA R\$           ,     NÃO TEVE11.2  IMPOSTO DE RENDA R\$           ,     NÃO TEVE11.3  ISS E OUTROS IMPOSTOS R\$           ,     NÃO TEVE

12 QUAL FOI O MÊS DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO?

 13 POR QUANTOS MESES   RECEBEU POR ESSE TRABALHO DURANTE O PERÍODO DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_ (PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES)? 14 QUANTAS HORAS   TRABALHAVA NORMALMENTE, POR SEMANA, NESSE TRABALHO?  

15 QUAL A DURAÇÃO HABITUAL DO DESLOCAMENTO PARA ESSE TRABALHO?

1  ATÉ 05 MINUTOS2  DE 06 MINUTOS ATÉ 30 MINUTOS3  MAIS DE 30 MINUTOS ATÉ 1 HORA4  MAIS DE 1 HORA ATÉ 2 HORAS5  MAIS DE 2 HORAS

1 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA:

- 1  TRABALHADOR DOMÉSTICO → Passe para o quesito 3.
- 2  MILITAR DO EXÉRCITO, DA MARINHA, DA AERONÁUTICA,  
DA POLÍCIA MILITAR OU DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR → Passe para o quesito 5.
- 3  EMPREGADO DO SETOR PRIVADO → Passe para o quesito 3.
- 4  EMPREGADO DO SETOR PÚBLICO (inclusive empresas de economia mista) → Siga quesito 2.
- 5  EMPREGADOR → *ATENÇÃO: Lembre-se que empregadores têm pelo menos um empregado.* → Passe para o quesito 4.
- 6  CONTA PRÓPRIA  
*ATENÇÃO: Lembre-se que trabalhadores por conta própria não têm empregados.*
- 7  TRABALHADOR NÃO REMUNERADO EM AJUDA A MEMBRO DO DOMICÍLIO OU PARENTE
- 7.1  CONTA PRÓPRIA OU EMPREGADOR
- 7.2  EMPREGADO → Passe para o quesito 12.
- 7.3  TRABALHADOR DOMÉSTICO

2 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)?

- 1  SIM → Passe para o quesito 5.
- 2  NÃO → Siga quesito 3.

3 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ TINHA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?

- 1  SIM → Passe para o quesito 5.
- 2  NÃO → Siga quesito 4.

4 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA?

- 1  SIM
- 2  NÃO

Siga quesito 5.

5 QUAL FOI A FORMA DE PAGAMENTO DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO:

- 1  EM DINHEIRO → Siga quesito 6.
- 2  EM DINHEIRO E BENEFÍCIOS
- 3  SOMENTE EM BENEFÍCIOS → Passe para o quesito 12.
- 4  NÃO TEVE RENDIMENTO

6 QUAL O VALOR DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO?

(Não incluir nesse valor, rendimentos tais como: décimo terceiro, férias, auxílios de trabalho e premiações eventuais).

VALOR EM DINHEIRO: R\$           ,

7 O VALOR INFORMADO É SEM QUALQUER DEDUÇÃO (Previdência Pública, Imposto de Renda, ISS e Outros Impostos)?

- 1  SIM → Se quesito 1 = 1 ou 3 e quesito 3 = 2, passe para o quesito 10. Caso contrário, passe para o quesito 9.
- 2  NÃO → Siga quesito 8.

8 QUAL O VALOR ANTES DE QUALQUER DEDUÇÃO?

VALOR EM DINHEIRO: R\$           ,    → Se quesito 1 = 1 ou 3 e quesito 3 = 2, passe para o quesito 10. Caso contrário, siga quesito 9.



1 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA:

1  TRABALHADOR DOMÉSTICO → Passe para o quesito 3.2  MILITAR DO EXÉRCITO, DA MARINHA, DA AERONÁUTICA,  
DA POLÍCIA MILITAR OU DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR → Passe para o quesito 5.3  EMPREGADO DO SETOR PRIVADO → Passe para o quesito 3.4  EMPREGADO DO SETOR PÚBLICO (inclusive empresas de economia mista) → Siga quesito 2.5  EMPREGADOR →   
**ATENÇÃO:** Lembre-se que empregadores têm pelo menos um empregado. → Passe para o quesito 4.6  CONTA PRÓPRIA  
**ATENÇÃO:** Lembre-se que trabalhadores por conta própria não têm empregados. → Passe para o quesito 4.7  TRABALHADOR NÃO REMUNERADO EM AJUDA A MEMBRO DO DOMICÍLIO OU PARENTE7.1  CONTA PRÓPRIA OU EMPREGADOR7.2  EMPREGADO → Passe para o quesito 12.7.3  TRABALHADOR DOMÉSTICO →

2 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)?

1  SIM → Passe para o quesito 5.2  NÃO → Siga quesito 3.

3 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ TINHA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?

1  SIM → Passe para o quesito 5.2  NÃO → Siga quesito 4.

4 NESSE TRABALHO, \_\_\_\_\_ ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA?

1  SIM2  NÃO

Siga quesito 5.

5 QUAL FOI A FORMA DE PAGAMENTO DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO:

1  EM DINHEIRO → Siga quesito 6.2  EM DINHEIRO E BENEFÍCIOS3  SOMENTE EM BENEFÍCIOS

→ Passe para o quesito 12.

4  NÃO TEVE RENDIMENTO

6 QUAL O VALOR DO ÚLTIMO RENDIMENTO BRUTO MENSAL RECEBIDO NESSE TRABALHO?

**(Não incluir nesse valor, rendimentos tais como: décimo terceiro, férias, auxílios de trabalho e premiações eventuais).**VALOR EM DINHEIRO: R\$       ,  0  0

7 O VALOR INFORMADO É SEM QUALQUER DEDUÇÃO (Previdência Pública, Imposto de Renda, ISS e Outros Impostos)?

1  SIM → Se quesito 1 = 1 ou 3 e quesito 3 = 2,  
passe para o quesito 10.  
Caso contrário, passe para o quesito 9.2  NÃO → Siga quesito 8.

8 QUAL O VALOR ANTES DE QUALQUER DEDUÇÃO?

VALOR EM DINHEIRO: R\$       ,  0  0 → Se quesito 1 = 1 ou 3 e quesito 3 = 2,  
passe para o quesito 10.  
Caso contrário, siga quesito 9.



SITUAÇÃO DO QUADRO

1

 PESQUISADO COM REGISTRO

3

 PESQUISADO SEM REGISTRO

5

 NÃO PESQUISADO

TIPO (1)	ÚLTIMO RENDIMENTO MENSAL (R\$) (2)	DEDUÇÃO (3)	MÊS DO ÚLTIMO RENDIMENTO (4)	NÚMERO DE MESES (5)
BOLSA FAMÍLIA/PETI .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC - LOAS) .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
OUTROS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
APOSENTADORIA DO INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
PENSÃO DO INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
APOSENTADORIA (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL) DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
PENSÃO (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL) DA PRE- VIDÊNCIA PÚBLICA .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
APOSENTADORIA/PENSÃO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA (inclui complementos e suplementos privados) .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
AUXÍLIO-DOENÇA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
BOLSA DE ESTUDO .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
PENSÃO ALIMENTÍCIA DE NÃO MORADOR .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
MESADA DE NÃO MORADOR .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
DOAÇÃO DE NÃO MORADOR .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
ALUGUEL, ARRENDAMENTO, USO OU EXPLORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
ALUGUEL, DIREITOS AUTORAIS OU PATENTES DE BENS MÓVEIS .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
AUXÍLIO/TÍQUETE/CARTÃO ALIMENTAÇÃO .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
AUXÍLIO/VALE/CARTÃO TRANSPORTE E COMBUSTÍ- VEL .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
RENDIMENTO DE MORADOR AUSENTE .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
RENDIMENTO DE MENORES DE DEZ ANOS .....	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> 0 0	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>



SITUAÇÃO DO QUADRO

1

 PESQUISADO COM REGISTRO

3

 PESQUISADO SEM REGISTRO

5

 NÃO PESQUISADO

TIPO	VALOR	DEDUÇÃO
(1)	(2)	(3)
FÉRIAS (inclui abono e adiantamento de férias) .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE TRABALHO .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE APOSENTADORIA DO INSS .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE PENSÃO DO INSS .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE APOSENTADORIA (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL) DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE PENSÃO (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL) DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA .....	00	00
13º, 14º, etc. SALÁRIO DE APOSENTADORIA/PENSÃO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA .....	00	00
SAQUE DO PIS/PASEP (TOTAL) .....	00	00
RENDIMENTO E ABONO DO PIS/PASEP .....	00	00
SAQUE DO FGTS .....	00	00
INDENIZAÇÃO TRABALHISTA .....	00	00
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DE NEGÓCIOS (empregador) .....	00	00
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DE EMPRESA (empregado) .....	00	00
COMISSÃO DE VENDA (esporádica) .....	00	00
HORA EXTRA .....	00	00
EMPRÉSTIMO (tomado/recebido) .....	00	00
SEGURO-DESEMPREGO .....	00	00
SEGURO DEFESO .....	00	00
RESTITUIÇÃO OU DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA .....	00	00
HERANÇA OU TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS .....	00	00
VENDA DE IMÓVEL (exceto terreno) .....	00	00
VENDA DE TERRENO .....	00	00
VENDA DE AUTOMÓVEL .....	00	00
VENDA DE MOTOCICLETA .....	00	00
VENDA DE ANIMAL .....	00	00
VENDA DE OUTROS BENS .....	00	00
INDENIZAÇÃO, RESTITUIÇÃO E PRÊMIO DE SEGURO PESSOAL .....	00	00
INDENIZAÇÃO, RESTITUIÇÃO E PRÊMIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS/UTILITÁRIOS .....	00	00
INDENIZAÇÃO, RESTITUIÇÃO E PRÊMIO DE SEGURO VOLUNTÁRIO DE AUTOMÓVEIS/UTILITÁRIOS .....	00	00
INDENIZAÇÃO, RESTITUIÇÃO E PRÊMIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE MOTO .....	00	00
INDENIZAÇÃO, RESTITUIÇÃO E PRÊMIO DE SEGURO VOLUNTÁRIO DE MOTO .....	00	00
.....	00	00
.....	00	00
.....	00	00
.....	00	00



### **8.3 Módulo 1 da Pesquisa de Orçamentos Familiares**

**Pesquisa de Orçamentos Familiares  
2017 - 2018**

**POF 1 - Características do Domicílio e dos  
Moradores**

<b>01</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>				
01	IDENTIFICAÇÃO GERAL				
UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUBDISTRITO	SETOR	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
<b>02</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO POF</b>				
	CÓDIGO DO DOMICÍLIO		PER	TI	
	<input type="text"/>				



01 ESTE DOMICÍLIO É DO TIPO:

- 1  CASA      2  APARTAMENTO      3  HABITAÇÃO EM CASA DE CÔMODO, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO

02 QUAL É O MATERIAL QUE PREDOMINA NA CONSTRUÇÃO DAS PAREDES EXTERNAS DESTA DOMICÍLIO?

- 1  ALVENARIA COM REVESTIMENTO / TAIPA COM REVESTIMENTO      4  MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA)  
 2  ALVENARIA SEM REVESTIMENTO      5  MADEIRA APROVEITADA  
 3  TAIPA SEM REVESTIMENTO      6  OUTRO MATERIAL, **especifique:** \_\_\_\_\_

03 QUAL É O MATERIAL QUE PREDOMINA NA COBERTURA (TELHADO) DESTA DOMICÍLIO?

- 1  TELHA SEM LAJE DE CONCRETO  
 2  TELHA COM LAJE DE CONCRETO  
 3  SOMENTE LAJE DE CONCRETO  
 4  MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA)  
 5  ZINCO, ALUMÍNIO OU CHAPA METÁLICA  
 6  OUTRO MATERIAL, **especifique:** \_\_\_\_\_

04 QUAL É O MATERIAL QUE PREDOMINA NO PISO DESTA DOMICÍLIO?

- 1  CERÂMICA, LAJOTA OU PEDRA  
 2  MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA)  
 3  CIMENTO  
 4  TERRA  
 5  OUTRO MATERIAL, **especifique:** \_\_\_\_\_

05 QUANTOS CÔMODO TEM ESTE DOMICÍLIO?

06 QUANTOS CÔMODO ESTÃO SERVINDO PERMANENTEMENTE DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES DESTA DOMICÍLIO?

07 QUAL A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO?

- 1  REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO → Siga quesito 08.      4  FONTE OU NASCENTE  
 2  POÇO PROFUNDO OU ARTESIANO → Passe para o quesito 09.      5  ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA  
 3  POÇO RASO, FREÁTICO OU CACIMBA      6  OUTRA FORMA, **especifique:** \_\_\_\_\_ → Passe para o quesito 09.

08 NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, COM QUE FREQUÊNCIA A ÁGUA PROVENIENTE DE REDE GERAL ESTEVE DISPONÍVEL PARA ESTE

- 1  DIARIAMENTE  
 2  DE 4 A 6 DIAS NA SEMANA  
 3  DE 1 A 3 DIAS NA SEMANA  
 4  OUTRA FREQUÊNCIA

09 A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA:

- 1  CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO → Siga quesito 10.  
 2  CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO → Passe para o quesito 11.1.  
 3  NÃO CANALIZADA

10 A ÁGUA CANALIZADA DESTA DOMICÍLIO É AQUECIDA POR QUAL(IS) FONTE(S)?

**(ATENÇÃO: TODOS OS ITENS DEVERÃO TER UMA RESPOSTA)**

- |                      | SIM                      | NÃO                      |
|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 - ENERGIA ELÉTRICA | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 - GÁS              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 - ENERGIA SOLAR    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 - LENHA OU CARVÃO  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 - OUTRA FORMA      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

11.1 QUANTOS BANHEIROS (COM CHUVEIRO E VASO SANITÁRIO) DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE?

 Banheiro(s) com chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário (ou privada).

Se 0 (zero), siga quesito 11.2.  
 Caso contrário passe para o quesito 12.

11.2 QUANTOS BANHEIROS DE USO COMUM A MAIS DE UM DOMICÍLIO EXISTEM NESTE TERRENO OU NA PROPRIEDADE?

Banheiro(s) com chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário (ou privada).

Se 0 (zero), siga quesito 11.3.  
Caso contrário passe para o quesito 12.

11.3 UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material).

- 1  SIM → Siga quesito 12.  
2  NÃO → Passe para o quesito 13.

**OBSERVAÇÃO**

Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina, privada, sentina, retrete, casa de força, cambone.

12 DE QUE FORMA É FEITO O ESCOADOURO DESTES(BANHEIRO(S), SANITÁRIO(S) OU BURACO(S) PARA DEJEIÇÕES?

- 1  REDE GERAL, REDE PLUVIAL OU FOSSA LIGADA À REDE  
2  FOSSA NÃO LIGADA À REDE  
3  VALA  
4  RIO, LAGO OU MAR  
5  OUTRA FORMA, **especifique:** \_\_\_\_\_

13 QUAL O (principal) DESTINO DADO AO LIXO?

- 1  COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA  
2  COLETADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA  
3  QUEIMADO (NA PROPRIEDADE)  
4  ENTERRADO (NA PROPRIEDADE)  
5  JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO  
6  OUTRO DESTINO, **especifique:** \_\_\_\_\_

14 QUAL(IS) A(S) ORIGEM (NS) DA ENERGIA ELÉTRICA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO?  
(ATENÇÃO: TODOS OS ITENS DEVERÃO TER UMA RESPOSTA)

- |  | SIM                      | NÃO                      |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1 - REDE GERAL   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 - OUTRA ORIGEM (GERADOR, PLACA SOLAR, EÓLICA, ETC.), <b>especifique:</b> _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Se a opção 1 (Rede Geral) for sim, siga quesito 15.  
Caso contrário, passe para o quesito 16.

15 COM QUE FREQUÊNCIA A ENERGIA ELÉTRICA, PROVENIENTE DE REDE GERAL, ESTÁ HABITUALMENTE DISPONÍVEL PARA ESTE DOMICÍLIO?

- 1  DIÁRIA, EM TEMPO INTEGRAL  
2  DIÁRIA, POR ALGUMAS HORAS  
3  OUTRA FREQUÊNCIA

16 QUAL(IS) COMBUSTÍVEL(IS) É(SÃO) UTILIZADO(S) NESTE DOMICÍLIO NA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS?  
(ATENÇÃO: TODOS OS ITENS DEVERÃO TER UMA RESPOSTA)

- |  | SIM                      | NÃO                      |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1 - GÁS DE BOTTÃO OU ENCANADO  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 - LENHA OU CARVÃO  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 - ENERGIA ELÉTRICA   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 - OUTRO COMBUSTÍVEL (ÓLEO, QUEROSENE, ETC.), <b>especifique:</b> _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

17 ESTE DOMICÍLIO É:

- 1  PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO → Siga quesito 18.
- 2  PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO → Siga quesito 18.
- 3  ALUGADO → Passe para o quesito 19.
- 4  CEDIDO POR EMPREGADOR → Siga quesito 18.
- 5  CEDIDO POR FAMILIAR → Siga quesito 18.
- 6  CEDIDO DE OUTRA FORMA → Siga quesito 18.
- 7  OUTRA CONDIÇÃO, **especifique:** \_\_\_\_\_

18 CASO ESTE DOMICÍLIO FOSSE ALUGADO, QUAL SERIA O VALOR ESTIMADO DO ALUGUEL?

R\$      

Passe para o quesito 20.

19 ESTE CONTRATO DE ALUGUEL É:

- 1  VERBAL ("SÓ DE BOCA")
- 2  DOCUMENTADO ATRAVÉS DE IMOBILIÁRIA
- 3  DOCUMENTADO ATRAVÉS DE OUTRA FONTE

20 EXISTE PAVIMENTAÇÃO NA RUA ONDE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO?

- 1  SIM
- 2  NÃO

21 O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DOS CORREIOS PARA ESTE DOMICÍLIO É REALIZADO:

- 1  POR ENTREGA DOMICILIÁRIA (PELO CARTEIRO)
- 2  EM CAIXA POSTAL COMUNITÁRIA - CPC
- 3  EM AGÊNCIA DE CORREIOS MAIS PRÓXIMA
- 4  POR ENTREGA EM OUTRO ENDEREÇO
- 5  POR OUTRA FORMA

## OBSERVAÇÕES



04

## CARACTERÍSTICAS DO MORADOR

<input type="text"/>		<input type="text"/>		<input type="text"/>	
Nº DE ORDEM		NOME		SOBRENOME	
Nº DA UNIDADE DE CONSUMO:		<input type="text"/>			
CONDIÇÃO NA UNIDADE DE CONSUMO:		<input type="text"/>			
01	CONDIÇÃO DE PRESENÇA: 1 <input type="checkbox"/> MORADOR PRESENTE		2 <input type="checkbox"/> MORADOR AUSENTE		
02	DATA DE NASCIMENTO:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Se a data de nascimento é ignorada, siga quesito 03. Caso contrário, passe para quesito 04.
		DIA	MÊS	ANO	
03	IDADE:	<input type="text"/>			
04	SEXO:				
	1 <input type="checkbox"/> HOMEM	2 <input type="checkbox"/> MULHER			
05	COR OU RAÇA:	06		TEM PLANO OU SEGURO-SAÚDE?	
	1 <input type="checkbox"/> BRANCA	3 <input type="checkbox"/> AMARELA	5 <input type="checkbox"/> INDÍGENA	1 <input type="checkbox"/> SIM	
	2 <input type="checkbox"/> PRETA	4 <input type="checkbox"/> PARDA		2 <input type="checkbox"/> NÃO	
<b>PARA OS MORADORES PRESENTES COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, QUE NÃO SEJAM EMPREGADOS DOMÉSTICOS OU PARENTES DE EMPREGADOS DOMÉSTICOS</b>					
07	TEVE ALGUM TIPO DE RENDIMENTO OU EXECUTOU ALGUM TRABALHO (REMUNERADO OU NÃO) NO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES?				
	1 <input type="checkbox"/> SIM	2 <input type="checkbox"/> NÃO			
08	TEM O HÁBITO DE REALIZAR DESPESAS OU AQUISIÇÕES DE BENS OU SERVIÇOS, MESMO QUE NÃO TENHA RENDIMENTO PRÓPRIO?				
	1 <input type="checkbox"/> SIM → Siga quesito 09.	2 <input type="checkbox"/> NÃO → Passe para o quesito 14.			
09	QUANTOS CARTÕES DE CRÉDITO	<input type="text"/>	TEM?	10	QUANTAS CONTAS CORRENTES
		<input type="text"/>			<input type="text"/>
					Se maior que 0 (zero) siga quesito 11. Se 0 (zero) passe para o quesito 13.
11	QUANTOS CHEQUES ESPECIAIS	<input type="text"/>	TEM?		
		<input type="text"/>		Se maior que 0 (zero) siga quesito 12. Se igual a 0 (zero) passe para o quesito 13.	
12	USOU CHEQUE ESPECIAL NOS ÚLTIMOS 90 DIAS?				
	1 <input type="checkbox"/> SIM	2 <input type="checkbox"/> NÃO			
13	QUANTAS CADERNETAS DE POUPANÇA	<input type="text"/>	TEM?		
		<input type="text"/>			
<b>PARA TODAS AS PESSOAS</b>					
14	SABE LER E ESCREVER?				
	1 <input type="checkbox"/> SIM	2 <input type="checkbox"/> NÃO			
15	FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?				
	1 <input type="checkbox"/> SIM →	Se idade menor que 10 anos, siga quesito 16. Caso contrário, passe para o quesito 18.			
	2 <input type="checkbox"/> NÃO →	Passe para o quesito 24.			

## PARA AS PESSOAS MENORES DE 10 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA

16 QUANTAS VEZES POR SEMANA \_\_\_\_\_ FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?

17 A(s) REFEIÇÃO(ões) QUE \_\_\_\_\_ REALIZA DIARIAMENTE NA ESCOLA OU CRECHE COSTUMA(M) SER:  
(ATENÇÃO: ASSINALE O(S) TIPO(S) DE REFEIÇÃO(ões) E INDIQUE SE É(SÃO) FORNECIDA(S) PELA ESCOLA OU CRECHE)

## TIPO DE REFEIÇÃO

## FORNECIDA PELA ESCOLA OU CRECHE (SEM CUSTO)

1  CAFÉ DA MANHÃ (DESJEJUM)2  LANCHE3  ALMOÇO4  JANTAR5  NÃO FAZ REFEIÇÃO NA ESCOLA OU CRECHE

## PARA AS PESSOAS QUE FREQUENTAM ESCOLA

18 A ESCOLA OU CRECHE QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA É DE:

1  REDE PRIVADA2  REDE PÚBLICA

19 QUAL É O CURSO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA?

01  CRECHE02  PRÉ-ESCOLA03  ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS04  REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL05  EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA  
DO ENSINO FUNDAMENTAL06  REGULAR DO ENSINO MÉDIO07  EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA  
DO ENSINO MÉDIO08  SUPERIOR - GRADUAÇÃO09  ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR  
(DURAÇÃO MÍNIMA DE 360 HORAS)10  MESTRADO11  DOUTORADO→ Passe para o  
quesito 22.→ Passe para o  
quesito 21.

→ Encerre.

→ Siga quesito 20.

→ Passe  
para o  
quesito 22.

→ Encerre.

20 A DURAÇÃO DESTES CURSOS QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA É DE:

1  8 ANOS

Passe para o quesito 22.

2  9 ANOS

21 ESTE CURSO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA É ORGANIZADO EM:

1  PERÍODOS SEMESTRAIS2  ANOS3  OUTRA FORMA

Se não sabe responder, passe para o quesito 23. Caso contrário siga quesito 22.

22 SE (quesito 19 = 04 e quesito 20 = 2) ou (quesito 19 = 08 e quesito 21 = 2 ou 3):

QUAL É O ANO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA?

SE (quesito 19 = 08 e quesito 21 = 1):

QUAL É O SEMESTRE QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA?

Para os demais casos:

QUAL A SÉRIE QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTA?

01  PRIMEIRA(O)04  QUARTA(O)07  SÉTIMA(O)10  DÉCIMO02  SEGUNDA(O)05  QUINTA(O)08  OITAVA(O)11  DÉCIMO PRIMEIRO13  CURSO NÃO  
CLASSIFICADO  
EM SÉRIES E  
ANOS03  TERCEIRA(O)06  SEXTA(O)09  NONA(O)12  DÉCIMO SEGUNDO

Se quesito 19 = 08, siga quesito 23. Caso contrário, encerre.

**04** **CARACTERÍSTICAS DO MORADOR**

23 \_\_\_\_\_ JÁ CONCLUIU ALGUM OUTRO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO?

1  SIM → Passe para o quesito 27. 2  NÃO → Encerre.

24 ANTERIORMENTE, \_\_\_\_\_ FREQUENTOU ESCOLA OU

1  SIM → Siga quesito 25. 2  NÃO → Encerre.

**PARA AS PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTARAM**

25 QUAL FOI O CURSO MAIS ELEVADO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

01  CRECHE → Encerre.

02  PRÉ-ESCOLA → Encerre.

03  CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA → Passe para o quesito 30.

04  ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS → Passe para o quesito 30.

05  ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR) → Passe para o quesito 28.

06  ANTIGO GINASIAL (MÉDIO 1º CICLO) → Passe para o quesito 28.

07  REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU → Siga quesito 26.

08  EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL OU SUPLETIVO DO 1º GRAU → Passe para o quesito 28.

09  ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC. (MÉDIO 2º CICLO) → Passe para o quesito 28.

10  REGULAR DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU → Passe para o quesito 28.

11  EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA DO ENSINO MÉDIO OU SUPLETIVO DO 2º GRAU → Passe para o quesito 28.

12  SUPERIOR - GRADUAÇÃO → Passe para o quesito 27.

13  ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (DURAÇÃO MÍNIMA DE 360 HORAS) → Passe para o quesito 27.

14  MESTRADO → Passe para o quesito 30.

15  DOUTORADO → Passe para o quesito 30.

26 A DURAÇÃO DESTE CURSO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTOU ANTERIORMENTE ERA DE:

1  8 ANOS → Passe para o quesito 28.

2  9 ANOS → Passe para o quesito 28.

27 ESTE CURSO QUE \_\_\_\_\_ FREQUENTOU ERA ORGANIZADO

1  PERÍODOS SEMESTRAIS

2  ANOS

3  OUTRA FORMA

Se não sabe responder, passe para o quesito 30.

Se quesito 23 = 1, passe para o quesito 29.

Se quesito 25 = 12, siga quesito 28.

28 SE (quesito 25 = 07 e quesito 26 = 2) ou (quesito 25 = 12 e quesito 27 = 2 ou 3):

\_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, PELO MENOS O PRIMEIRO ANO DESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

SE (quesito 25 = 12 e quesito 27 = 1):

\_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, PELO MENOS O PRIMEIRO SEMESTRE DESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

Para os demais casos:

\_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, PELO MENOS A PRIMEIRA SÉRIE DESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

1  SIM → Siga quesito 29.

2  NÃO → Encerre.

3  CURSO NÃO CLASSIFICADO EM SÉRIES → Passe para o quesito 30.

29 SE (quesito 23 = 1 e quesito 27 = 2 ou 3) ou (quesito 25 = 07 e quesito 26 = 2) ou (quesito 25 = 12 e quesito 27 = 2 ou 3):

QUAL FOI O ÚLTIMO ANO QUE \_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, NESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

SE (quesito 23 = 1 e quesito 27 = 1) ou (quesito 25 = 12 e quesito 27 = 1):

QUAL FOI O ÚLTIMO SEMESTRE QUE \_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, NESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

Para os demais casos:

QUAL FOI A ÚLTIMA SÉRIE QUE \_\_\_\_\_ CONCLUIU, COM APROVAÇÃO, NESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

01  PRIMEIRA(O)

02  SEGUNDA(O)

03  TERCEIRA(O)

04  QUARTA(O)

05  QUINTA(O)

06  SEXTA(O)

07  SÉTIMA(O)

08  OITAVA(O)

09  NONA(O)

10  DÉCIMO

11  DÉCIMO PRIMEIRO

12  DÉCIMO SEGUNDO

Se quesito 23 = 1, encerre. Caso contrário, siga quesito 30.

30 \_\_\_\_\_ CONCLUIU ESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE?

1  SIM    2  NÃO

**OBSERVAÇÕES**